



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
MESTRADO EM DIREITO AMBIENTAL**

MARIA ÉRICA BATISTA DOS SANTOS

**IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (ODS) NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO - SÃO PAULO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

MESTRADO EM DIREITO AMBIENTAL

Santos

2025



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

MARIA ÉRICA BATISTA DOS SANTOS

**IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (ODS) NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO - SÃO PAULO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Ambiental, sob orientação do Professor Dr. Cleber Ferrão Corrêa.

Santos

2025



[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Viviane Santos da Silva - CRB 8/6746

S237i Santos, Maria Érica Batista dos
Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável
(ODS) no Município de Cubatão - São Paulo : desafios
e perspectivas / Maria Érica Batista dos Santos ;
orientador Cleber Ferrão Corrêa. -- 2025.
147 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de
Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em
Direito Ambiental, 2025
Inclui bibliografia

1. Agenda 2030. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
3. Cubatão. 4. Sustentabilidade. 5. Políticas Públicas.
I. Corrêa, Cleber Ferrão. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 340(043.3)



Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Cleber Ferrão Corrêa

Profa. Dra. Pilar Carolina Villar

Profa. Dra. Marcia Aps

Prof. Dr. Edson Ricardo Saleme



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

DEDICATÓRIA

Ao André, porto onde ancorei meu coração;

Ao Miguel, melhor parte de mim;

Ao Padre Antônio Xavier, Edson Xavier irmãos queridos;

Dona Nadir, mãe doce e forte

Sr. Jose Xavier, pai querido;

A todos aqueles que se utilizarem desta obra para crescimento pessoal e coletivo,
visando um mundo melhor.



AGRADECIMENTO

Ao Bom Deus, que amorosamente, tudo providenciou para que eu chegasse até aqui.

Ao querido Professor Edson Saleme, primeiro desta universidade a me acolher em atendimento para definição de projeto de pesquisa para ingresso no mestrado.

Ao querido Orientador Professor Cleber Ferrão Corrêa, pela confiança, apoio e motivação na condução e construção deste trabalho.

Aos queridos professores: Gilberto, Ângela, Flávio, Salles, Daniel, Fernando Rei, Wallace, Gabriela, por serem luz e direção.

Ao André, meu motivador, esposo afetuoso e sempre presente.

À Fernanda Dal Sasso, Carolina Galvanese, Alexandre Saliba, Marcelo Cardoso, Maria Fernanda Maymone, Rebeca Moura, Márcio Gonçalves, Rita de Cassia Teodoro, Fabrício Soler e Alder Thiago, melhores amigos e companheiros nesta empreitada acadêmica, responsáveis por tornar este processo mais leve e feliz.

A Doce Amanda, gentil e competente secretária, sempre disponível e paciente no atendimento e resolução de problemas.

A Alessandra Gabas, fiel amiga, da graduação para a vida.

Aos colegas da Prefeitura de Cubatão, pelo apoio e partilha de conhecimento e dados para esta construção.

A CAPES, que me possibilitou concluir mais esta conquista acadêmica.



“Cubatão...”

Minha terra não passa de uma estrada,
um bambual que rumoreja ao vento;
sol de fogo em areia prateada,
deslumbramento e mais deslumbramento.

O chafariz em forma de carranca,
confidente das moças do arrabalde,
despeja a sua gargalhada branca
no bojo de latão de um velho balde,

Nas portas, parasitas cor de sangue,
um mastro esguio em cada casinhola;
gente tostada que desfolha o mangue,
crianças pálidas que vêm da escola.

Ao fundo, a Serra. Pinceladas frouxas,
de ouro e tristeza, em fundo azul. Aquelas
manchas que são jacatirões — as roxas,
e aleluias — as manchas amarelas.

A minha terra, quando a vejo, escampa,
cheia de sol e de visões amigas,
lembra-me o cromo que enfeitava a tampa
de uma caixa de goma, das antigas...”

Afonso Schmidt.

RESUMO

A Agenda Global proposta pela ONU em 2015, ratificada por 169 países, representa um marco fundamental para a construção de um futuro sustentável para a humanidade. Entretanto, é evidente que, em muitos países, as metas e compromissos da Agenda 2030 ainda não foram implementados de maneira efetiva. No Brasil, o esforço para integrar esses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao contexto local tem sido realizado principalmente por meio de iniciativas nos municípios. Dentro desse cenário, a presente pesquisa propõe analisar a implementação dos ODS na cidade de Cubatão-SP, investigando as estratégias adotadas, os avanços obtidos, bem como os desafios enfrentados no processo. A análise foi conduzida por meio do método hipotético-dedutivo, que combina revisão bibliográfica e análise do arcabouço normativo pertinente, com uma pesquisa de campo realizada entre os principais atores envolvidos na implementação local. Ao examinar as políticas públicas e as ações realizadas pela administração municipal, a pesquisa identificou tanto as soluções já adotadas quanto as barreiras que ainda dificultam o pleno cumprimento da Agenda 2030 no município. A pesquisa considerou as iniciativas que demonstram a efetividade de ações sustentáveis promovidas por comunidades locais e a importância da mobilização social para o cumprimento dos ODS. Além disso, foi avaliada a colaboração com entidades externas, como órgãos estaduais e federais, e o papel das parcerias público-privadas na implementação das políticas. O objetivo geral da pesquisa não foi apenas mapear os maiores desafios enfrentados por Cubatão no processo de implementação dos ODS, mas também propor soluções práticas que possam contribuir para o avanço dessas metas no município. A pesquisa concluiu que a iniciativa de Cubatão em adotar voluntariamente os ODS é positiva, mas sua implementação encontra-se em estágio inicial, necessitando de maior fortalecimento, ampliação de parcerias e reorganização administrativa interna. A Comissão Municipal obteve êxito ao unir diferentes agentes, disseminar o tema e agrupar projetos sustentáveis. Porém, o município ainda enfrenta grandes desafios socioeconômicos devido ao histórico de exploração industrial, requerendo uma abordagem mais específica para garantir o alcance efetivo dos ODS.



Assim, a pesquisa sugere a criação de um Plano Municipal de Implementação dos ODS, transformando a ação voluntária em obrigatória por meio de um instrumento normativo, com responsabilidades definidas para os órgãos municipais e previsão orçamentária para garantir os recursos necessários. Também, é destacada a necessidade da revisão de indicadores, como no caso dos ODS 7, 9 e 14, para tornar as metas mais precisas. A implementação eficaz ainda depende de integração entre conhecimentos técnicos e sociais, investimentos financeiros e parcerias. A pesquisa confirma que, apesar das dificuldades históricas de Cubatão, a superação dessas barreiras é possível, sendo fundamental o compromisso político e a integração das políticas públicas. Além disso, fortalecer a participação comunitária e criar canais de comunicação com a população são essenciais para uma governança democrática. A pesquisa reafirma que, embora o município enfrente limitações orçamentárias e a fragmentação das políticas públicas, as perspectivas de avanço na implementação dos ODS são viáveis, especialmente com a construção de parcerias estratégicas e o comprometimento das lideranças locais.

Palavras-chave: Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Cubatão; sustentabilidade; políticas públicas.

ABSTRACT

The Global Agenda proposed by the UN in 2015, ratified by 169 countries, represents a fundamental milestone for building a sustainable future for humanity. However, it is clear that, in many countries, the goals and commitments of the 2030 Agenda have not yet been effectively implemented. In Brazil, the effort to integrate these Sustainable Development Goals (SDGs) into the local context has been carried out mainly through initiatives in the municipalities. Within this scenario, this research proposes to analyze the implementation of the SDGs in the city of Cubatão-SP, investigating the strategies adopted, the progress achieved, as well as the challenges faced in the process. The analysis was conducted using the hypothetical-deductive method, which combines a bibliographic review and analysis of the pertinent regulatory framework, with a field survey conducted among the main actors involved in local implementation. By examining public policies and actions taken by the municipal administration, the research identified both the solutions already adopted and the barriers that still hinder the full compliance with the 2030 Agenda in the municipality. The research considered initiatives that demonstrate the effectiveness of sustainable actions promoted by local communities and the importance of social mobilization for the achievement of the SDGs. In addition, collaboration with external entities, such as state and federal agencies, and the role of public-private partnerships in the implementation of policies were evaluated. The overall objective of the research was not only to map the biggest challenges faced by Cubatão in the process of implementing the SDGs, but also to propose practical solutions that can contribute to the advancement of these goals in the municipality. The research concluded that Cubatão is initiative to voluntarily adopt the SDGs is positive, but its implementation is in its early stages, requiring greater strengthening, expansion of partnerships and internal administrative reorganization. The Municipal Commission was successful in uniting different agents, disseminating the topic and grouping sustainable projects. However, the municipality still faces major socioeconomic challenges due to its history of industrial exploitation, requiring a more specific approach to ensure the effective achievement of the SDGs. Therefore, the research suggests the creation of a Municipal SDG Implementation Plan, transforming voluntary action into mandatory through a normative instrument, with defined responsibilities for municipal agencies and budgetary provision to guarantee the

necessary resources. It also highlights the need to review indicators, as in the case of SDGs 7, 9 and 14, to make the goals more precise. Effective implementation still depends on the integration of technical and social knowledge, financial investments and partnerships. The research confirms that, despite Cubatão is historical difficulties, overcoming these barriers is possible, with political commitment and the integration of public policies being essential. In addition, strengthening community participation and creating channels of communication with the population are essential for democratic governance. The research reaffirms that, although the municipality faces budgetary limitations and fragmented public policies, the prospects for progress in implementing the SDGs are viable, especially with the construction of strategic partnerships and the commitment of local leaders.

Keywords: Agenda 2030; Sustainable Development Goals; Cubatão, sustainability; public policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - CUBATÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	24
1.1 Histórico do município.....	28
1.2 Base econômica, destacando a indústria e seus impactos ambientais	31
1.3 Principais desafios socioambientais enfrentados pela população	44
1.4 A Agenda 21 no município de Cubatão.....	48
CAPÍTULO 2 - IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM CUBATÃO.....	52
2.1 Estratégias e políticas adotadas pelo governo municipal para promover os ODS.....	59
2.2. Avaliação do envolvimento de diferentes atores, como setor privado, ongs e comunidade local	62
2.3. Identificação de iniciativas específicas relacionadas a cada um dos 17 ODS	64
CAPÍTULO 3 - DESAFIOS E OBSTÁCULOS.....	87
3.1 Discussão sobre os principais obstáculos enfrentados durante o processo de implementação.....	89
3.2 Impacto das questões econômicas, políticas e sociais na efetividade das ações voltadas para os ODS	90
3.3 Análise das limitações de recursos e capacidades locais	93
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES	96
4.1 Listagem dos indicadores utilizados para monitorar o progresso na implementação dos ODS.....	97
4.2. Avaliação dos resultados alcançados até o momento e sua relevância para o desenvolvimento sustentável de Cubatão.....	105
4.3 Perspectivas futuras	122
4.4 Proposição de recomendações para superar desafios e fortalecer a implementação dos ODS em Cubatão.....	125
4.5 Exploração de oportunidades de parcerias e cooperação entre diferentes atores	128
4.6 Reflexão sobre o papel da comunidade local na promoção da sustentabilidade e no alcance dos ODS	132



CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O DEPARTAMENTO DE ODS DE SANTOS - SP....	144
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTA DE PLANEJAMENTO DO GUARUJÁ	146
APÊNDICE C - PESQUISA DE CAMPO, POR AMOSTRAGEM, REALIZADA ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	149

LISTA DE ABREVIATURAS

PDM – Plano Diretor Municipal

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

LOA- Lei Orçamentária Anual

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

FNP – Frente Nacional dos Prefeitos

ODM - Objetivos do Milênio

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

CIESP – Centro das indústrias do Estado de São Paulo

CETESB -Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GT - Grupo de Trabalho

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SDR - Sustainable Development Report

RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Temas centrais da Agenda 21 de Cubatão e Projetos associados.

Tabela 2 – Notas Cubatão

Tabela 3 – Ranking RMBS

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Linha do tempo da história de Cubatão.
- Figura 02 – Transporte de pessoas pelo rio Cubatão em 1907.
- Figura 03 – Transporte de bananas.
- Figura 04 – Construção da Usina Henry Borden em 1947.
- Figura 05 – Via Anchieta.
- Figura 06 – Construção de túnel na Anchieta.
- Figura 07 – Notícia sobre a poluição do ar em Cubatão.
- Figura 08 – Poluição do ar em Cubatão.
- Figura 09 – Vila Parisi em 1980.
- Figura 10 – Vila Parisi em 1981.
- Figura 11 – Vila Socó em 1980.
- Figura 12 – Cenário pós incêndio na Vila Socó.
- Figura 13 - Fases da implementação da Agenda 21 em Cubatão.
- Figura 14 – Passos para incorporação dos OSDS na Agenda Municipal.
- Figura 15 – Linha do tempo das ações do Município.
- Figura 16 - Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais.
- Figura 17 - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família.
- Figura 18- Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família.
- Figura 19 - Obesidade Infantil (0 a 5 anos).
- Figura 20 - Baixo peso ao nascer.
- Figura 21 - Desnutrição infantil (crianças menores de 5 anos).
- Figura 22 - Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) – proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas das mães residentes.
- Figura 23 - Mortalidade na infância (número de óbitos infantis com 0 a 4 anos de idade, por mil nascidos vivos).
- Figura 24 - Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (percentual de matrículas de crianças em creches em relação ao total da população de 0 a 3 anos do Município).

Figura 25 - Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (percentual da população analfabeta com 15 anos ou mais sobre o total da população nesta faixa etária).

Figura 26 - Taxa de feminicídio (taxa de feminicídio, por 100 mil mulheres).

Figura 27- Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (número de internações hospitalares ocorridas em consequência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por 100 mil habitantes).

Figura 28- População atendida com esgotamento sanitário (percentual de atendimento da população com rede de esgoto sanitário).

Figura 29 - Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia.

Figura 30 - Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre brancos e negros/pardos.

Figura 31 - Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre brancos e negros/pardos.

Figura 32 – Massa de resíduos domiciliares e públicos coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta.

Figura 33 – Emissões líquidas de CO₂ per capita.

Figura 34 – Participação do município no total de queimadas do Brasil.

Figura 35– Percentual do território ocupado por Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável (municipais, estaduais e federais).

Figura 36 – Total de receitas municipais arrecadadas sobre o total de receitas do município.

Figura 37 – Site ODS Cubatão.

Figura 38 – Resultados.

Figura 39 – ODS Município de Cubatão.

Figura 40 – Desempenho ODS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Atores envolvidos no processo

Quadro 02 – ODS sob o eixo financeiro

Quadro 03 – Análise dos indicadores

Quadro 04 – Indicadores ODS 1

Quadro 05 - Indicadores ODS 2

Quadro 06 - Indicadores ODS 3

Quadro 07- Indicadores ODS 4

Quadro 08 - Indicadores ODS 5

Quadro 09 – Indicadores ODS 6

Quadro 10 – Indicadores ODS 7

Quadro 11 – Indicadores ODS 8

Quadro 12 – Indicadores ODS 9

Quadro 13 – Indicadores ODS 10

Quadro 14 – Indicadores ODS 11

Quadro 15 – Indicadores ODS 12

Quadro 16 – Indicadores ODS 13

Quadro 17 – Indicadores ODS 14

Quadro 18 – Indicadores ODS 15

Quadro 19 – Indicadores ODS 16

Quadro 20 – Indicadores ODS 17

INTRODUÇÃO

A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, ONU, visa promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada e sustentável até 2030.

O lema da Agenda é “não deixar ninguém para trás”, possibilitando que todos possam trabalhar, crescer e se beneficiar juntos, por meio das 169 metas estabelecidas no bojo dos 17 ODS.

Em que pese sua grande importância, a efetivação da Agenda 2030 e implementação não é tão simples, incorrendo em diversos ajustes: técnicos, jurídicos, acadêmicos, sociais e governamentais em quaisquer territórios a que se intentem construí-la.

Por esta razão, este trabalho aborda como foco o processo de implementação desses ODS no município de Cubatão, localizado no Estado de São Paulo, Brasil; com escopo de conhecer como se dá a efetivação da Agenda 2030 dentro das cidades.

Muito embora a divisão político-administrativa do território nacional seja descrita em União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios, é de fato nos municípios que as pessoas vivem e interagem diretamente com Estado.

Em que pese a existência das metas globais estabelecidas, operacionaliza-se através de outros órgãos e instituições, quer supra, quer infranacionais, capazes de readequar tais compromissos às realidades e possibilidades locais.

Para fins de monitoramento global, a ONU realiza, todos os anos o *High-Level Political Forum on Sustainable Development Goal* (HLPF), um encontro onde os países apresentam seus respectivos relatos de progressos na implementação dos ODS.

Nestes encontros, com anseio de alcançar as metas estabelecidas, a ONU incentiva os países a considerarem suas particularidades quando da escolha das estratégias a serem adotadas, visto que cada contexto pode carecer de métodos específicos para o alcance dos resultados.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA¹, aliado ao Ministério do Planejamento, incumbido de coordenar o processo governamental de adaptação das metas mundiais à realidade brasileira, conduziu a elaboração de uma proposta nacional com enfoque nas prioridades nacionais para os próximos dez anos, ou seja, com duração estimada até 2028.

Por conseguinte, instituições como Frente Nacional dos Prefeitos, FNP, entidade brasileira dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas, que tem como foco atuar nos municípios com mais de 80 mil habitantes, propôs em 2020, um manual de planejamento municipal, com foco na implementação dos ODS.

A Agenda 2030 traz consigo uma gama de oportunidades para Estados e Municípios, no que tange ao desenvolvimento, fomento de parcerias, ferramentas, desenvolvimento social e econômico, além de auxílio no aprimoramento das políticas públicas locais.

De maneira que, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, trata na verdade da implementação de uma agenda propositiva com vistas a integrar os três eixos da gestão de governo: econômico, social e ambiental; capazes de fortalecer os potenciais locais, bem como gerar o engajamento de todos os envolvidos: setor público, sociedade civil, academia, setor privado e qualquer outro interessado.

Criado pela Organização das Nações Unidas no ano 2000, sediada em Nova York-EUA, o Pacto Global é um programa que visa potencializar a adesão dos diversos agentes à efetivação dos ODS.

No Brasil, a Rede Pacto Global foi criada em 2003, hoje alcançando o segundo lugar no ranking mundial das redes locais, com mais de 1.900 participantes e ocupando a presidência do Conselho da Redes Locais Na América Latina.

Note-se a preocupação das instituições internacionais na criação de órgãos e instrumentos capazes de potencializar a integração e gerar subsídios aos governos locais, no sentido de esclarecer e orientar os locais para implementações locais.

¹ IPEA publica série dos cadernos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>.

O papel dos municípios destaca-se no cenário nacional, despontando os programas de implementação local tanto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, quanto da Agenda 2030 amplamente dita.

Para o presente estudo tornou-se necessária eleição de um município, com o propósito de descrever e analisar as estratégias de implementação desta Agenda Mundial, considerando suas peculiaridades culturais, geográficas, históricas, socioeconômicas e ambientais.

Cubatão é conhecida por sua relevância industrial e desafios ambientais, tornando-se um **estudo de caso** crucial para compreender a aplicação prática dos ODS em um contexto urbano complexo.

A metodologia de estudo de caso² é uma abordagem de pesquisa que envolve a investigação aprofundada de um único caso ou de um número limitado de casos, com o objetivo de entender suas características, contextos e complexidades, onde é importante obter uma compreensão detalhada e contextualizada.

Realizar um estudo de caso sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cubatão é essencial para entender os obstáculos e possibilidades de transformar uma cidade com um histórico de elevados impactos ambientais em um exemplo de sustentabilidade. Essa análise possibilita identificar as ações necessárias para diminuir os impactos ambientais, elevar a qualidade de vida dos moradores e estimular um crescimento econômico equilibrado. Além disso, fornece informações valiosas para que gestores públicos, empresas e a comunidade adotem práticas mais responsáveis e sustentáveis. Ao examinar as estratégias utilizadas, o estudo também pode servir de inspiração para outras cidades que enfrentam desafios semelhantes. Assim, essa pesquisa colabora para o aprimoramento de políticas públicas mais eficientes e para a conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

Este estudo, ainda, busca oferecer uma análise abrangente do processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Cubatão

²SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Disponível em [://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf](http://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

ao examinar os desafios, estratégias e resultados até o presente momento da pesquisa, verificando o entendimento dos caminhos para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo neste contexto específico para o município.

Também, para essa pesquisa, utilizou-se a aplicação do método hipotético-dedutivo³ que é uma abordagem bastante utilizada na ciência para investigar fenômenos de maneira sistemática. Ele começa com a formulação de uma hipótese ou suposição que explique determinado fenômeno. A partir dessa hipótese, deduzem-se previsões ou consequências específicas que podem ser testadas na prática. Em seguida, realiza-se a coleta de dados por meio de observações e análises, para verificar se as previsões se confirmam. Se os resultados confirmarem as previsões, a hipótese se fortalece; se não, ela precisa ser revista ou descartada. Essa metodologia é importante porque permite testar ideias de forma estruturada, ajudando a construir conhecimentos confiáveis e fundamentados.

Incluiu-se nesta metodologia, para apuração de informações e dados primários, a realização de pesquisa de campo, por amostragem e entrevistas, por meio de questionários estruturados e semiestruturados.

Assim, por meio do estudo de caso e da aplicação do método hipotético dedutivo e utilizando-se da revisão bibliográfica de artigos científicos e arcabouço normativo, ensejou-se responder ao questionamento: *Seria possível implementar a Agenda 2030 num município com um histórico tão grave, sob a ótica socioambiental, quanto a cidade de Cubatão?*

E tendo como hipótese desenvolvida: A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Cubatão enfrenta desafios significativos relacionados à insuficiência de recursos financeiros, à falta de integração entre as políticas públicas e à baixa participação da comunidade, mas apresenta perspectivas positivas de avanço devido ao potencial de parcerias estratégicas e ao comprometimento das lideranças locais com a sustentabilidade.

³ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file.

De forma ainda mais específica, a pesquisa verificou quais seriam os maiores avanços e desafios na implementação desta Agenda no município a partir do histórico das estratégias e indicadores escolhidos para efetivar a implementação.

O trabalho destaca o ranking nacional de sustentabilidade nas cidades brasileiras, desenvolvido pelo Instituto cidades sustentáveis, por meio do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, (IDSC-BR), também utilizado pela municipalidade cubatense na implementação dos ODS.

Por fim, elencar os pontos fortes e as dificuldades, oferecendo possíveis propostas de solução para os desafios encontrados.

Para tanto, a pesquisa foi organizada em quatro capítulos, sendo eles o **CAPÍTULO 1 - CUBATÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO** que elencará os legados históricos da cidade, avaliando como os desafios e conquistas do passado influenciam as perspectivas futuras de Cubatão, especialmente no que se refere à sustentabilidade e ao desenvolvimento social.; o **CAPÍTULO 2 - IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM CUBATÃO** que elencará as ações já realizadas no município em consonância com os ODS, identificando os principais programas, projetos e políticas públicas implementadas até o momento, bem como suas áreas de sucesso e os desafios enfrentados; o **CAPÍTULO 3 - DESAFIOS E OBSTÁCULOS** que investigará as dificuldades enfrentadas pelo município na implementação dos ODS, como a falta de recursos financeiros, a fragmentação das políticas públicas, as questões históricas de exploração industrial e os obstáculos sociais e econômicos que dificultam o avanço de ações sustentáveis; o **CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES** que descreverá as oportunidades e desafios para o município no cumprimento dos ODS até 2030, refletindo sobre como Cubatão pode se tornar um modelo de cidade sustentável, considerando as lições aprendidas até o momento e as perspectivas de futuro. E por fim as considerações finais.

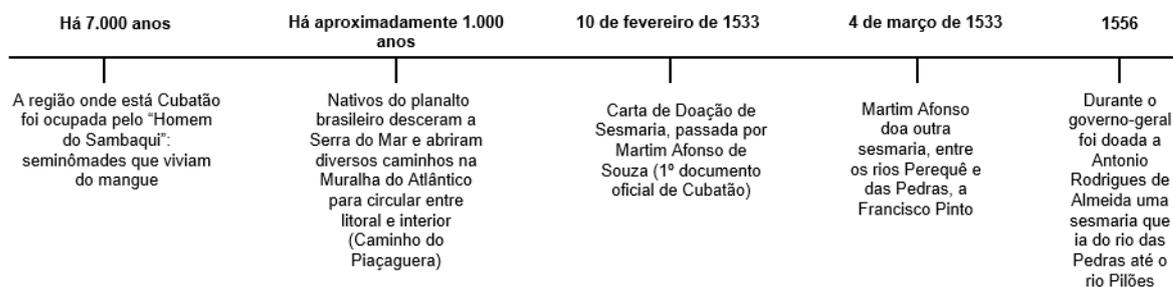
CAPÍTULO 1 - CUBATÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

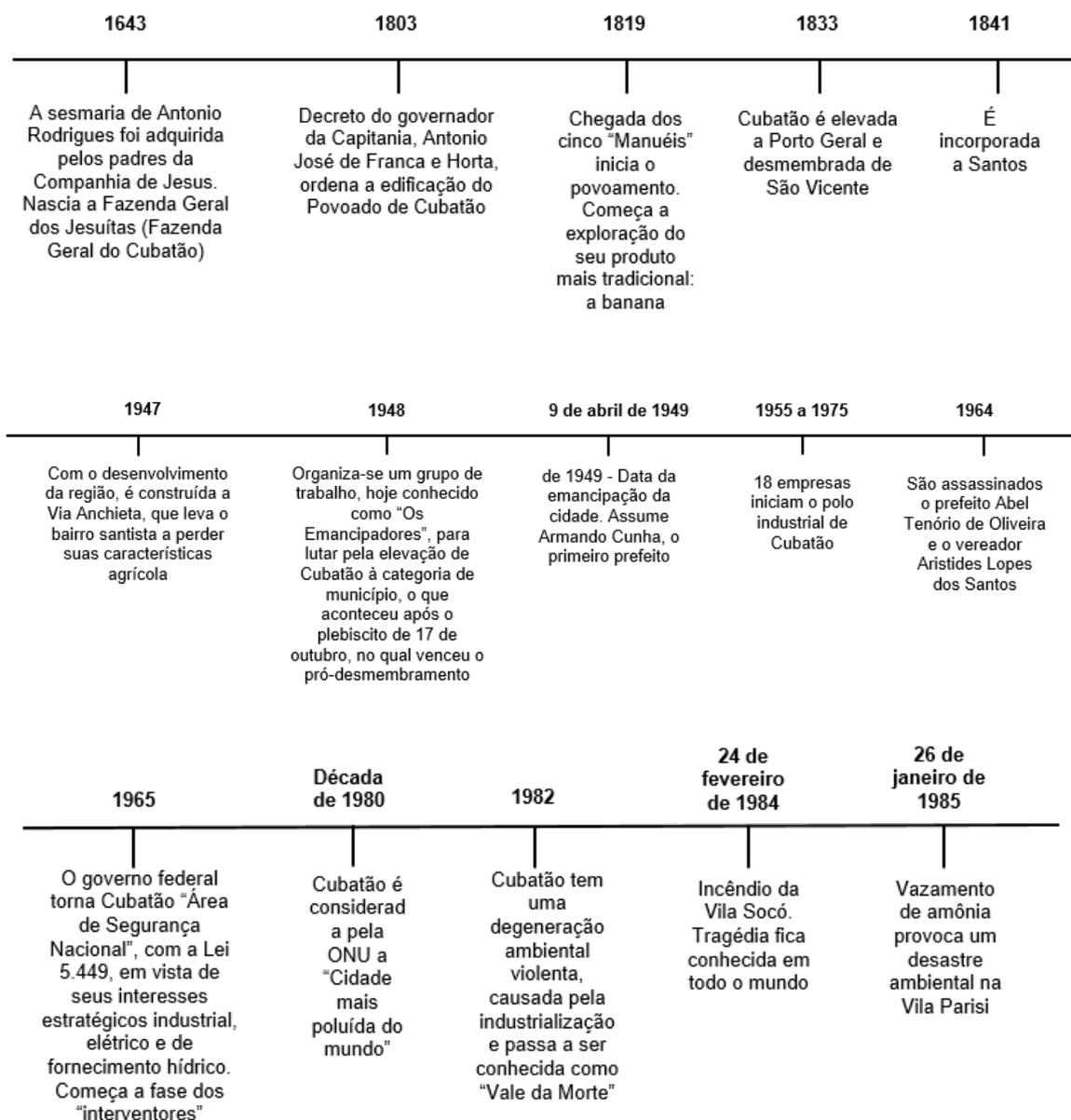
A escolha do município de Cubatão como estudo de caso não se deu aleatoriamente. Entre as razões da escolha, está o fato de ser domicílio da pesquisadora há mais de quarenta anos, bem como toda a trajetória da cidade no cenário histórico do desenvolvimento industrial do país e suas conseqüentes sequelas ambientais e sociais.

Situada ao pé da Serra do Mar, onde jesuítas, comerciantes, tropeiros e autoridades do reino faziam uma pausa antes de subir ao Planalto, Cubatão se tornou um ponto de passagem crucial, ganhando importância no contexto da Baixada Santista, do Estado de São Paulo e do Brasil.

A história da cidade começou com as rotas aquáticas que partiam do Porto das Naus, em São Vicente, e seguiam pelo Mar Pequeno, Canal dos Barreiros, Largo do Pompeba, Rio Casqueiro, Largo do Caneú, Rio Cubatão, Rio Mogi e Rio Perequê. Inicialmente, a trilha dos índios Tupiniquins levava ao Planalto, seguida pelo Vale do Rio Perequê, conhecido como o Caminho do Padre José. Depois, a Calçada do Lorena tornou-se a principal rota entre o litoral e o planalto conforme indicado na linha do tempo na figura 1.

Figura 1 – Linha do tempo da história de Cubatão





Fonte: elaborado pela autora com base em Barbosa, Alves (2012).

O Porto Geral de Cubatão surgiu na primeira metade do século XVIII, dando origem a um povoado que manteve essa denominação por um longo período. Nesse local, as mercadorias eram transferidas das balsas do porto para as mulas que formavam as tropas que subiam a Serra do Mar. Entre 1833 e 1841, o povoado foi elevado à categoria de município, mas logo foi anexado a Santos, permanecendo em grande parte estagnado até a década de 1920, quando surgiram a Usina da Light e a Companhia Santista de Papel. Após 1940,

com a construção da Via Anchieta, houve um novo impulso com a implantação da Refinaria Presidente Bernardes em 1955 e da Companhia Siderúrgica Paulista, a Cosipa (atualmente USIMINAS), em 1959.

O crescimento de Cubatão resultou na sua emancipação político-administrativa de Santos em 1º de janeiro de 1949, com o primeiro prefeito assumindo em 9 de abril, data que passou a ser comemorada como o aniversário da cidade. Com a Via Anchieta, o transporte rodoviário entre São Paulo e a Baixada Santista se intensificou, transformando Cubatão em um importante centro de tráfego de veículos, consolidando sua função como um caminho para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil.

A Rodovia Anchieta foi concebida em 1929, mas sua construção foi apenas parcialmente finalizada em 1947 devido à escassez de recursos durante o Estado Novo, sendo completada somente em 1953. Ela foi a primeira da região a superar o trecho montanhoso utilizando túneis e viadutos. Além de conectar as duas maiores cidades do estado na época, a Anchieta impulsionou o desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil, pois nesse período as rodovias começaram a transportar não apenas cargas, mas também passageiros em ônibus, reduzindo a dependência dos trens. Atualmente, a rodovia faz parte do sistema Anchieta-Imigrantes, com a segunda sendo construída entre 1974 e 2002 para aliviar o tráfego da já saturada Anchieta. Hoje, a Rodovia Anchieta é o maior corredor de exportação da América Latina (Santos; Pereira, 2022)⁴.

Com o tempo, Cubatão foi se desenvolvendo industrialmente, impulsionado pelo crescimento econômico paulista e por investimentos federais. No entanto, a instalação das indústrias não seguiu um planejamento, ocorrendo de acordo com vantagens imobiliárias e necessidades operacionais. Isso levou a graves problemas ambientais ao longo dos anos, como a poluição do ar, água e solo. Dezoito das atuais 24 indústrias do polo de Cubatão foram estabelecidas entre 1955 e 1975, com duas delas, Ultrafértil e Cosipa, possuindo terminais portuários para receber matérias-primas e despachar produtos.

Além da criação de empregos, a concentração industrial trouxe benefícios financeiros e fortaleceu a capacidade tributária do município. Assim, a principal

⁴ SANTOS, Felipe Silva Carlos dos; PEREIRA, Lucas de Almeida. Análise da evolução histórica do modal rodoviário: um estudo de caso sobre a Rodovia dos Imigrantes. Engenharia, vol. 26, ed. 117/DEZ 2022.

fonte de receita de Cubatão é o ICMS, enquanto o IPTU, o ISS e outros tributos diretos são secundários em comparação com os de outros municípios da Baixada Santista.

Distrito criado com a denominação de Cubatão, pela Lei Estadual n.º 1.871, de 26-10-1922, subordinado ao município de Santos. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Cubatão figura no município de Santos. Assim permanecendo no quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943. Elevado à categoria de município com a denominação de Cubatão, pela Lei Estadual n.º 233, de 24-12-1948, desmembrado do município de Santos. Sede no antigo distrito de Cubatão. Constituído do distrito sede. Instalado em 09-04-1949. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009⁵.

Ademais, a cidade é um verdadeiro laboratório de pesquisas, utilizado por pesquisadores de todo país, sobre diversas vertentes, desde a ambiental amplamente conhecida, até o recorte turístico, econômico e social.

O município que já foi considerado “vale da morte”⁶ e teve seu nome estampado em livros e manchetes de jornais em todo o mundo, destacando o pior cenário possível de degradação ambiental, miséria, tristeza, vergonha. Explicitando um amplo desenvolvimento econômico e industrial em detrimento dos valores socioambientais de mínima sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável nasce de ações decorrentes do Relatório de Brundtland⁷ em 1987, que o define como “[...] desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

A carta Constitucional brasileira de 1988 incorporou ao seu texto esta ideia de sustentabilidade ambiental, dando origem ao artigo 225, conferindo força e proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

⁵ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cubatao/historico>.

⁶ GARCEZ, Gabriela Soldano. **Cubatão**: Degradação e recuperação ambiental de uma cidade industrial. Importância da participação da sociedade no processo de recuperação. Dissertação de Mestrado, 2013.

⁷ Em 1987, a divulgação do *Relatório Brundtland*, intitulado *Nosso futuro comum*, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988), popularizou a expressão “desenvolvimento sustentável” e sua definição, considerada a mais próxima do consenso oficial.

Cubatão, a partir da década de 1990, somado aos esforços da Eco 92⁸, alcançou o título de cidade símbolo da recuperação ambiental, símbolo da ecologia. Entretanto haveria ainda um longo caminho até a obtenção de um “*status quo ante*” de fato.

Posicionada entre o planalto paulista e o oceano atlântico, a cidade que teve várias culturas como eixo econômico, sem jamais perder a característica de pouso de passagem e território de reserva, progrediu demograficamente dando origem a uma população fixa, população está miscigenada por imigrantes de toda parte, especialmente mineiros e nordestinos.

Desta variedade de culturas sociais e de trabalho nasceu a cultura cubatense, repleta de artistas no campo da música, das artes cênicas, do artesanato, da arquitetura e da literatura.

Em que pese tais talentos, o município ainda não corresponde plenamente tais vocações, visto até os dias de hoje não contar com nenhum espaço público específico como centro de convenções ou teatros, mesmo após árduas tentativas.

Entre a própria história da Independência do Brasil, com monumentos belíssimos que assim a reafirmam, movimentos culturais que a fomentam, emoldurada “de palmas tão brasileiras” e “ao som das cachoeiras”, como reza a letra do hino da cidade, a “rainha das serras” segue em busca do encontro de sua melhor versão para os dias de hoje e os vindouros.

1.1 Histórico do município

Cubatão, município localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista⁹, possui uma rica trajetória histórica que reflete não apenas o

⁸ Tradução da Rio Declaration, United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brasil, 3-14 de junho de 1992. Documento não traduzido oficialmente pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf.

⁹ A Região Metropolitana da Baixada Santista-RMBS, compõe-se de 9 municípios, que ocupam 2.428,74 km² ou 0,97% do território paulista. Localizada em uma pequena faixa de planície litorânea banhada pelo Oceano Atlântico, de um lado, a região é limitada pela escarpa da Serra do Mar, em plena Mata Atlântica, de outro. Sua rede hidrográfica é composta por diversos rios, com destaque para Itapanhaú, Itatinga, Preto, Branco, Cubatão e Quilombo.

desenvolvimento do Estado, mas também as transformações sociais e econômicas do Brasil.

A ocupação do território cubatense começou no século XVI, com a chegada dos portugueses, que se estabeleceram nas proximidades do rio Cubatão. O nome "Cubatão" deriva do termo indígena "Cubatã", que significa "caminho do rio". A região, rica em recursos naturais, rapidamente se tornou um ponto estratégico para a exploração econômica, especialmente com a produção de cana-de-açúcar e a instalação de pequenas propriedades rurais.

Os registros sobre vida na região de Cubatão remetem-se aos tempos pré-históricos, quando o homem primitivo que habitava a região deu origem aos *sambaquis*¹⁰, palavra da língua tupi, que significa basicamente amontoados de conchas e restos de animais, denotando resíduos de alimentação primitiva.

Celma Pinto destaca que, “Embora haja evidências da existência de inúmeros desses sítios, são conhecidos apenas o de Piaçaguera, o da Ilha dos Casqueirinhos e outro no Parque ecológico Cotia-Pará” (Pinto, 2023), sendo que os dois primeiros sítios arqueológicos mencionados foram descobertos durante obras de construção da antiga Companhia Siderúrgica de São Paulo, COSIPA.

O francês Paul Rivet¹¹, frisou a importância da descoberta do sítio arqueológico de Piaçaguera, colocando Cubatão e o Brasil em evidência no cenário mundial da existência do homem na Terra.

Cubatão também ocupa posição de destaque no cenário histórico do Brasil Colonial, uma vez que se encontra em posição geográfica adequada entre o planalto e o oceano Atlântico, que trouxe os portugueses à região por volta de 1532, com a expedição de Martim Afonso de Souza, “nobre português, investido pelo Rei D. João III de amplos poderes para tomar providências necessárias no Brasil” (Pinto, 2003).

Esse autor ainda relata que foi a partir de então que Martin Afonso realizou a doação das primeiras sesmarias no Brasil: uma destina a Pero de Goes, outra a Rui Pinto e a terceira a Francisco Pinto. É na carta de doação a Rui Pinto,

¹⁰ LANGER, J. Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 11: 35-53, 2001.

¹¹ RIVET, Paul. As origens do homem. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/131282>.

primeiro documento oficial, que o nome “Cubatão” aparece. Estas três sesmarias continham grande parte do território cubatense.

Também destaca que a origem etimológica da palavra Cubatão é bastante controversa, Celma de Souza Pinto segue esclarecendo que “alguns a consideram de origem africana (cubata= cabana para negros), há ainda quem a considere de origem hebraica (k’abataon= que precício), para outros de origem indígena tupi (cui-pái-ta-ã = rio que cai do alto). De toda forma, todos os significados até hoje imputados a Cubatão, percebe-se que estão envoltos dos aspectos geográficos da região.

Nestes tempos, o povoado de Cubatão possuía uma característica de passagem, tendo como funções principais: o porto, onde pessoas e mercadorias eram transportadas dos três portos cubatenses: Porto das Almadias, Porto Piaçaguera, Porto Geral e Pedágio dos Jesuítas; caminho quer através dos portos, que recebiam pessoas e bens das grandes embarcações que chegavam do oceano e atracavam-se no Porto de São Vicente, quer através das estradas de terra, que faziam um percurso que compreendia três trechos importantes: baixada-serra-planalto; e posto fiscal, onde ao final do sec. XVII “foi instalada uma das primeiras alfândegas do Brasil e sua Casa da Guarda, onde se pagavam taxas relativas a mercadorias em trânsito”. O posto ficou conhecido como Barreira do Cubatão, sendo a única entre as demais 72 barreiras da província paulista considerada como Barreira de Marinha.

O pesquisador relata que diferente da forma convencional de fundação das cidades, Cubatão não teve um fundador ou povoador. Sua origem se dá em decorrência dos fatores geográficos, econômicos e fiscais, sendo considerada a data de fundação do povoado como sendo a data da outorga da sesmaria a Rui Pinto.

Apesar disso, o povoado era ainda mui tímido e com escassez de habitantes. Ante tal obstáculo, “o Conde de Palma expôs à junta da Real Fazenda o projeto de estabelecimento das cinco famílias nessas terras.” Tratava-se das famílias dos cinco Manuéis, todos provenientes da Ilha dos Açores em Portugal. Desta forma, a partir de 1820, quando o governo português já havia demarcado as terras e construído casas para as famílias e as Cartas de Sesmarias que doavam definitivamente as terras foram entregues a: Manuel Antônio Machado, Manuel do Conde Paes, Manuel Espíndola de Bittencourt,

Manuel Correa de Melo e Manuel Raposo, que uma vez instalados iniciaram o plantio de trigo e linho.

Pinto (2003), ainda traz relatos que durante este período houve diversas tentativas de emancipação do povoado, que a princípio pertencia a Capitania de São Vicente, que foi extinta em 1681, passando o povoado ao controle da nova capital, a Vila de São Paulo. Perto da independência do Brasil foi criada a Lei Regencial nº 24, primeira tentativa de emancipação que delimitava o território para separação, muito embora tal lei não tenha sido cumprida e município não tenha sido instalado.

Pela Lei Provincial nº 167, de 1841 Cubatão veio a ser incorporado ao Município de Santos, obtendo somente em 1922, através da Lei nº 1.871, o título de Distrito de Paz, vindo a alcançar sua emancipação político-administrativa somente em 9 de abril de 1949.

1.2 Base econômica, destacando a indústria e seus impactos ambientais

Cubatão, situado na região metropolitana da Baixada Santista, é um município que desempenha um papel crucial na economia do Estado de São Paulo e do Brasil. Sua base econômica, essencialmente industrial, começou a se consolidar a partir da segunda metade do século XX, quando a cidade passou a integrar um modelo de desenvolvimento urbano que trouxe consigo desafios e oportunidades.

Em seus primórdios, a base da economia local do município era fundamentada na agricultura, de forma mais específica no cultivo da banana, que propiciou a unificação do povoado como verdadeira vila rural e possibilitou o desenvolvimento social e econômico, que por sua vez foi o catalizador para busca da independência territorial local.

Historicamente, a economia de Cubatão foi impulsionada pela instalação de diversas indústrias, especialmente após a construção da Rodovia Anchieta e a chegada da refinaria Presidente Bernardes, inaugurada em 1955. Este marco não apenas facilitou o transporte de insumos e produtos, mas também atraiu investimentos significativos, estabelecendo a cidade como um importante polo industrial. Com a instalação de empresas como a Companhia Siderúrgica

Paulista (Cosipa), atualmente Usiminas, Cubatão se firmou como um centro de produção de bens de capital e consumo.

A modelo de atividades econômicas predominantemente urbana, foi implementado no município de Cubatão a partir da segunda metade do século XX, resultando em uma ocupação desordenada desse sistema ambiental costeiro. Agregada a essa situação, salienta-se a complexidade existente na interação mar-continente que sustenta o funcionamento dos sistemas ambientais litorâneos (Pinton; Cunha, 2015)¹².

Ademais, ao considerar que o sistema ambiental litorâneo que envolve a área urbana do município de Cubatão-SP se constitui em área de povoamento pioneiro no Brasil, verifica-se que a referida degradação abrange organizações espaciais delineadas por transformações socioeconômicas seculares.

O cenário agrícola tradicional da época é ilustrado pela Figura 02 – Transporte pelo rio Cubatão, quando o transporte local era em sua maioria realizado por água.

Figura 2 - Transporte pelo rio Cubatão -1907

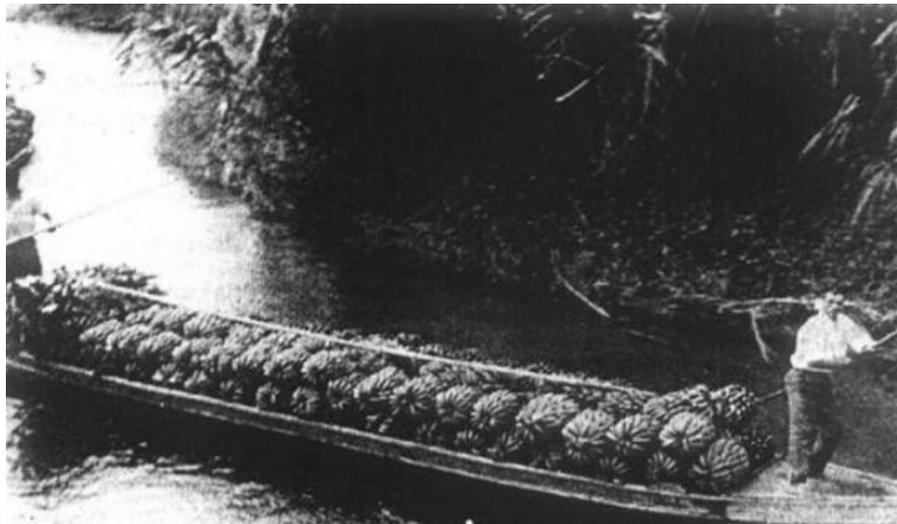


Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

¹² PINTON, L. G.; CUNHA, C. M. L. Cubatão. In: CUNHA, C. M. L., and OLIVEIRA, RC., orgs. Baixada Santista: uma contribuição à análise geoambiental [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

Reafirmando o transporte por água (Figura 3) Transporte de bananas, demonstra como era realizado o escoamento da produção de bananas do local, de forma eficaz e artesanal.

Figura 3 - Transporte de bananas



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

O economista Joaquim Miguel Couto discorre sobre o potencial da bananicultura no início do século XX:

“A época do maior crescimento econômico do povoado desde que os primeiros portugueses chegaram nas terras da serra do Cubatão. Esse tempo agrícola só viria a ser superado, realmente, com a industrialização iniciada em 1950. Com a bananicultura a população cresceu e gerou rendas muito superiores às simples taxas e serviços cobrados no antigo Porto e Barreira do Cubatão” (Couto, 2003).

Apesar do cultivo da banana ser o grande “carro chefe” da economia local, Cubatão produzia também laranjas, mexericas, realizava coleta de folhas e lenha dos manguezais para uso doméstico e comercial e realizava ainda extração de areia do rio Cubatão (Pinto, 2003)

Em que pese a industrialização propriamente dita a cidade inicie-se na década de 1950, em 1912 era construída a Companhia Curtidora Marx, pertencente a Wilhelm Marx, pai do famoso paisagista Burle Marx, mudando de nome para Curtume Domingos da Costa Moniz, após ser vendida em razão da desestabilização decorrente da primeira guerra mundial (Pinto, 2003).

Os curtumes se multiplicaram por Cubatão em razão da oferta de subsídios químicos naturais que propiciavam o tratamento do couro. Uma árvore típica da região dos mangues, *avicennia*, ofertava folhas e cascas utilizadas para maciar e preparar o couro para produção de sapatos, bolsas, cintos em geral.

Em 1935 era instalada na cidade a “Fábrica de Produtos químicos e corantes Santa Cléo”, posteriormente vendida e renomeada, nome vivo na memória dos cubatenses até os presentes dias, como “Companhia de Anilinas e Produtos Químicos do Brasil”, que possuía uma vila operária e ocupava lugar na região central da cidade, próxima aos rios e portos menores locais, produzindo tinturas, bicarbonato de sódio, anilinas para tingimento de lã, sódio, diversos tipos de sabão, formol, solventes e até mesmo explosivos (Pinto, 2003).

Em 1919, a terceira indústria, chamada “Companhia Fabril de Papel” instalou-se ao pé da serra, com foco na produção de papel. Em 1925, a necessidade urgente de suprimento de energia elétrica na região foi criada a São Paulo Ligth and Power Co., que deu origem à Vila Ligth e possibilitou a construção da Usina Henry Borden, assim chamada em honra a um alto executivo da Ligth, que passou a representar 14% da potência energética do país e 80 a 90% da produção total de energia do Estado de São Paulo (Couto, 2003).

O processo de construção total da usina se deu em 24 anos, de 1926 a 1950. A Figura 04 - Construção da usina Henry Borden demonstra uma equipe de trabalhadores subindo em trilhos sobre a Serra do Mar e construindo parte já da finalização do projeto em 1947.

Figura 4 - Construção da Usina Henry Borden em 1947

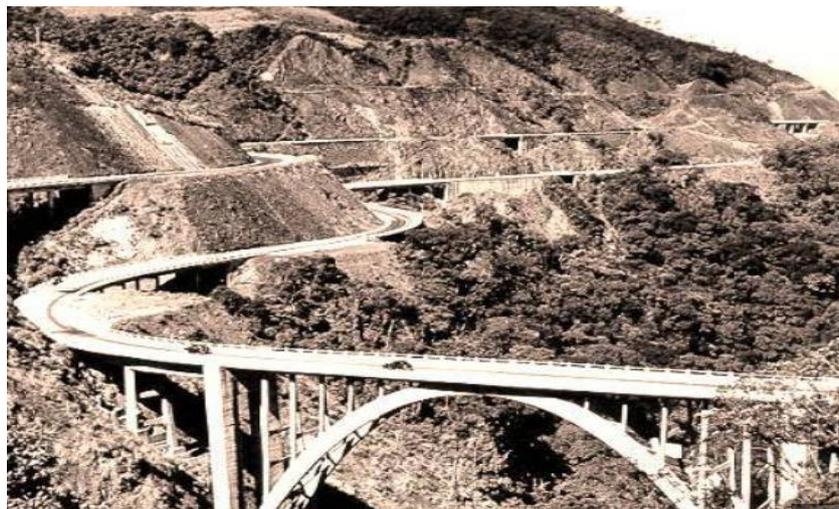


Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

Importante mencionar a construção da Rodovia Anchieta, inaugurada em 1947, sendo a primeira estrada a ligar a baixada santista ao planalto paulista. Planejada para suportar ônibus, automóveis e caminhões, composta de um desenho curvilíneo e diversos túneis, foi considerada à época a estrada mais bonita do Brasil (Morais; Barreto, 2013).

A via Anchieta possui uma característica: sinuosidade. A Figura 05: Via Anchieta, apresenta uma visão da estrada que facilitou o escoamento de bens de uso e consumo do porto de Santos para o planalto paulista, sendo parte essencial ao desenvolvimento da baixada santista, do Estado de São Paulo e do país.

Figura 5 - Via Anchieta



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo histórico de São Paulo.

A construção da estrada, atraiu milhares de trabalhadores oriundos de outras regiões do país, onde grande parte deles firmaram moradia no local, dando origem a bairros como: Cota 200, Cota 400, Cota 95.

Em razão da composição geológica da área, foi necessária a construção de cinco túneis na rodovia, conforme demonstra a Figura 06: Via Anchieta, totalizando 72 km de comprimento, por 58 km de extensão.

Figura 6 - Construção de túnel da Anchieta



Fonte: Reprodução Obtida de Arquivo histórico de São Paulo.

No ano de 1954, a Refinaria de Petróleo Presidente Bernardes foi instalada em Cubatão, abrindo as portas para a instalação do polo industrial na cidade, seguida pela Cia. De Siderurgia Paulista, em 1963, criando o trinômio: energia-aço-petróleo, que veio a alavancar a cidade ao título de maior polo industrial da América Latina (Pinto, 2003).

Neste complexo industrial figuraram empresas de grande potencial e renome como Emae (Ligth), Votorantim, Ultrafertil, Fosfertil, Cia. Brasileira Estireno, Refinaria Presidente Bernades, Petrocoque S/A, Basan, Carbocloro S/A (atualmente nomeada de Oxipar), Rodhia do Brasil Ltda, Dowm Brasil, Engebasa S/A, Cargil Fertilizantes, White Martins, Columbiann Chemicals, Hidromar Ltda, Bunge Fertilizantes, Cosipa (Atualmente Usiminas), Brastubo e Dufer (Pinto, 2003).

No seu auge, entre os anos de 1980 e 1990, o polo industrial de Cubatão empregava milhares de funcionários nas diversas vertentes industriais, onde no ano de 1980 contabilizou-se 17.922 empregados na indústria, número este que saltou para 24.976 empregados no ano de 1990 (Zandonandi, 2018).

A cidade ocupava o 19º lugar no ranking do PIB do Estado de São Paulo e 56ª posição no Ranking nacional no ano de 2009. Em 2021 passou a ocupar o 17º lugar no ranking estadual e a 57ª posição no ranking nacional (IBGE, 2021).

Em contraponto ao gigantesco crescimento econômico, a cidade passou a sofrer com os impactos socioambientais decorrentes desta explosão industrial, que atraiu pessoas de diversas regiões do Brasil, de forma mais intensa imigrantes do Estado de Minas Gerais e da Região Nordeste brasileira, sendo a população local até hoje composta majoritariamente por descendentes destes imigrantes mineiros e nordestinos (Cubatão, 2021).

Dentre os diversos impactos decorrentes da industrialização destacam-se: a explosão demográfica, a poluição do ar, da água, do solo, a degradação de espécies (a exemplo dos guarás, ave típica da região) quase levando-as à extinção, a precariedade de moradia e a baixa condição de saúde dos moradores.

Os corpos d'água, abundantes na região, passaram a sofrer poluição em decorrência do despejo de detritos oriundos da indústria química local, bem como dos esgotos residenciais sem saneamento ou tratamento.

O ar passou a ser considerado de baixíssima qualidade por ocasião das gigantescas emissões de poluentes gasosos, que além de tornar o ar insalubre aos moradores locais, por não raras vezes provocava chuvas ácidas, que prejudicavam a fauna e flora local, ao liberar metais tóxicos, provocavam corrosões em estruturas de construções, clareiras na vegetação e vindo ainda a causar danos à saúde de pessoas (Garcez, 2013).

Estas situações receberam destaque na imprensa, fulgurando um estigma mundial, que persistiu por décadas sob a cidade, como demonstra a Figura 07 – Notícias sobre poluição do ar em Cubatão.

Figura 7 - Notícias sobre a poluição do ar em Cubatão



Fonte: <https://justicaeco.com.br/quem-foi-randau-marques-o-pioneiro-do-jornalismo-ambiental-no-brasil/>.

Na mesma época, em razão do alto nível de poluentes no ar, a cidade ficou conhecida midiaticamente como “cidade das crianças sem cérebro”, uma vez que a anencefalia se tornou mais comum do que nunca na região.

As chaminés das fábricas funcionavam diuturnamente, agravando o quadro de saúde da população, de forma especial as diversas enfermidades além dos eventos de anencefalia, como também os de cunho respiratório acometeram os moradores, como o alto índice de rinites, sinusites e asma.

A Figura 08 - Poluição do ar em Cubatão, demonstra o dia a dia dos trabalhadores, passando pela Vila Parisi, rumo ao trabalho no parque industrial. Note-se a nuvem de material particulado e gases emitidos pelas chaminés.

Figura 8 - Poluição do ar em Cubatão



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

O manguezal sofreu impactos decorrentes da poluição da água, bem como da invasão de seu território para construção de residências para os trabalhadores que vinham de longe, a fim de trabalhar e manter suas famílias. Ao não encontrarem moradias adequadas, tais famílias migravam para regiões marginais do município, construindo suas casas com certa frequência nos morros e sobre os mangues da cidade.

Sobre este aspecto manifesta-se Júlia Gutberlet:

“O mangue de Cubatão está sujeito a poluição do ar e da água por emissões industriais e esgotos domésticos, à contaminação com óleo pelo tráfego marítimo, à contaminação do solo por depósitos de resíduos tóxicos e às intervenções antrópicas no regime de escoamento fluvial por retificação e mudanças nos leitos dos rios nas áreas urbanas no mangue aterrado. (...) O aterro do mangue, a retificação e canalização dos leitos dos rios na baixada e o desmatamento da vegetação levam a graves inundações também nas cidades vizinhas (GUTBERLET, 1996)”.

A Figura 09 - Vila Parisi em 1980, ilustra o bairro que ladeava o parque industrial, ocupando uma área de 41 hectares, habitado por cerca de 15 mil moradores em 1970 e foi palco de grande catástrofe de saúde, uma vez que pela proximidade com as indústrias alcançou um potencial tóxico, que conseqüentemente aumentou a mortalidade infantil chegando ao ápice de 40 em cada mil crianças virem à óbito dentro da primeira semana de vida, evidenciada pelos casos de anencefalia (Pinto e Torres, 1991).

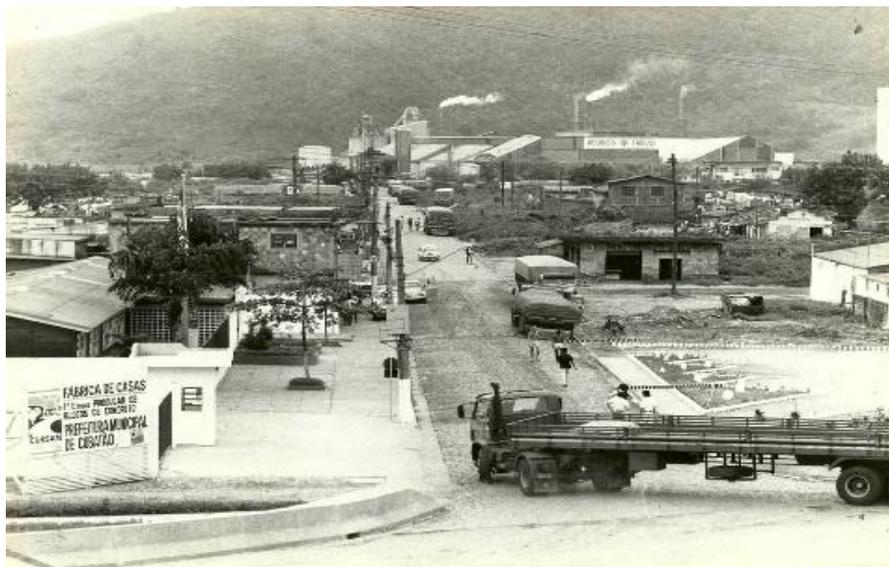
Figura 9 - Vila Parisi em 1980



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

Chaminés circundavam o bairro, trazendo o desenvolvimento e a degradação da natureza e do ser humano, como ilustra a Figura 10: Vila Parisi em 1981.

Figura 10 - Vila Parisi em 1981



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão.

Ademais pode citar-se o Caso da Vila Socó, que completou recentemente 40 anos do ocorrido, onde em 1984, por decorrência de vazamentos na tubulação dos oleodutos da Refinaria Presidente Bernardes, ocasionou um gigantesco incêndio, que ocasionou a morte de centenas de famílias que habitavam em palafitas, sobre o mangue, na região hoje conhecida como Vila São José, como presente a Figura 11 - Vila Socó em 1980, antes da grande catástrofe.

Figura 11 - Vila Socó em 1980



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão

O incêndio devastou casas e a vida dos moradores locais. Muito embora o processo da época capitulasse o número de 93 falecidos na ocasião, apurou-se, que mais de 700 pessoas perderam suas vidas, conforme informações da Comissão da Verdade¹³, que até os dias hoje luta pela responsabilização jurídica dos envolvidos.

A dimensão dos estragos causados pelo desastre é demonstrada pela Figura 12 - Cenário pós incêndio na Vila Socó. Note-se a destruição das moradias locais, onde em grande parte eram palafitas sobre a área de mangue que ladeava a rodovia Anchieta.

Figura 12 - Cenário pós incêndio Vila Socó



Fonte: Reprodução obtida de Arquivo Histórico de Cubatão

Em que pese o terrível acontecimento, também no período da superindustrialização da cidade que tiveram origem vilarejos irregulares, hoje representando mais de 25% da população da cidade, bairros como Vila Esperança, 19.283 habitantes e Vila dos Pescadores, 9.000 habitantes (Cubatão, 2023).

A própria terra passou a se tornar um depósito de resíduos industriais nocivos à saúde, como denotam situações emblemáticas, como o Caso Rhodia,

¹³ Comissão formada por representantes da Ordem dos Advogados de Cubatão, pesquisadores, jornalistas e membros da comunidade local, instituída com a finalidade de buscar os dados reais da quantidade de mortos e a responsabilização civil dos causadores. Vide <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=357532>.

que entre os anos de 1977 e 1981, passou a recolher toneladas de resíduos tóxicos e despejá-los de forma clandestina no meio ambiente, poluindo a terra e causando danos primeiramente à saúde de seus empregados, com o primeiro registro da empresa realizado em 1978 realizados pela CETESB (FIOCRUZ, 2010).

Não obstante, as chuvas ácidas causaram danos à vegetação da Serra do Mar, que em decorrência de tais danos passou a sofrer com a erosão demasiada frente às chuvas da região, ocasionando por conseguintes verdadeiras clareiras profundas em formato de fendas na vegetação atlântica.

E foi assim que Cubatão ficou mundialmente conhecida como “Vale da morte”, após o jornal americano The New York Times tornar público na imprensa mundial o artigo que descortinava tal situação, assim já nomeada, por membros do governo e jornalistas locais (Pimentel, 2013), causando paúra até a transeuntes e turistas que viriam à Santos em busca do mar, causando depreciação não apenas o território, mas também a autoestima dos residentes.

A concentração industrial, embora tenha gerado empregos e contribuído para a arrecadação do ICMS, trouxe à tona problemas ambientais significativos. O crescimento desordenado e a falta de planejamento urbano resultaram em sérias questões de poluição do ar, água e solo, que ainda afetam a qualidade de vida dos moradores. Esse dilema evidencia a necessidade de um desenvolvimento sustentável que equilibre crescimento econômico e preservação ambiental.

Além da indústria, o município também se beneficia de sua localização estratégica, servindo como um corredor logístico que conecta o interior de São Paulo ao litoral. Isso impulsionou não apenas o transporte de cargas, mas também a mobilidade de passageiros, refletindo uma diversificação na sua base econômica.

É fundamental destacar os seguintes aspectos: a proximidade do Porto de Santos, que já na década de 1950 era um dos principais centros de exportação e importação de mercadorias no Brasil; a disponibilidade de energia elétrica, proporcionada pela Usina Hidrelétrica Henry Borden, instalada em 1926; a construção da Rodovia Anchieta em 1947; o potencial de exploração de madeira para combustão e a disponibilidade de rios para abastecimento; além da localização próxima à cidade de São Paulo.

Em relação a esse processo espacial, que foi caracterizado pela intensa instalação de fábricas, Damiani (1985) observa que se trata de um fenômeno econômico que ultrapassa as fronteiras de Cubatão, “[...] remetendo à expansão qualitativa e quantitativa da industrialização brasileira, que reafirma o Sudeste, especialmente São Paulo, como uma área de concentração da produção industrial e centralização do capital”. A autora também enfatiza a predominância de grandes unidades de produção, com alta composição orgânica de capital, especialmente nos setores petroquímicos e siderúrgicos.

Considerada midiaticamente como o “Vale da Morte” devido aos altos índices de poluição resultantes do crescimento industrial, a industrialização de Cubatão nos leva a refletir sobre um fenômeno que vai além da escala local. Como menciona Damiani (1985), trata-se de um processo também nacional, em que setores industriais com elevados níveis de emissão de poluentes se deslocam para países em desenvolvimento, evidenciando uma divisão internacional do trabalho.

1.3 Principais desafios socioambientais enfrentados pela população

Em meio ao desenvolvimento industrial e aos danos ambientais, a cidade caminhou rumo ao fim do século XX, carregando um grande passivo socioambiental decorrente da explosão demográfica ocasionada pela industrialização, bem como pela contaminação por resíduos industriais propriamente ditos.

Segundo a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), a qualidade do ar em 1990 na cidade era atacada por uma emissão de material particulado de 31,7 toneladas ao ano, além dos fluoretos, dióxidos e compostos orgânicos voláteis (CETESB, 1990).

Em 2023, a qualidade do ar no polo industrial Cubatão foi ainda demonstrada com altas concentrações de material particulado, com ocorrência por mais de 60 vezes ao ano, sem, entretanto, exceder os valores máximos referenciais, e com destaque para a melhor qualidade do ar no restante da cidade, onde a medição restou irrelevante para o padrão de dados (CETESB, 2023).

Apesar da melhoria do ar, o passivo ambiental do município permaneceu exacerbadamente alto nestas décadas, sendo estimado pela FIOCRUZ, num montante superior a 2,5 bilhões de reais, atribuído exclusivamente aos descartes tóxicos realizados pela empresa Rhodia (FIOCRUZ, 2010).

Em contraponto, no ano de 1985, nascia no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 7.347, dando origem a Ação Civil Pública, que tendo por objetivo a defesa de direitos difusos e coletivos. Não tardou para que em 15 de janeiro de 1986 se originasse também a primeira Ação Civil Pública no Brasil, processo n. 0000025-24.1986.8.26.0157, onde foram tornadas rés 24 indústrias de Cubatão, buscando sua responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente.

Sobre esta ação Gabriela Garcez frisaria anos mais tarde: “Pela primeira vez na história do País viam-se os poluidores ameaçados de arcar com os custos da reparação dos danos por eles provocados, desde sempre transferidos para a sociedade” (Garcez, 2013).

Em que pese a importância desta ação, custou mais de 30 anos para que fosse julgada procedente, findando-se em 19 de setembro de 2017, como demonstra trecho da sentença:

[...] JULGO PROCEDENTE a presente ação para condenar todas as empresas que figuram no polo passivo desta ação, de forma solidária, a pagar indenização a ser apurada por ocasião da liquidação de sentença, que deve corresponder ao custo integral necessário para a completa recomposição do complexo ecológico atingido, até a data da perícia a ser realizada e que deverá ser custeada pelas empresas rés, inclusive o dano ambiental interino ou intercorrente, de modo a que readquiram, qualitativa e quantitativamente, os atributos anteriores ao início do processo de poluição. O custo da recomposição compreenderá, dentre outras medidas necessárias à reparação total dos danos, necessariamente: a) restauração da cobertura vegetal primitiva, incluindo: 1) a descontaminação do solo; 2) a estabilização das encostas; 3) o restabelecimento do equilíbrio da rede de drenagem natural; 4) a revegetação com espécies nativas e típicas da Mata Atlântica, obedecendo o fluxograma racional; b) reintrodução das espécies endêmicas de todos os gêneros da fauna silvestre ; c) desassoreamento dos cursos d'água comprometidos [...]

Outro grande desafio para a cidade deu-se em razão da desindustrialização. O polo industrial que outrora trouxera imensa oferta de empregos, a partir dos anos 1990 sofre resfriamento, onde diversas indústrias migraram para outras regiões ou fecharam suas portas, a exemplo da USIMINAS

(Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais), antiga COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista), em janeiro de 2016, passando não mais a ser capaz de absorver a mão de obra disponível na localidade, gerando uma queda de 33% entre os anos de 2015 e 2022, atualmente a indústria acolhe cerca de 11.730 empregados (SEBRAE, 2022).

Sob a ótica da habitação também surgem desafios, uma vez que somente na vila esperança foram diagnosticadas 7.747 residências em área de invasão, sem saneamento básico e pavimentação adequados (Cubatão, 2023).

Na vila dos Pescadores o número encontrado é de aproximadamente 3.443 residências em situação idêntica. Ademais ainda há os bairros Cota, Água Fria, Pilões e Vila Noel, que se somam ao déficit habitacional do município.

Com enfoque na saúde, a cidade apresentou até o ano de 2017: hospitais fechados; baixa oferta de profissionais da saúde; baixos índice de natalidade; mortalidade infantil com certa melhora, visto que em 2009 23,95 óbitos por cada mil nascidos vivos caiu em 2024 para 14,17; expectativa de vida em 2010 era de 74,3 anos, não havendo registros no censo de 2022 sobre o tema.

Chama atenção às rupturas e continuidades na estruturação da cidade de Cubatão, em relação as décadas de 1960 e 1970, analisadas por Damiani (1985)¹⁴, a ruptura é em relação a industrialização, pois o pós-1980 é marcado pela desindustrialização massiva de Cubatão, entretanto houve a continuidade de dinâmicas de periferização, favelização e segregação socioespacial imposta.

Cubatão enfrenta uma série de desafios socioambientais que afetam diretamente a qualidade de vida de sua população. Esses problemas são consequência de um processo de industrialização acelerado e frequentemente desordenado, que trouxe consigo não apenas desenvolvimento econômico, mas também sérias repercussões sociais e ambientais. Entre os principais desafios, destacam-se a poluição ambiental, a desigualdade social e a vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Um dos desafios mais evidentes em Cubatão é a poluição do ar, da água e do solo. A intensa atividade industrial, concentrada em setores como

¹⁴ DAMIANI, A. L. Na busca das favelas o encontro do peão que permanece – As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico. São Paulo: FFLCH/USP, 1985 (dissertação de mestrado).

petroquímica e siderurgia, resultou na emissão de poluentes que comprometem a saúde da população e a qualidade dos recursos naturais. Estudos indicam que os índices de poluição atmosférica em Cubatão alterados, contribuindo para problemas respiratórios e outras doenças crônicas. Além disso, a contaminação dos rios e do solo, decorrente do descarte inadequado de resíduos industriais por anos, coloca em risco até hoje não apenas a saúde pública, mas também a biodiversidade local.

Outro desafio significativo é a desigualdade social. Apesar do potencial econômico gerado pela indústria, muitos moradores de Cubatão vivem em condições de vulnerabilidade. A falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e infraestrutura urbana adequada perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. A distribuição desigual dos benefícios econômicos gerados pela industrialização contribui para a marginalização de uma parcela significativa da população, que enfrenta dificuldades em acessar oportunidades de emprego e melhoria de vida.

Cubatão também é afetada pela vulnerabilidade às mudanças climáticas. A região é suscetível a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e enchentes, que são exacerbados pela degradação ambiental e pela urbanização desordenada. Essas condições não apenas afetam a infraestrutura urbana, mas também agravam a situação dos grupos mais vulneráveis, que muitas vezes residem em áreas de risco. A falta de planejamento urbano e medidas adequadas de adaptação tornam a população ainda mais exposta aos impactos dessas mudanças.

Para enfrentar esses desafios, é crucial a adoção de políticas públicas integradas que considerem tanto a dimensão ambiental quanto a social. Investimentos em tecnologia limpa e na transição para uma economia sustentável podem ajudar a reduzir a poluição industrial. Além disso, a promoção de programas sociais que visem a inclusão e a capacitação da população é essencial para diminuir a desigualdade. Por fim, o desenvolvimento de estratégias de resiliência às mudanças climáticas, como o reflorestamento e a criação de áreas verdes, pode mitigar os impactos das adversidades climáticas.

Os desafios socioambientais enfrentados pela população de Cubatão são complexos e interligados. Abordá-los requer um compromisso conjunto entre governo, setor privado e sociedade civil, visando um desenvolvimento que

priorize a saúde e o bem-estar da população, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente. Somente assim será possível construir um futuro mais justo e sustentável para todos os cubatenses.

1.4 A Agenda 21 no município de Cubatão

A Agenda 21 foi um plano de ação internacional criado após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Rio-92. Ela buscou como objetivo promover o desenvolvimento sustentável em diferentes níveis — local, nacional e global. Basicamente, é um conjunto de recomendações e metas que buscam equilibrar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e a justiça social.

Essa iniciativa surgiu como resultado da conferência de 1992, onde 179 países assinaram um compromisso político para enfrentar os desafios ambientais e sociais do mundo. A ideia central da Agenda 21¹⁵ é "pensar globalmente, agir localmente - GLOCAL", incentivando a participação da população e o envolvimento de diversos setores da sociedade, como governos, sociedade civil e setor privado. Seus princípios incluem a proteção do meio ambiente, a justiça social e a busca por uma economia eficiente, sempre com a participação de todos os envolvidos.

A iniciativa de criar a Agenda 21 para Cubatão surgiu com a colaboração das empresas do Polo Industrial, representadas pelo Cide, FIESP e CIESP regional Cubatão, além da Prefeitura e da Câmara Municipal. O processo começou em 2005 e foi finalizado em agosto de 2006, quando recebeu o reconhecimento de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 8.977, 2006. Para essa agenda, foram definidos 17 temas principais.

Em 2008, a implementação dos projetos da Agenda passou a ser conduzida por profissionais especializados da Universidade Católica de Santos, que criaram o relatório intitulado “Projeto de Gerenciamento de Implantação da Agenda 21 de Cubatão” para orientar esse processo.

¹⁵ Agenda 21. Responsabilidade socioambiental. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>.

Em 2009, o poder executivo municipal criou a Comissão Permanente da Agenda 21, com a missão de revisar os projetos e estabelecer prioridades para sua execução, levando em conta as possibilidades orçamentárias do município. Essa comissão é liderada pelo Secretário de Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento de Cubatão e conta com representantes do setor público, da iniciativa privada e da comunidade, incluindo membros da Câmara Municipal, Secretarias do Meio Ambiente, Planejamento e Habitação, além de entidades como CETESB, Agência de Desenvolvimento da Baixada Santista, Instituto Federal de São Paulo - Cubatão, Polícia Militar, Defesa Civil, Ciesp, ACIC, SESI, SENAI, OAB de Cubatão, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cubatão, Associação dos Médicos de Cubatão, Crea de Cubatão, entre outros.

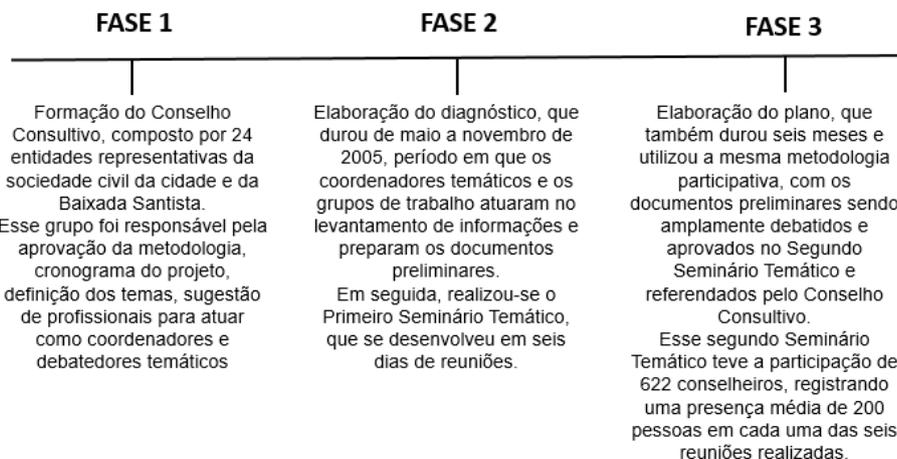
O principal objetivo da comissão foi acompanhar e orientar a implementação dos projetos prioritários definidos no plano de trabalho chamado “Cubatão 2020 – A Cidade que Queremos”. Além disso, ela também realizou revisões periódicas e atualizações do plano sempre que necessário, buscando melhorar a qualidade de vida e os indicadores sociais da população de Cubatão, sempre com foco no crescimento sustentável.

A Agenda 21 apresentou de forma prática importante avanço na reestruturação das políticas ambientais no município, colocando seus atores em condições de discussão e participação popular de qualidade, inclusive as crianças, que foram multiplicadores ativos dos objetivos e vetores disseminadores das contribuições populares para construção da Agenda.

Ao final do ano de 2006, os conselhos municipais demonstravam fortalecimento e determinação na participação democrática, demonstrando autonomia e preparo, fato que, infelizmente, entra num hiato até a chegada da proposta da Agenda 2030.

Abaixo as fases da implantação da Agenda 21 (Figura 13).

Figura 13 – Fases da implementação da Agenda 21 em Cubatão



Fonte: Elaborado pela autora com base em Barbosa, Alves (2012)¹⁶

Os pesquisadores Gonzales e Licco (2006) realizaram levantamento dos temas e projetos associados (Tabela 1).

Tabela 1 - Temas centrais da Agenda 21 de Cubatão e projetos associados

TEMAS	PROJETOS
Logística	17
Urbanismo, sistema viário e mobilidade da população	17
Indústria, Comércio e Serviços	13
Turismo	16
Habitação e Ocupações Desordenadas	13
Saneamento Básico	10
Qualidade do ar, das águas e riscos ambientais	10
Unidades de conservação e áreas de proteção permanente	5
Saúde	40
Educação, educação ambiental e qualificação profissional	26
Cultura	20
Esporte e Lazer	26
Geração de renda	11
Assistência Social	21
Segurança Pública	16
Administração Pública	16
TOTAL	277

Fonte: Gonzalez, Licco (2006)¹⁷ modificado pela autora.

¹⁶ BARBOSA, Américo; ALVES, Dirce. Agenda 21 de Cubatão: uma história feita por muitas mãos. Cubatão: CIDE/CIESP, 2012.

¹⁷ GONZALEZ, Benito Martinez; LICCO, Eduardo Antonio. A AGENDA 21 NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO. Disponível: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=12&cod_artigo=220. Acesso em 10 jan. 2024.



Nos anos 1980, Cubatão era conhecida como o Vale da Morte, devido aos sérios impactos socioambientais que enfrentava. Hoje, a cidade se apresenta como um município organizado, com um sistema de planejamento de desenvolvimento social e econômico fundamentado nos princípios do desenvolvimento sustentável, conforme orientado pela Agenda 21. A implementação da Agenda 21 local, através do plano de ação “Cubatão 2020 – A Cidade que Queremos”, conseguiu promover um crescimento equilibrado, beneficiando tanto os moradores quanto a economia do município, sempre buscando um desenvolvimento que respeite o meio ambiente.

CAPÍTULO 2 - IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM CUBATÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁸ são uma agenda global adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas que abrangem diversas áreas do desenvolvimento sustentável, garantindo um futuro sustentável para todos.

A nova Agenda, guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas¹⁹, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional e fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005.

Mais expansivo do que o Acordo de Paris²⁰, que foca especificamente nas mudanças climáticas, os ODS representam uma agenda mais ampla para o desenvolvimento sustentável global, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais em um quadro de ação coletiva e compromisso internacional. Ambos são essenciais para a construção de um futuro mais justo, próspero e sustentável para todas as pessoas e para o planeta.

É fato que, por melhor que seja este projeto mundial, sem sua implementação nos municípios, não será possível alcançar os objetivos desejados.

A ONU Brasil redigiu num documento visando auxiliar na articulação dos Programas de Governo para as eleições presidenciais de 2020 com os objetivos da Agenda 2030. Neste manual propõe um roteiro para a implementação: 1- Conhecimento da Agenda 2030 e dos ODS; 2-Diagnóstico da situação do país; 3- Visão de desenvolvimento; 4-objetivos; 5- Planejamento Estratégico; e 6- mecanismo de prestação de contas. (ONUBR, 2018). Em que pese tal roteiro ser

¹⁸ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.

¹⁹ ONU. Carta das Nações Unidas: preâmbulo. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>,

²⁰ Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

subsídio direcionado à construção de planos de governos, mostra-se também ferramenta útil a nortear a implantação da Agenda 2030 em territórios menores.

O Brasil no fórum Político de alto nível da ONU apresentou Revisão Nacional Voluntária, RNV²¹, um relatório que demonstra um diagnóstico da implementação dos ODS desde sua proposição até os dias atuais, com vistas a sua completude. Neste mesmo evento o Brasil sinalizou que “Agenda 2030 é o caminho para reconstrução nacional”, nota-se que em recortes menores, como os municípios, o mesmo método pode ser aplicado na busca do mesmo resultado.

Nesta empreitada, além do país, os estados brasileiros também foram em busca de formas de incentivar e apoiar a criação das ações afirmativas a serem construídas pelos municípios, ao exemplo do Rio de Janeiro, que em parceria com a ONU-Habitat promoveu mobilização regional de 86 municípios para o desafio de cidade fluminense que mais implemente ODS (ONU, 2024).

Segundo o Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros²² a governança municipal precisa ser eficiente e flexível, muitas vezes atuando como o melhor ator para resolver problemas sociais que, às vezes, têm impactos globais maiores.

A forma como as cidades são geridas influencia diretamente a vida de todos que vivem nelas, todos os dias. Além disso, a cidade pode ser um verdadeiro motor de mudanças positivas e de desenvolvimento em áreas como saúde, educação, mobilidade, qualidade de vida, saneamento, gestão de resíduos, segurança pública, moradia, acesso à água potável e criação de um ambiente favorável para negócios inclusivos.

Para a Confederação Nacional de Municípios – CNM²³ apresentam os sete passos para incorporação dos ODS na agenda municipal aqui destacados e na figura 14:

²¹ O Relatório Nacional Voluntário é uma forma de monitoramento da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Este relatório pode ser apresentado à ONU pelos países que se comprometeram com a Agenda 2030.

²² Confederação Nacional de Municípios – CNM Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020 – Brasília, DF: CNM, 2017.

²³ A CNM firmou acordo com a iniciativa de Articulação de Redes Territoriais (ART) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), visando a fortalecer as capacidades municipais brasileiras em relação à localização dos objetivos, traduzindo-os para as realidades locais.

- **Sensibilizar e defender a ideia**

Ao adotar a Agenda 2030, o prefeito deve começar sensibilizando sua equipe de secretários, que podem atuar como multiplicadores dos princípios da agenda para suas equipes, incluindo diretores, assessores e técnicos. Compartilhar esses conceitos gera engajamento, boas ideias e um sentimento de união, lembrando que ações locais contribuem para uma meta global. É fundamental que todos entendam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas para que ações locais tenham impacto concreto. Após esse alinhamento, o trabalho deve ser ampliado para outros setores, como vereadores, judiciário, sociedade civil, setor privado e órgãos estaduais e federais, promovendo encontros para discutir cada ODS e estimular contribuições de todos os atores envolvidos.

- **Levantar a situação atual em relação aos ODS**

Para entender a situação do município em relação aos ODS, é necessário coletar e analisar dados comparando com o país, o estado, a região ou municípios semelhantes. Isso pode ser feito usando indicadores específicos. É importante envolver representantes de várias áreas do município, como saúde, educação, meio ambiente, urbanismo, administração e finanças, além de incluir membros do Poder Legislativo, Judiciário, sociedade civil, universidades e setor privado. Assim, a avaliação será mais completa e colaborativa.

- **Identificar as reais necessidades e definir prioridades**

A análise de indicadores e outras ferramentas de diagnóstico ajuda os atores locais a entenderem suas necessidades, fortalecendo a parceria com a comunidade e promovendo decisões baseadas em evidências. Como as necessidades costumam ser maiores que os recursos disponíveis, é importante buscar parceiros e definir prioridades que possam gerar mudanças concretas e benefícios para a sociedade. Essas prioridades devem ser estabelecidas de forma participativa, em diálogo com o governo. Com base nelas, nos compromissos assumidos, nos recursos disponíveis e nas ações já em andamento, o momento mais desafiador é fazer escolhas estratégicas, que determinarão o sucesso do governo e a aprovação da comunidade.

- **Preparar os instrumentos de planejamento e gestão orçamentária**

O Plano Plurianual (PPA) é uma obrigação da Constituição Federal e deve ser elaborado por todos os municípios. Ele é um documento que planeja as ações da administração municipal para os próximos quatro anos, incluindo projetos contínuos e investimentos. Elaborar um PPA ajuda a usar os recursos de forma transparente e planejada, alinhando-se à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano deve ser escrito em programas, ações, diretrizes, objetivos e metas, e enviado à Câmara de Vereadores para aprovação. Ele orienta a gestão municipal, deve estar integrado ao orçamento e incluir instrumentos de monitoramento e avaliação. Além disso, todas as ações do PPA precisam estar na Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser compatível com o plano. Anualmente, é enviada uma proposta de revisão do PPA junto com o projeto de LOA para ajustes e continuidade do planejamento.

- **Estabelecer estratégias de implementação e firmar parcerias**

A fase de implementação do PPA é a mais desafiadora e depende de liderança, uso adequado dos recursos, equipes capacitadas e boas ferramentas de gestão. Mesmo sabendo o que fazer e com quais recursos, é essencial definir o “como” realizar as ações. Para isso, gestores devem seguir princípios e diretrizes estratégicas durante a implantação dos planos municipais de governo, garantindo o sucesso do plano alinhado à Agenda 2030.

- **Construir mecanismos de governança**

Governança é o conjunto de mecanismos que alinham os interesses de todas as pessoas envolvidas ou afetadas pelas ações de uma organização, como as políticas públicas municipais. Na prefeitura, a governança é influenciada pela participação da sociedade, que geralmente ocorre por meio de conselhos. É importante lembrar que a implementação da Agenda 2030 não é só responsabilidade do governo, mas de todos os atores do município. Para fortalecer a cidade, é fundamental que todos entendam suas responsabilidades e trabalhem juntos.

- **Monitorar e avaliar: rever estratégias e registrar o legado**

Depois de definir as estratégias de desenvolvimento, cada município deve estabelecer metas e indicadores específicos, que ficarão nos planos de governo. É importante também criar um retrato inicial desses indicadores no começo da gestão, para que possam ser medidos e acompanhados ao longo do tempo.

Figura 14 – Passos para incorporação dos ODS na Agenda Municipal



Fonte: Elaborado pela autora com base no Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros.

Já a cidade de Santos-SP, vizinha do município de Cubatão, iniciou seu processo de implementação no ano de 2018, quando foi criado o Departamento de ODS. Passou por uma reforma interna, onde implantou normas e programas específicos que possibilitaram a internalização da Agenda 2030. Hoje encontra-se na 26ª posição no ranking nacional (ISDC, 2024).

Em Cubatão, a implementação da agenda 2030, teve início frente ao empenho e desenvolvimento pela Secretaria de Meio Ambiente da cidade, que mesmo durante a Pandemia da Covid-2019, permaneceu ativa na expectativa de elevar o município a melhores condições, por meio dos ODS.

A Secretaria de Meio Ambiente, seguiu as normas oriundas do Pacto de Nova York, assinado em 2015, acordo que deu origem à Agenda 2030 que inclui os 17 ODS.

No ano 2016 os ODS entram em vigor em todos os 169 países signatários do acordo. No ano de 2017 são emitidas as Orientações para Organizações Políticas e cidadania 2030 e ODS; bem como regulamentadas as frentes temáticas do Instituto Rede Brasil para o Pacto Global.

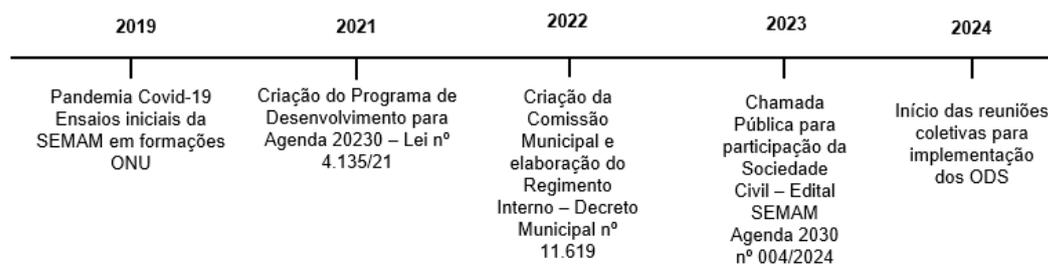
No ano de 2021 Cubatão institui o Programa Municipal para o Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal por meio da Lei nº 4.135/21. A Comissão Municipal e o regimento interno desta comissão foram regulamentados pelo Decreto Municipal nº 11.619 de janeiro de 2022.

Em 2022 o Legislativo Municipal criou o Grupo de Trabalho “Desenvolve Cubatão” e em 2024 é emitido pela comissão o Relatório Agenda 2030 - Cubatão.

No ano de 2023 foi criada uma chamada publica para inscrição da sociedade civil organizada através de entidades, cooperativas, empresas e associações, visando incluir a todos os que se interessassem em participar.

Mas é no ano de 2024, mais precisamente em 20 de janeiro de 2024, que a Comissão realizou sua primeira reunião para discussão da Agenda 2030 na cidade com apresentação de um Regimento interno e ações de divulgação do trabalho com vistas ao início das ações.

Figura 15 - Linha do tempo das ações do Município



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com as publicações municipais de Cubatão.

A metodologia para monitorar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cubatão é um processo estruturado que visa acompanhar o progresso do município em direção a um desenvolvimento mais sustentável. Esta metodologia abrange diversas etapas interligadas que buscam garantir a eficácia das ações e a participação da comunidade.

O primeiro passo consiste na realização de um diagnóstico abrangente da situação socioeconômica e ambiental de Cubatão. Isso envolve o levantamento de dados a partir de fontes oficiais, como censos demográficos e estatísticas de saúde, educação e meio ambiente. A análise desses dados permite identificar lacunas e áreas prioritárias que necessitam de atenção especial em relação aos ODS, ajudando a mapear os principais desafios enfrentados pela população.

Após o diagnóstico, é fundamental definir indicadores específicos para cada ODS. Esses indicadores devem ser mensuráveis, relevantes e adaptados à realidade local. A escolha dos indicadores deve ser acompanhada pela definição de metas claras e alcançáveis, alinhadas às diretrizes dos ODS, que servirão como referência para avaliar o progresso ao longo do tempo.

Com os indicadores e metas estabelecidos, o próximo passo é o desenvolvimento de planos de ação específicos para cada ODS. Esses planos devem detalhar as atividades a serem realizadas, prazos, responsáveis e recursos necessários. A mobilização de recursos, incluindo financiamento e parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, é essencial para a implementação das ações planejadas.

A execução das ações deve ser realizada de forma integrada, envolvendo a participação da comunidade e de diferentes setores da sociedade. Para garantir o acompanhamento eficaz, é importante estabelecer um cronograma para a coleta de dados sobre os indicadores, permitindo uma avaliação regular do progresso. O monitoramento contínuo possibilita ajustes nas estratégias, caso necessário.

A análise dos dados coletados deve ser realizada periodicamente, avaliando o desempenho em relação às metas estabelecidas. A elaboração de relatórios periódicos é crucial para apresentar os resultados do monitoramento de forma clara e acessível à população e aos stakeholders. A comunicação dos

resultados deve incluir eventos e espaços de diálogo, promovendo a transparência e o engajamento da comunidade.

Por fim, é fundamental realizar uma avaliação anual do progresso em relação aos ODS. Essa revisão deve considerar feedbacks da população e as lições aprendidas ao longo do processo. Com base nessa avaliação, os planos de ação devem ser ajustados para refletir novas prioridades e desafios emergentes, garantindo que o município se mantenha no caminho do desenvolvimento sustentável.

A metodologia proposta para o monitoramento da implementação dos ODS em Cubatão destaca a importância de um processo colaborativo e baseado em dados. Ao envolver a comunidade e promover a transparência, Cubatão poderá avançar em sua jornada rumo a um futuro mais sustentável, garantindo melhorias na qualidade de vida de seus cidadãos e contribuindo para os objetivos globais de desenvolvimento.

2.1 Estratégias e políticas adotadas pelo governo municipal para promover os ODS

A implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, depende não apenas das ações em âmbito nacional ou internacional, mas, sobretudo, do papel estratégico dos governos locais. Nesse contexto, os municípios representam uma instância essencial para a concretização das metas globais, pois é nas cidades que ocorrem os principais desafios e onde as políticas públicas impactam diretamente a vida da população.

No entanto, a efetiva incorporação dos ODS às políticas públicas municipais exige mais do que adesão formal. Implica o desenvolvimento de estratégias integradas, participativas e territorializadas, capazes de traduzir as metas globais em ações concretas e adaptadas à realidade local. Isso requer planejamento estratégico, articulação intersetorial e mecanismos de governança que envolvam os diversos atores da sociedade.

Entre as estratégias fundamentais está a integração dos ODS aos planos plurianuais (PPA), planos diretores e orçamentos municipais, de modo que as metas sustentáveis não sejam tratadas como um apêndice das políticas públicas,

mas como parte de sua estrutura central. Tal alinhamento possibilita que os investimentos públicos priorizem áreas como mobilidade urbana sustentável, habitação digna, saneamento básico, educação inclusiva e saúde de qualidade pilares essenciais da Agenda 2030 (Fernandes, 2020).

É indispensável que os municípios invistam na coleta e sistematização de dados locais, que permitam o monitoramento das metas e a avaliação das políticas implementadas. A ausência de indicadores desagregados dificulta a identificação de vulnerabilidades específicas e compromete a efetividade das ações. O uso de tecnologias da informação, aliado à transparência e à gestão baseada em evidências, constitui uma base sólida para a formulação de políticas eficazes.

Tomando por referência o município de Santos-SP, observa-se que uma das estratégias escolhidas pela municipalidade para a implementação dos ODS foi o aproveitamento de um projeto de participação de resultados, onde através da vinculação de um plano macro de implementação foi subdividido entre as Secretarias Municipais, recebendo cada uma um mapa de metas e ações, onde o avanço dos resultados e alcance das metas, que são decididas em assembleias, são revertidas em forma de bônus anual em salário aos servidores que compõem a Secretaria que alcançou os resultados almejados.

Em Cubatão, a primeira estratégia utilizada, conforme a ATA da Reunião nº 01 da Comissão Municipal, foi a criação de reuniões em formato de rodas de conversa²⁴ com apresentação e formação de banco de projetos.

Outra iniciativa foi o levantamento de dados a respeito dos vários assuntos pertinentes aos ODS, onde verificou-se que a Prefeitura Municipal já estava em processo de implementação de um sistema de dados eletrônicos que visa disponibilizar informações atualizadas desde georreferenciamento para monitoramento de IPTU, informações de acompanhamento da Saúde, projetos culturais, até diagnósticos socioeconômicos.

A inclusão dos ODS nas ações específicas de secretaria municipal também foi uma estratégia implementada pela Comissão, possibilitando que tais

²⁴ As rodas de conversa são um espaço de diálogo e troca de experiências entre pessoas, que permite a expressão, escuta e reflexão sobre um tema ou assunto específico. É um formato de discussão mais informal e participativo, que busca promover a interação e a construção de conhecimento coletivo.

ações venham a ser assim conhecidas e incluídas no Plano Plurianual do município, podendo ser objeto de celebração de parcerias e convênios pertinentes.

Verificou-se que em janeiro de 2025 foi constituída uma reforma administrativa por meio da Lei Municipal nº 4.356, 2025 na qual cria uma assessoria específica para tratar da implementação dos ODS na cidade.

O Anexo III da lei apresenta as atribuições do cargo criado:

[...] ASSESSOR ESPECIAL DE COORDENAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): atuar na definição das estratégias municipais para implementação dos ODS; representar o município em eventos regionais, estaduais e nacionais relacionados aos ODS; promover o diálogo entre secretarias municipais para assegurar o alinhamento das políticas públicas com os ODS; coordenar a integração das secretarias municipais no planejamento, execução e monitoramento das ações relacionadas aos ODS; participar da formulação das diretrizes estratégicas para alinhamento dos ODS nos planos municipais (PPA, LDO, LOA); representar o município em fóruns e eventos sobre os ODS; propor políticas públicas baseadas em melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade; fomentar parcerias com organizações públicas, privadas e sociedade civil; monitorar indicadores estratégicos relacionados aos ODS; e assessorar diretamente o Prefeito e Vice-Prefeito em questões ligadas aos ODS.

Em que pese a positiva ação da municipalidade, importante frisar que a reforma administrativa não contemplou um departamento, mas apenas a existência de um único assessor, em cargo de livre provimento e exoneração, responsável junto aos mandatários pelas funções citadas.

A cidade de Santos em sua implementação criou um departamento completo para efetivar os ODS no município, com servidores efetivos e nomeados, e com infraestrutura própria, garantindo melhor condições de concretização do trabalho.

A cidade de Guarujá, vizinha a Cubatão, que alcança no ranking nacional a 978ª posição e possui nível de desenvolvimento sustentável médio, com pontuação geral de 53,23, também não possui um departamento específico para tratar dos ODS, mas desenvolve o mesmo trabalho por meio da sua Secretaria Municipal de Planejamento.

Portanto, os governos municipais possuem um papel central na promoção dos ODS, mas esse papel demanda planejamento, inovação e cooperação. Ao adotar políticas públicas sustentáveis, democráticas e baseadas em dados, os municípios podem transformar realidades locais e contribuir significativamente para o alcance das metas globais. O desenvolvimento sustentável, afinal, começa no território.

2.2. Avaliação do envolvimento de diferentes atores, como setor privado, ongs e comunidade local

A Comissão para implementação da agenda 2030 em Cubatão apresenta configuração amplamente mista, tanto quanto às especialidades técnicas dos atores envolvidos, quanto a diversidade de tais agentes.

O Decreto que institui a comissão assim a definiu: composta por 12 membros do poder público, distribuídos entre as diversas secretarias, quais sejam: Meio ambiente, Procuradoria, Comunicação, Turismo, Saúde, Obras, Planejamento, Habitação, Assistência Social, Finanças, Educação e Cultura; 1 representante de universidade ou instituição de pesquisa localizado na região; representante da concessionária de água, 1 representante do setor industrial, 1 representante de indústria localizada na cidade; 1 representante do comércio e 2 representantes de Associações de bairros (Decreto nº 11.808, 2023)²⁵.

A diversidade de características dos envolvidos é considerado como ponto positivo para o enriquecimento do processo, uma vez que amplia o espectro de possibilidades estratégicas.

Assim “[...] a inclusão de minorias historicamente discriminadas contribui para a melhoria do ambiente de trabalho, tornando-o mais diversificado e democrático, incluindo a diversidade de renda, idade, gênero, etnia, religião e outras” (Saraiva; Irigaray, 2007).

Para melhor entendimento, construiu-se o Quadro 1 que indica os atores envolvidos no processo, a fim de demonstrar com maior clareza os envolvidos neste processo:

²⁵ Nomeia os membros para a composição da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, criada pela Lei Municipal nº 4.135, de 02 de setembro de 2021, em conformidade com o Decreto nº 11.619, de 18 de janeiro de 2022, biênio 2023/2024, e dá outras providências.

Quadro 1 - Atores envolvidos no processo

Nº	ATOR	SEGMENTO	SETOR
01	SEMAM	MEIO AMBIENTE	PUBLICO
02	SEPLAN	PLANEJAMENTO	PUBLICO
03	SEHAB	HABITACIONAL	PUBLICO
04	SEMAS	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PUBLICO
05	SEFIN	FINANÇAS	PUBLICO
06	SETUR	TURISMO	PUBLICO
07	SEDUC	EDUCAÇÃO	PUBLICO
08	ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO	ASSOCIAÇÃO	3 SETOR
09	COOPERS CARTORTUGAS	ASSOCIAÇÃO	3 SETOR
10	ONG ASSOCIAÇÃO SONHO E ESPERANÇA	ASSOCIAÇÃO	3 SETOR
11	LINK TECNOLOGIA SOCIAL	TECNOLOGIA	EMPRESARIAL
12	CEPEMA	EDUCACIONAL	PUBLICO
13	PASTORAL DA CRIANÇA	IGREJA	CIVIL
14	CIDE	INDUSTRIAL	PRIVADO
15	INSTITUTO FEDERAL	EDUCAÇÃO	PUBLICO
16	CAMARA MUNICIPAL	LEGISLATIVO	PUBLICO
17	RTA	EMPRESA	EMPRESA
18	APANAC	EDUCACIONAL	CIVIL
19	CHICAO ELETRONICOS	COMERCIAL	PRIVADO
20	GUERRA TRIPS	COMERCIAL	PRIVADO
21	MANGUEZAL VIVO	PROJETO	3 SETOR
22	SECOM	COMUNICAÇÃO	PUBLICO
23	UNPAR	INDUSTRIAL	PRIVADO
24	SEMOB	OBRAS	PUBLICO
25	SECULT	CULTURA	PUBLICO
26	INSTITUTO PODIUM	EDUCAÇÃO	PRIVADO
27	ONG ZABELE	CULTURAL	3 SETOR
28	PROSAN	EDUCACIONAL	PRIVADO
29	CONJ. HAB. AFONSO SCHMIDT	ASS MORADORES	SOC. CIVIL
30	TRSP	EMPRESA	PUBLICO
31	PROJETO UNIFICAÇÃO DAS QUEBRADAS	SOCIAL	SOC. CIVIL
32	ACIC	COMERCIAL	SOC. CIVIL

Fonte: elaborado pela autora com dados extraídos das atas da Comissão Agenda 2030.

Nota-se a presença de atores multidisciplinares, que enriquece e potencializa o alcance e a força da implementação do Programa, através de ações de saúde, logística reversa de eletrônicos, educação ambiental, educação sexual, formação para mulheres empreendedoras, limpeza ambiental no manguezal, democratização do acesso à internet, turismo ecológico, ações culturais, formação para jovens visando ingresso ao mercado de trabalho.

2.3. Identificação de iniciativas específicas relacionadas a cada um dos 17 ODS

Os acordos e tratados internacionais, em sua grande maioria trazem propostas a serem adotadas pelos governos locais com objetivo de mudar para melhor determinado fato ou situação de dano ou risco.

Em que pese a importância da internalização de tais acordos em todos os níveis de governo e até mesmo o desejo de sua imediata aplicação, como é o caso dos ODS, tem-se demonstrado muita dificuldade nesta efetivação, sem que sejam convertidas, por lei em políticas públicas.

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, apesar de regido por regramento próprio e permear diversas outras políticas públicas já existentes, não é em si mesmo uma política pública obrigatória por lei, sendo sua implementação ou não, um ato voluntário de adesão de cada governante.

Cubatão segue este mesmo processo, aderindo voluntariamente ao acordo e efetivando-o a partir de ações já existentes, bem como criando outras que possam contribuir para o alcance da implementação definitiva dos ODS.

Aqui destacamos o "Movimento ODS Cubatão", que é uma iniciativa dedicada a promover e fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na cidade de Cubatão. O objetivo principal é envolver a comunidade, empresas, instituições e órgãos públicos na implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida de todos. Através de campanhas, eventos e parcerias, o movimento busca sensibilizar e engajar a população para temas como saúde, educação, meio ambiente, igualdade e economia sustentável, alinhando os esforços locais aos objetivos globais da Agenda 2030.

Apresentam-se a seguir algumas das políticas públicas já implementadas ou em processo de implementação, indicadores do Movimento ODS Cubatão, que passaram a compor o quadro de trabalho da Comissão da Agenda 2030 no município de Cubatão.

Inicialmente, a ampla regularização fundiária realizada no município desde o ano de 2019, que concedeu títulos de propriedade a munícipes residentes em áreas, antes não regulares ou não pertencentes ao município,

após devido processo junto ao Serviço de Patrimônio da União, SPU. Dados do município denotam que 4.000 famílias foram contempladas (Cubatão, 2024-A).

A Lei Municipal nº 3.416, 2010, também conhecida como “Lei do Bom Empreendedor”²⁶, que concede isenção tributária aos empreendedores que se tornarem signatários do programa, com vistas a 12 áreas onde a empresa pode investir até 0,5% de seu IPTU, obtendo 1% de isenção no próximo exercício fiscal, também sofrerá alterações para passar a abranger as 16 áreas correspondentes ao número oficial dos ODS.

Há ainda o Programa Municipal de Incentivos ao desenvolvimento de Cubatão, PRODESCUB, Lei Complementar nº.111, 2019²⁷, que instituiu benefícios fiscais com objetivo de atrair novas empresas ao município está sendo trazido à composição da Agenda 2030.

Para que seja mais claro e específico, é possível descrever as ações pertinentes a cada ODS para melhor compreensão, item a item, destacamos:

Dentro do que se propõe o **ODS 1 - Erradicação da Pobreza**, Cubatão tem demonstrado avanços no sentido de buscar a promoção de empregos. O PRODESCUB objetiva conceder benefícios fiscais a empresas que mantiverem em seu quadro efetivo 70% de moradores da cidade além dos incentivos fiscais existentes no programa IPTU do Bom empreendedor, Lei Municipal nº. 3.416, 2010, para as empresas que preencham os requisitos, como a contratação de mão de obra por meio do Posto de Atendimento ao Trabalhador, PAT, da cidade.

A municipalidade implementou ainda os benefícios sociais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, através de cartões alimentação, com o propósito potencializar a segurança alimentar das famílias mais carentes, além de cartões enxovais, destinados a gestantes de baixa renda, visando a segurança infantil.

Em relação ao cadastro único, que é um instrumento coordenado pelo Ministério da Cidadania que tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias brasileiras de baixa renda, sendo também pré-requisito para participação em mais de 30 programas e serviços disponibilizados Cubatão

²⁶ LEI Nº 3.416, de 18 de outubro de 2010. Autoriza o Poder Executivo a instituir no Município o Benefício Fiscal do Bom Empreendedor e dá outras providências.

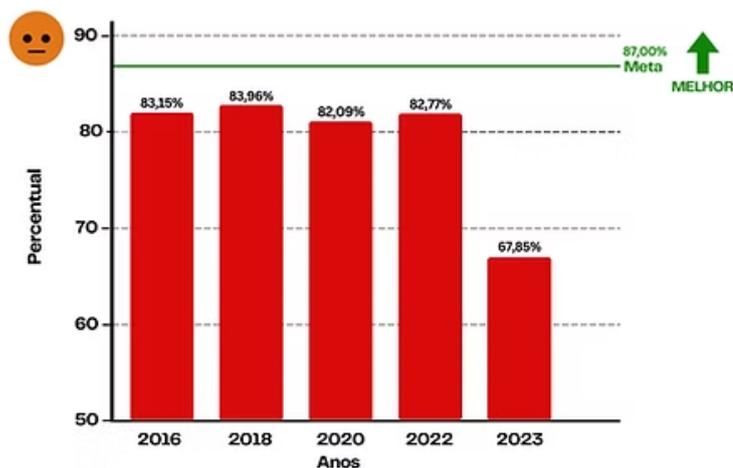
²⁷ LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Cubatão e dá outras providências.

apresenta regressão de famílias inscritas de 82,77% (ano 2022) para 67,85 (ano 2023) conforme figura 16, trazendo um olhar de atenção em relação a meta projetada de 87%.

Para o percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família observa-se um decréscimo no ano de 2023 (54,35%) em relação a meta de 80,05%. Entretanto, esse valor pode ser considerado positivo pela não dependência das famílias ao auxílio (Figura 16).

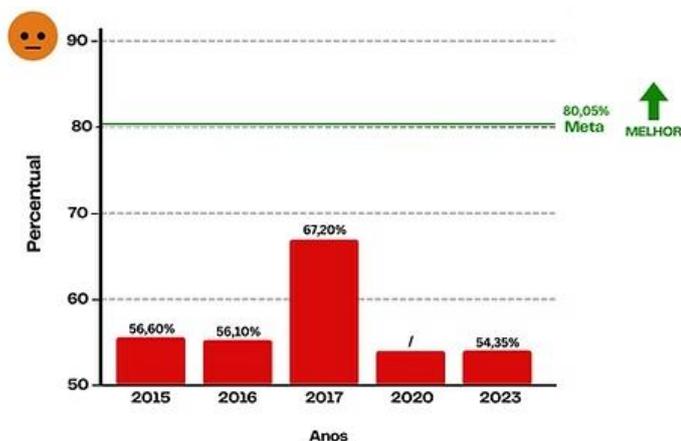
Segundo o IBGE, em 2023, o Brasil atingiu o menor nível de pobreza desde 2012, com 27,4% da população abaixo da linha de pobreza. O percentual de pessoas em pobreza extrema foi de 3,5% no mesmo ano. Em relação à população do G20, o Brasil é o segundo país com maior percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza internacional (US\$ 2,15 por dia), atrás apenas da Índia. Entretanto, para Cubatão em relação ao percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família o indicador merece destaque de atenção por aumento no percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza (Figura 17).

Figura 16 - Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais



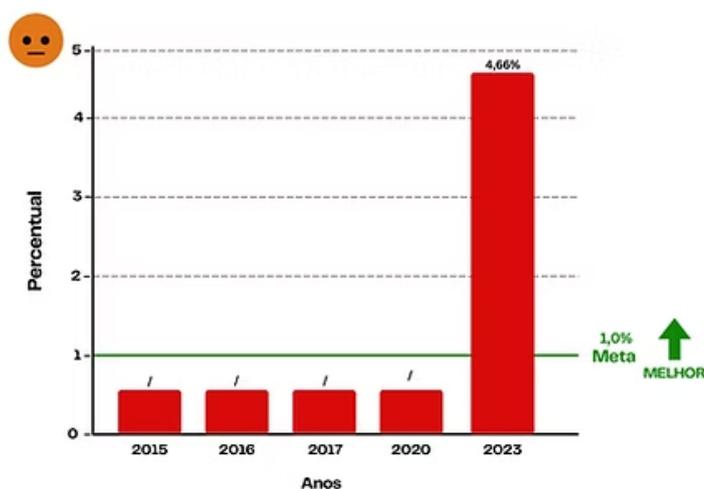
Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 17 - Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 18- Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

O **ODS 2- Fome Zero**, que se refere ao fim da fome no município, teve como política pública implementada a instalação, do restaurante popular “Bom Prato”²⁸, no ano de 2021, bem como o programa “Bom Prato Móvel”, que leva refeições pelo mesmo custo de R\$1,00 a comunidades mais distantes do centro

²⁸ É um programa do governo do Estado de São Paulo que oferece refeições saudáveis e de boa qualidade a um custo acessível à população, especialmente àquela em situação de vulnerabilidade social. Tem como objetivo garantir a segurança alimentar e promover a dignidade humana.

da cidade, alcançando 1.500 refeições por dia, somados os dados do restaurante fixo e do restaurante móvel (Cubatão, 2023-A).

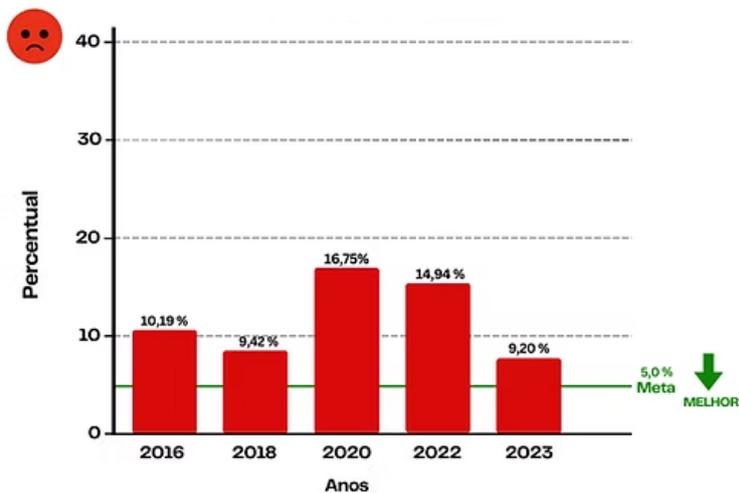
Também foram instituídos pela municipalidade através da Secretaria de Assistência Social e pelo Fundos Social de Solidariedade as Ações de Segurança Alimentar, que regularmente coletam alimentos, montam kits e distribuem às famílias necessitadas de acordo com seus respectivos cadastros, dentro de um cronograma anual. Dados do município informam que no ano de 2024 foram entregues aproximadamente 1.000 kits.

A obesidade infantil é um desafio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Prevenir e combater a obesidade infantil é uma tarefa que envolve vários setores da sociedade, como saúde, educação, assistência social, agricultura e esportes. É importante que haja ações integradas e multidimensionais para assegurar que as crianças tenham acesso a uma alimentação equilibrada, oportunidades de praticar atividades físicas e um ambiente que incentive a saúde e o bem-estar delas. Em Cubatão é observado o percentual de crianças obesas entre 0 e 5 anos acima da meta estipulada para o Movimento ODS (Figura 19).

Segundo o Ministério da Saúde (MS) o baixo peso ao nascer (BPN) ocorre quando um bebê nasce com menos de 2.500 gramas. Se o bebê pesa menos de 1.500 gramas, ele é considerado de peso muito baixo, e se pesa menos de 1.000 gramas, é classificado como extremamente baixo peso. O BPN é um fator de risco importante, pois aumenta as chances de problemas de saúde e morte tanto no período neonatal quanto na infância, podendo também afetar o desenvolvimento e a saúde do bebê ao longo da vida. Para o município de Cubatão esse é indicador que não atende a meta do Movimento ODS (Figura 20).

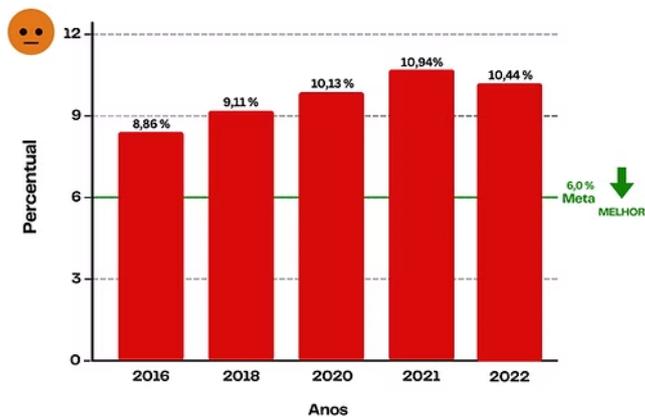
Já a desnutrição infantil é uma condição em que uma criança não recebe a quantidade adequada de nutrientes para o seu desenvolvimento, seja por falta de ingestão de alimentos, por má alimentação ou por problemas na absorção dos nutrientes (MS) está próximo da meta indicada pelo Movimento ODS (Figura 21).

Figura 19 - Obesidade Infantil (0 a 5 anos)



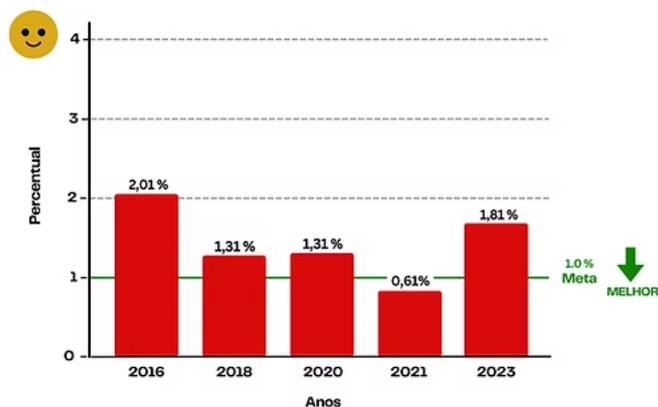
Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 20 - Baixo peso ao nascer



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 21 - Desnutrição infantil (crianças menores de 5 anos)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Quanto ao **ODS 3 – Saúde e Bem Estar**, o município trabalhou para implementar programas como: “Conviver-Melhor Idade,” programas de fortalecimento de vínculos, tanto voltados aos idosos como também às crianças, em Unidades de Saúde da família, atendendo a aproximadamente 300 idosos e 120 crianças, gerando qualidade de vida e bem-estar, segundo dados da Secretaria de Assistência Social.

Destaca-se ainda a inauguração em 2024, do Parque Linear da Cidade, complexo esportivo, de lazer e turístico, localizado no bairro Jardim Casqueiro, sendo um empreendimento que inclui diversos equipamentos de saúde e lazer como quadras de esporte, praças para lazer e espaços de convivência diversificados, além de um jardim sensorial, espaço pet e um píer localizado às margens do Rio Casqueiro.

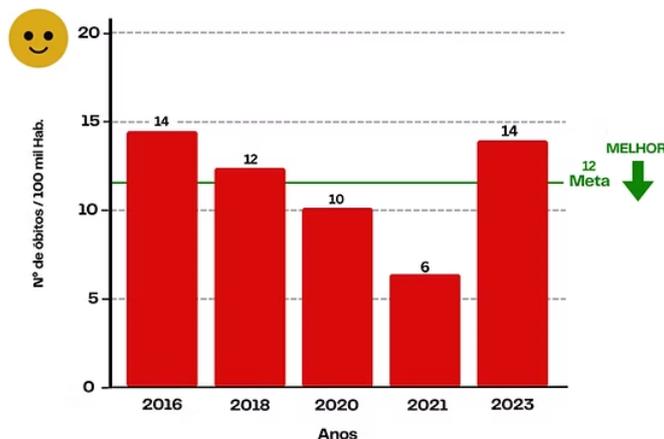
O píer foi escolhido inclusive para ser palco do Réveillon 2025, recebendo 55 mil pessoas para o show da virada e queima de fogos (Cubatão, 2024-B).

Também foi desenvolvida Parceria Público Privada para desenvolvimento de projeto de hidroginástica, que visa atender 120 cidadãos da melhor idade. Foram também instaladas na cidade carretas de atendimento de saúde da mulher, bem como carretas de saúde ao público infantil, com atendimento oftalmológico, que realizaram 2.000 atendimentos ginecológicos e 600 atendimentos infantis, informações da prefeitura apontam que os montantes foram divididos em 50 atendimentos diários (Cubatão, 2024-C).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a mortalidade infantil é o termo usado para os óbitos que acontecem antes de uma criança completar um ano de vida. Ela é um indicador muito importante, pois mostra as condições de saúde e de vida de uma população, indicando o risco de uma criança recém-nascida morrer antes de completar seu primeiro ano. Este indicador está próximo da meta estabelecida pelo Movimento ODS.

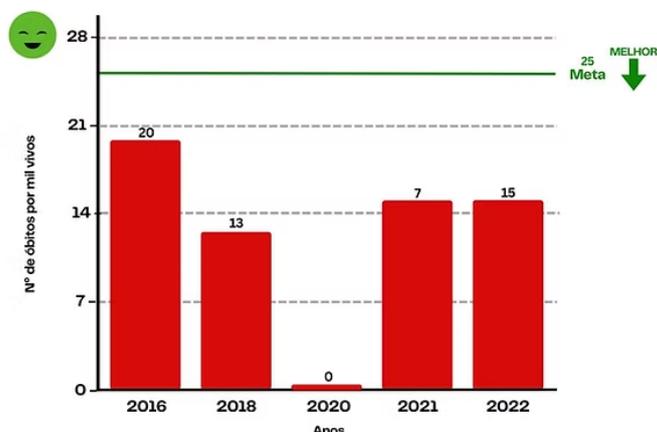
Já a mortalidade na infância, de acordo com a OMS, é o número de mortes de crianças com menos de um ano de idade, por cada mil nascidos vivos, em um determinado período e lugar. Ela serve como um indicador importante da saúde e das condições de vida de uma população, refletindo fatores como acesso a cuidados de saúde, saneamento, alimentação adequada e o nível socioeconômico da comunidade. O município de Cubatão atende satisfatoriamente a meta do Movimento ODS para esse indicador (Figura 22).

Figura 22 - Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) – proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas das mães residentes



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 23 - Mortalidade na infância (número de óbitos infantis com 0 a 4 anos de idade, por mil nascidos vivos)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

A cidade vem respondendo ao **ODS 4 – Educação de Qualidade**, com a reestruturação de prédios de unidades escolares, o que incluiu a demolição de 02 escolas sem estruturas físicas adequadas (Martim Afonso, Bolsão 8 e Ume Alagoas, na Fabril) com sua reconstrução a partir de novo projeto ideal e moderno, sendo a UME alagoa reinaugurada ainda em 2024.

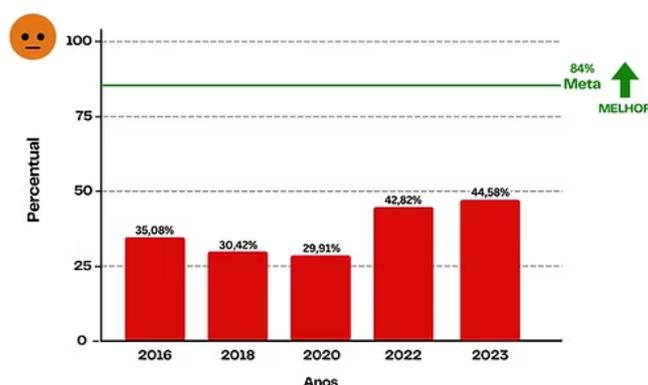
Foram instaladas, em lugar de lousas convencionais, lousas digitais nas salas do ensino fundamental das 50 Unidades Municipais de Ensino, totalizando de 250 telas interativas (Cubatão, 2023-B).

A municipalidade, visando garantir a qualidade do ensino do início ao fim, incluiu no calendário escolar as formaturas gratuitas para todos os formandos a partir do ano de 2023.

O percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, em relação à população total dessa faixa etária em um município, é um indicador muito importante para avaliar a qualidade da educação infantil e o desenvolvimento social. Esse índice mostra o quanto os pequenos têm acesso a uma fase inicial de ensino e cuidado, o que influencia diretamente no seu crescimento cognitivo, emocional e na formação de futuros cidadãos. O município de Cubatão não atende a meta do Movimento ODS para esse indicador (Figura 24).

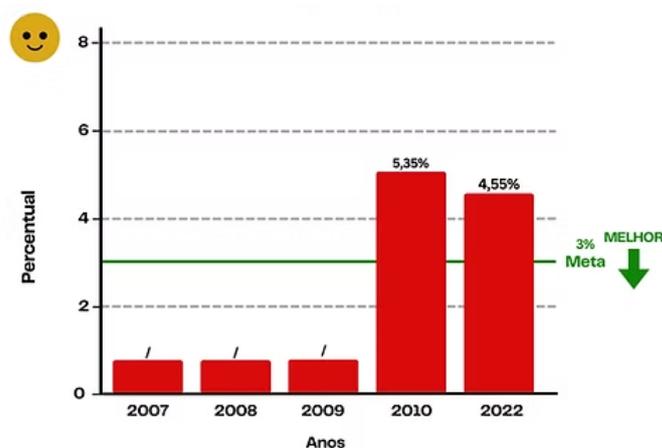
Já o percentual de analfabetos com 15 anos ou mais sobre o total da população, nesta faixa etária, é um indicador importante para avaliar o nível de desenvolvimento social e econômico de um país. A taxa de analfabetismo tem consequências diretas na vida das pessoas e na sociedade como um todo. O município de Cubatão satisfatoriamente a meta do Movimento ODS para esse indicador (Figura 25).

Figura 24 - Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (percentual de matrículas de crianças em creches em relação ao total da população de 0 a 3 anos do Município)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 25 - Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (percentual da população analfabeta com 15 anos ou mais sobre o total da população nesta faixa etária)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Para o **ODS 5 – Igualdade de Gênero**, constata-se que, de acordo Relatório Agenda 2030 emitido pela Comissão Municipal, a cidade teve em 76

anos de emancipação apenas 01 prefeita no período de 2009-2016. No pleito de 2020, apenas uma mulher eleita para o cargo de vereadora e nas últimas eleições de 2024 uma vereadora e uma vice-prefeita.

No tocante à igualdade de gênero não se pode olvidar a questão de segurança da mulher, onde a municipalidade através de parcerias implementou a vigilância Maria da Penha, com uma viatura da Guarda Civil Municipal que oferece suporte a mulheres que possuem medidas protetivas contra seus parceiros e ex-parceiros.

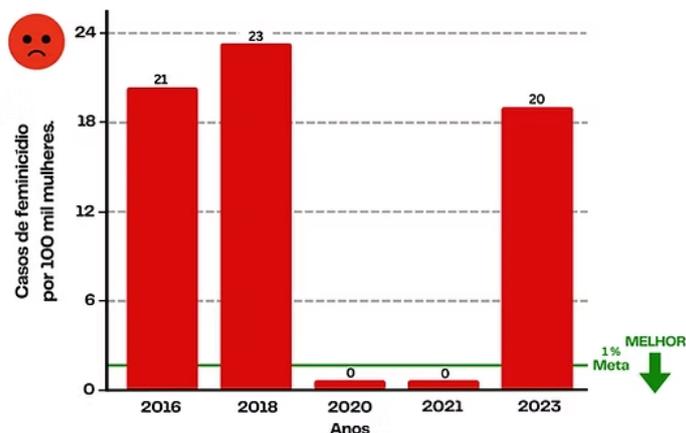
Também a Ordem dos Advogados do Brasil, subsecção 121 da Seccional São Paulo, situada no município, em parceria com o poder público possibilitou o atendimento específico às vítimas de violência doméstica através de Plantão Maria da Penha.

Segundo análise realizada, dos 50 cargos destinados aos chefes de pastas municipais e respectivos adjuntos apenas 8 são ocupados por mulheres, quais sejam: na secretaria de Habitação, Saúde, Fundo Social, Gestão, Educação, Controladoria e Emprego.

Nota-se assim a disparidade ainda existente no tocante a igualdade de gênero na cidade, demonstrando um caminho ainda longo a avançar.

A taxa de feminicídio por 100 mil mulheres é um indicador muito importante para compreender a violência de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres. Ela mostra a chance de uma mulher ser vítima de homicídio por motivos ligados ao seu gênero, evidenciando a gravidade dessa questão na sociedade. Para esse indicador o município não atende a meta do Movimento ODS (Figura 26).

Figura 26 - Taxa de feminicídio (taxa de feminicídio, por 100 mil mulheres)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

A taxa de feminicídio em 2023 demonstra uma redução se comparada ao ano de 2018, entretanto sofreu uma explosão exponencial se comparada aos anos de 2020 e 2021, denotando séria debilidade de segurança sob o gênero feminino e impactando na necessidade de políticas públicas mais severas a este respeito.

O **ODS 6 - Água Potável e Saneamento** foi trabalhado pela municipalidade sobre a construção do Plano de Resíduos sólidos e Plano de Saneamento Básico no ano de 2022. O plano instituiu ainda a taxa de coleta de lixo na cidade, visando ampliar o alcance e qualidade da coleta de lixo local.

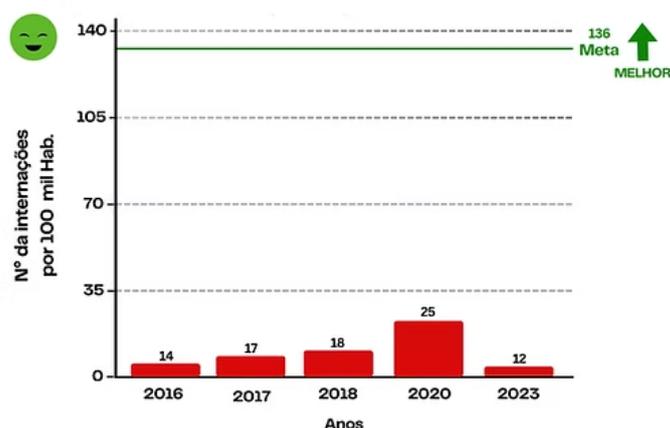
A municipalidade inseriu caminhões menores na frota de coleta diária, capazes de adentrar em regiões mais afastadas e ruas menores, onde anteriormente não contavam com serviço, gerando acúmulo de lixo e contaminação de mananciais. Além de caminhões de porte idêntico para o fim de realizar coleta seletiva, que incentiva a reciclagem (Cubatão, 2022-A).

O número de internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por cada 100 mil habitantes, é um indicador muito importante para avaliar a qualidade do saneamento básico e a saúde pública. Ele ajuda a identificar a quantidade de doenças causadas pela falta de saneamento em uma região, mostrando onde é preciso investir em melhorias na

infraestrutura e na saúde da população. O município de Cubatão atende satisfatoriamente esse indicador para do Movimento ODS (Figura 27).

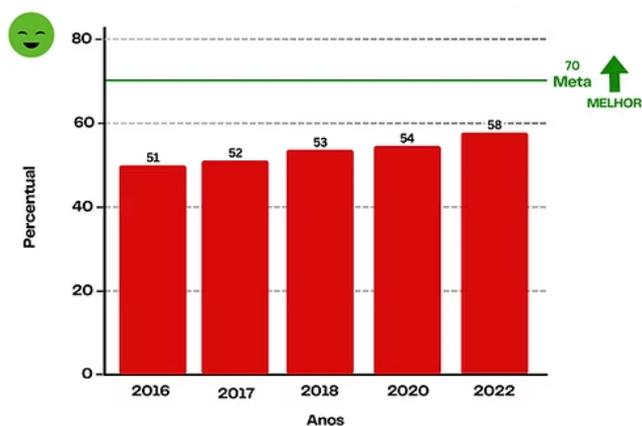
O percentual de pessoas atendidas por uma rede de esgoto sanitário é fundamental para a saúde pública, a qualidade de vida e o crescimento econômico de um país. Quando o saneamento é bem feito, ele ajuda a diminuir a propagação de doenças transmitidas pela água e por insetos, como os mosquitos, melhora o ambiente em que vivemos e ainda apoia o desenvolvimento econômico. Esse indicador é atendido plenamente no Movimento ODS para Cubatão (Figura 27 e 28).

Figura 27 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (número de internações hospitalares ocorridas em consequência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por 100 mil habitantes)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 28- População atendida com esgotamento sanitário (percentual de atendimento da população com rede de esgoto sanitário)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

No que tange ao **ODS 7 – Energia Limpa e Acessível**, a cidade apresenta projeto expansão da rede elétrica, visando potencializar o fornecimento de energia. A proposta apresentada é de ampliação de mais uma linha de torres de alta tensão que estenderá o serviço há mais bairros afastados.

A cidade possui ainda a Usina Henry Borden, hidrelétrica em funcionamento, com capacidade de geração de energia em até 889 Megawatts. A usina, hoje sob a concessão da empresa EMAE S/A comemora em 2025 o centenário de sua construção (São Paulo, 2023).

Ademais, aliado ao projeto de regularização fundiária o município vem trabalhando com foco na segurança energética, garantindo acesso democrático à todas as moradias. Entre elas, o incentivo a instalação de placas para produção de energia solar.

No **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico**, que visa o trabalho digno e crescimento econômico, pode-se citar a Política Pública incluída no PRODESCUB, que determina a contratação de 70% do quadro efetivo de cada empresa com mão de obra local divulgados através do Posto de Atendimento ao Trabalhador, PAT.

Frisa-se também o Programa de Empreendedorismo, desenvolvido pela Secretaria de Emprego e Desenvolvimento em parceria com o SEBRAE. Além da formação disponibilizada pela Secretaria de Assistência social, Programa Acessuas - Trabalho.

Há certo incentivo para a abertura de MEI's²⁹, além de promover através do Programa Desenvolve SP e Invest São Paulo, que visa potencializar os empreendedores em micro, pequenas e médias empresas a construir desde o projeto de fomento até a obtenção de linhas de crédito para expansão.

O município desenvolve oficinas de capacitação para formação de artesãos promovidos pela secretaria de cultura, aliado à promoção de feiras criativas para exposição e comercialização dos produtos produzidos.

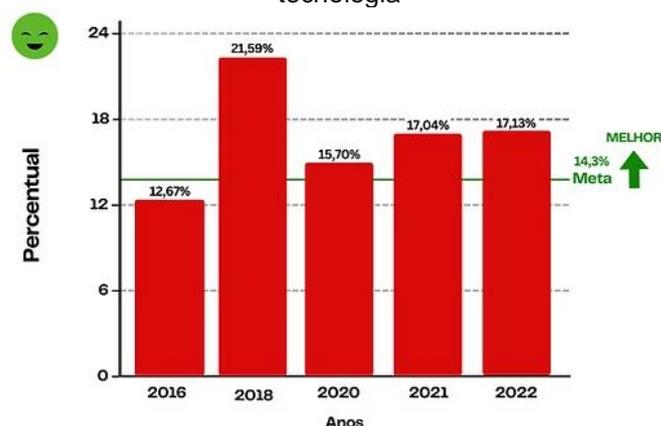
²⁹ O Microempreendedor Individual (MEI) é a forma mais simples de um empreendedor formalizar a sua atividade, obtendo um CNPJ e outros benefícios, como a isenção de diversas taxas e a facilidade na emissão de notas fiscais. É direcionado a trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e prestadores de serviços que não possuem sócios e cujo faturamento anual não ultrapasse o limite estabelecido pela legislação.

O **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura**, refere-se à vocação natural da cidade: a indústria, que sempre foi elemento basilar da economia da cidade há muitas décadas, persistindo até os dias atuais.

A municipalidade participa de iniciativas desenvolvidas em parceria com o CIDE/CIESP³⁰ voltadas à formação de novos profissionais para a indústria, bem como implementou Incentivos fiscais e negociações para que as empresas locais possam readequar-se aos moldes atuais e gerar empregos.

Um percentual elevado de empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia reflete um país com uma economia mais forte, competitiva e com um mercado de trabalho de maior qualidade, sendo que o município de Cubatão atende plenamente esse indicador no Movimento ODS (Figura 29).

Figura 29 - Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

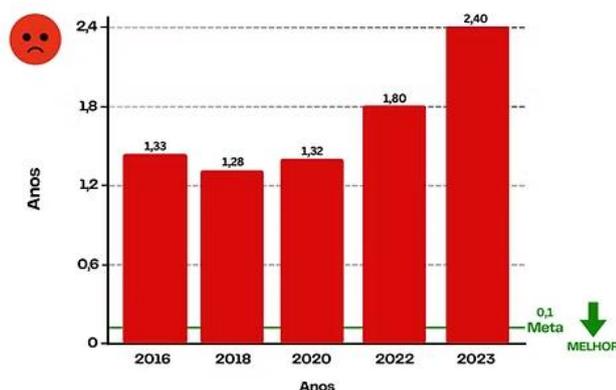
Para alcançar a implementação do **ODS 10 – Redução das Desigualdades**, faz-se necessário que seja feita novas parcerias, para a geração de emprego, aumento da qualidade de ensino, oportunidades de crescimento e formação, com fomento à pesquisa. Cubatão, no ano de 2025, acaba de ganhar a Secretaria de Tecnologia, Ciência, Pesquisa e Inovação, por meio da reforma administrativa realizada pela nova gestão governamental. Entretanto, apesar de existir juridicamente ainda não existe de forma prática,

³⁰ Centro das Indústrias do Estado de São Paulo é uma sociedade civil de direito privado que visa dar suporte aos empresários paulistas e representá-los junto à sociedade e ao governo brasileiro.

muito embora demonstre, por parte da municipalidade, a intenção de alcançar positivos resultados nesta seara.

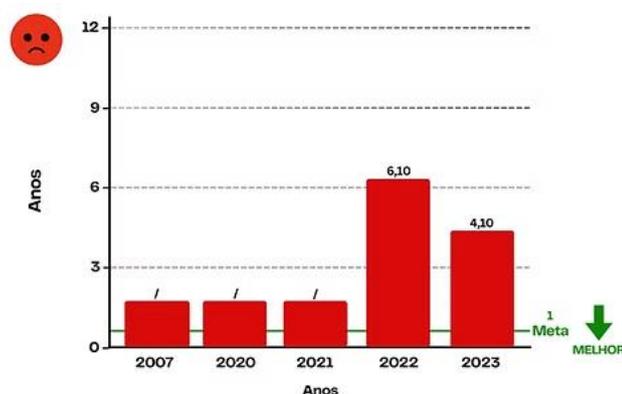
Segundo a UNICEF a diferença na taxa de distorção idade-série entre estudantes brancos e negros/pardos nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um indicador importante da desigualdade racial na educação. Essa diferença se reflete em oportunidades diferenciadas de acesso e permanência na escola, com consequências significativas para o futuro profissional e social desses estudantes. Esse indicador está aquém da meta do Movimento ODS para o município de Cubatão (Figura 30 e 31).

Figura 30 - Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre brancos e negros/pardos



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 31 - Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre brancos e negros/pardos



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Dentro do **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**, o município apresenta grande sucesso, uma vez que implementou um programa de regularização fundiária de amplo alcance. Na cidade de Cubatão, a regularização fundiária é um processo que envolve a União, o Estado e a Prefeitura, com o objetivo de assegurar o direito à moradia e a segurança jurídica para os moradores de áreas informais. A Prefeitura de Cubatão atua como o principal responsável pela REURB (Regularização Fundiária Urbana), cuidando da gestão e do planejamento das ocupações urbanas.

Historicamente a partir de 2017, essa missão se intensificou, quando o Governo Municipal de Cubatão avançou nas negociações relacionadas às áreas urbanas informais e à posse dos terrenos. Inicialmente, a cidade recebeu da União a propriedade dessas terras; depois, passou por um processo detalhado e cheio de etapas, onde cada família foi identificada, e ao final, receberam a escritura definitiva sem nenhum custo. Diversos bairros foram beneficiados, como Jardim Nova República, Vila São José, Beira-Rio, Vila Natal e Conjunto São Francisco (Vila Nova), entre outros.

A Reurb, é um procedimento legal e administrativo que busca regularizar áreas urbanas informais ou irregulares, garantindo segurança jurídica aos moradores e é uma política pública relacionada ao Direito Social de Moradia, que faz parte da Constituição Federal. O processo foi regulamentado para que comunidades que vivem há muito tempo em condições precárias possam ter acesso a direitos básicos, como água, luz, saneamento e infraestrutura adequada. Os municípios são os responsáveis por realizar a regularização nesses núcleos informais ou irregulares, melhorando a infraestrutura quando necessário e entregando aos moradores o documento de sua escritura.

O município de Cubatão possuía até 2022 um alto déficit habitacional, mensurado apenas pelos 9 bairros periféricos, que compunham quase 30% da população total da cidade. Desde 2020 a municipalidade empenhou-se em realizar um robusto projeto de regularização fundiária que alcançou 4.000 famílias.

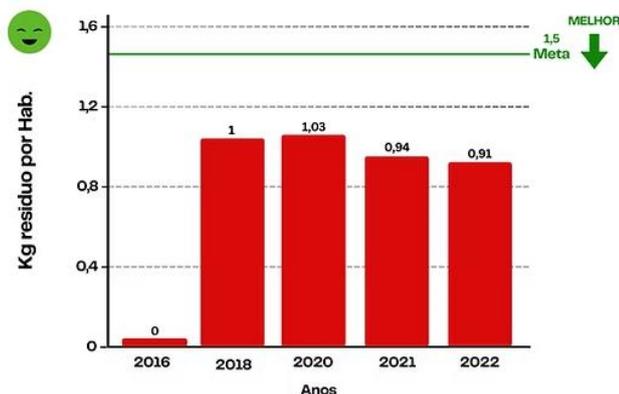
Há ainda o projeto de urbanização da Vila dos Pescadores, que visa a construção de 80 Casas flutuantes, além da construção de 1.329 unidades habitacionais, além de 817 lotes devidamente urbanizados (Cubatão, 2024-D).

O **ODS 12 – Consumo e Produção Responsável**, tem por foco o consumo e produção responsáveis, a ele a municipalidade empenhou-se em se aplicar as campanhas de coleta seletiva, implementada por Lei Complementar nº 114, 2020³¹, destacando o Programa de Minimização de Aproveitamento de Resíduos, conforme o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos técnicos para a gestão dos resíduos recicláveis, com o intuito de disciplinar as ações necessárias para minimizar os impactos ambientais negativos causados pela disposição inadequada de resíduos. Nesse processo destacamos a coleta seletiva solidária com o recolhimento de resíduos secos recicláveis previamente segregados na fonte geradora, executado pelo Município, direta ou indiretamente, e destinado às associações, cooperativas ou organizações da sociedade civil formadas por catadores de resíduos secos recicláveis ou congêneres, com sede e devidamente registrada no Município e no Conselho Municipal de Assistência Social. Além de implementadas pelo município o incentivo a fabricação de composteiras e a educação ambiental disponibilizadas pela municipalidade.

A massa de resíduos domiciliares e públicos coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta é um indicador fundamental para avaliar a eficiência e o impacto da gestão de resíduos sólidos num determinado local. Este indicador fornece informações cruciais sobre a quantidade de resíduos gerados e coletados por pessoa, permitindo a identificação de padrões de consumo e a avaliação da adequação dos serviços de coleta à demanda da população. O município de Cubatão atende satisfatoriamente esse indicador para o Movimento ODS (Figura 32).

Figura 32 – Massa de resíduos domiciliares e públicos coletada per capita em relação à população total atendida pelo serviço de coleta

³¹ Lei complementar nº 114, de 23 de julho de 2020. Institui a coleta seletiva de resíduos recicláveis no Município de Cubatão, e dá outras providências.



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Com vistas ao **ODS 13 – Ação Contra Mudança Global do Clima**, dentre as ações que compõem o combate às alterações climáticas, a cidade busca constituir Plano de mudanças climáticas e prevenção de desastres, que até o momento encontra-se em fase embrionária. O município de Cubatão formalizou simbolicamente a adesão ao termo de parceria do projeto “Centro de Ciência para o Desenvolvimento – Cidades Carbono Neutro”. O acordo prevê uma cooperação entre a Prefeitura e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. A proposta tem como objetivo apoiar os municípios na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e na adaptação às mudanças climáticas, fortalecendo a infraestrutura urbana diante de eventos extremos. As atividades do CCD Cidades Carbono Neutro serão voltadas à pesquisa e à implementação de soluções baseadas na natureza, como a bioengenharia, com o propósito de aumentar a resiliência urbana frente a problemas como ilhas de calor, escassez de água e tempestades severas. Além disso, as ações visam ampliar a captura de gases poluentes, como o metano e o dióxido de carbono (CO₂).

Apesar da Lei Ordinária N^o 3.931, 2018³² que Institui o "Programa Municipal de Arborização Urbana" no Município, somente em dezembro de 2024 foi finalizado o plano de arborização urbana da cidade que se compõem de ações que visam mitigar tais mudanças.

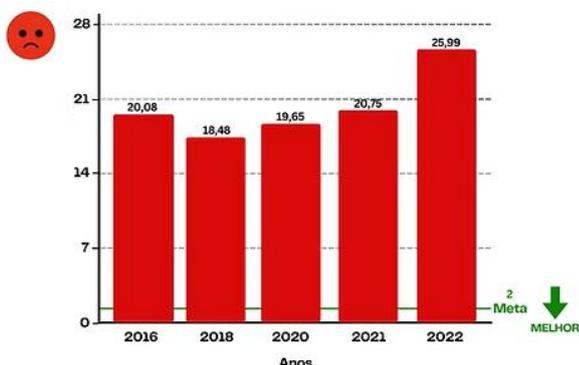
Já as emissões líquidas de CO₂ per capita são importantes porque refletem a contribuição individual para as mudanças climáticas, permitindo uma

³² Lei Ordinária N^o 3.931, de 20 de agosto de 2018. Institui o "Programa Municipal de Arborização Urbana" no Município e dá outras providências.

avaliação mais precisa do impacto humano no ambiente. Ao considerar as emissões por pessoa, é possível entender melhor a distribuição de responsabilidade e identificar as fontes de emissão que precisam de maior atenção. O município de Cubatão não atende esse indicador para o movimento ODS (Figura 33).

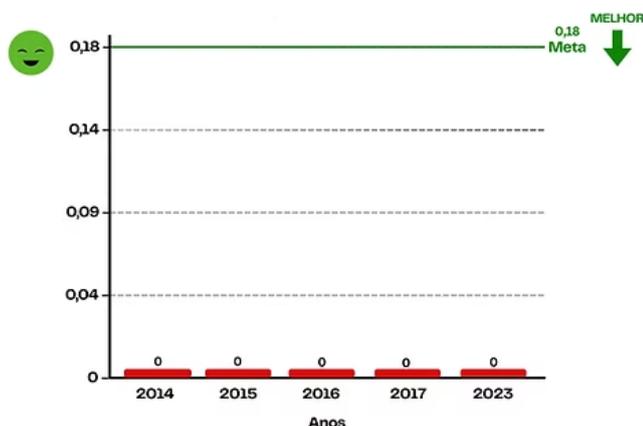
Em relação ao indicador da participação dos municípios, é crucial, no total de queimadas no Brasil, pois eles têm papel fundamental na prevenção, combate e recuperação após esses eventos. As prefeituras podem implementar medidas como alertas de risco de incêndio, fiscalização de áreas de risco, resposta rápida com brigadas locais e recuperação das áreas degradadas. A cooperação entre órgãos ambientais federais, estaduais e municipais é essencial para ações estratégicas e eficazes. O município de Cubatão atende plenamente esse indicador para o movimento ODS Figura (34).

Figura 33 – Emissões líquidas de CO₂ per capita



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

Figura 34 – Participação do município no total de queimadas do Brasil



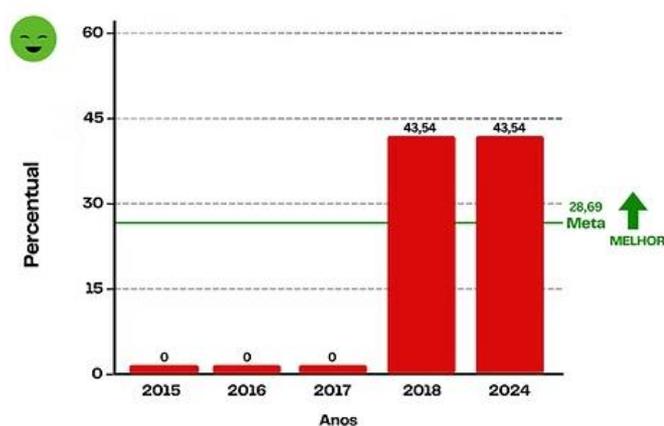
Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

O **ODS 14 – Vida na Água**, que trata da água e vida marinha, possui ações de cuidados com manguezal, limpeza e desassoreamento dos rios, promovido por populares, bem como por organizações sociais em parceria com o município. Possui ainda Programas de água pura, onde são distribuídos hipocloritos. Aqui destacamos o Projeto Ecobarreiras e melhoria do rio Casqueiro sustentado por Projeto de Lei Nº 151, 2018³³ que dispõe sobre a instalação de sistema de ecobarreiras na rede hidrográfica para contenção de resíduos sólidos nos córregos e rios no município de Cubatão.

O **ODS 15 – Vida Terrestre**, vida sobre a terra, a municipalidade ampliou o cuidado aos animais através da instituição de programas de abrigo e adoção, bem como da implementação castra-moveis, a título gratuito.

Em relação ao percentual do território ocupado por Unidades de Conservação (UCs), tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, é fundamental para a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. Essa medida indica a extensão da proteção ambiental e a capacidade de lidar com o uso sustentável dos recursos naturais. O município de Cubatão plenamente esse indicador para o movimento ODS (Figura 35).

Figura 35 – Percentual do território ocupado por Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável (municipais, estaduais e federais)



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.

³³ Projeto de Lei Nº 151/2018. Dispõe sobre a instalação de sistema de ecobarreiras na rede hidrográfica para contenção de resíduos sólidos nos córregos e rios no município de Cubatão e dá outras providências.

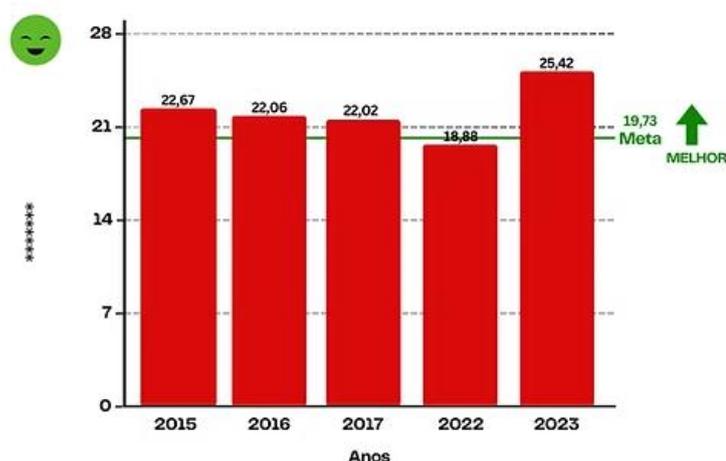
Na construção do **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, que visa proporcionar a paz e o fortalecimento das instituições pode-se mencionar a implementação de parcerias entre a municipalidade e instituições de ensino, ao exemplo do convenio firmado entre o município e a Universidade Católica de Santos, para fins de formação de servidores para atuar em conciliação e mediação tributária em 2024, e para formação de mediação e conciliação para lideranças de bairros para fins habitacionais em 2022.

Importante mencionar a parceria estabelecida entre o executivo municipal e judiciário local com fim de proporcionar a população o Centro Judicial de solução de conflitos, CEJUSC.

No que toca ao **ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação**, parcerias em prol das metas, percebe-se o empenho da municipalidade nos últimos anos em retomar o diálogo com as demais instituições, ao compor a própria Comissão de ODS e incitar novas conexões.

Em relação a importância do total de receitas municipais arrecadadas sobre o total de receitas do município reside no facto de que essas receitas próprias (tributos, taxas, contribuições) são a base para a autonomia financeira do município, permitindo-lhe financiar serviços públicos essenciais, investir em infraestruturas e desenvolver projetos locais. O município de Cubatão atende plenamente este indicador do Movimento ODS (Figura 36).

Figura 36 – Total de receitas municipais arrecadadas sobre o total de receitas do município



Fonte: Movimento ODS Cubatão 2030.



Ao concluir, fica evidente a importância de identificar e compreender as iniciativas específicas relacionadas a cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa análise permite não apenas mapear ações concretas e estratégias já em andamento para o município de Cubatão, mas também identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento.

Ao reconhecer as particularidades de cada iniciativa, é possível promover uma abordagem mais integrada e eficaz, alinhada aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social. Dessa forma, fortalecendo o compromisso coletivo com o alcance dessas metas globais, contribuindo para um futuro mais justo, equilibrado e sustentável para todos.

CAPÍTULO 3 - DESAFIOS E OBSTÁCULOS

Em um país de dimensões continentais e marcadas desigualdades regionais, a internalização da Agenda 2030 demanda adaptações institucionais complexas, articulação entre os diferentes níveis de governo e ampla participação da sociedade civil. No entanto, observa-se uma lacuna entre o discurso institucional e a prática. Embora o Brasil tenha aderido formalmente à Agenda e criado instrumentos como a Comissão Nacional para os ODS³⁴, os esforços têm sido insuficientes frente à complexidade dos problemas estruturais do país.

Os desafios para internalização da Agenda 2030 e dos ODS no Brasil identificados pelo IPEA foram: Sensibilização os atores, implantação de governança, adequação de metas globais e definição de indicadores nacionais. Um dos principais desafios é o desalinhamento entre os ODS e as políticas públicas nacionais. Muitos planos e programas governamentais não estão articulados de forma clara com as metas da Agenda 2030, e o planejamento de médio e longo prazo ainda é comprometido pela instabilidade política, pela descontinuidade administrativa e pela ausência de mecanismos eficazes de monitoramento. A fragmentação institucional e a falta de articulação entre ministérios, secretarias estaduais e prefeituras dificultam a integração das metas aos instrumentos de gestão (Brasil, 2018).

Além disso, a crise fiscal e econômica que afeta o Brasil desde meados da década de 2010 limita os investimentos públicos em áreas-chave como saúde, educação, saneamento e meio ambiente que são setores diretamente relacionados aos ODS. A Emenda Constitucional nº 95, 2016³⁵, que instituiu o teto de gastos, é frequentemente citada como um entrave à ampliação de

³⁴ A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é instância colegiada paritária, de natureza consultiva, integrante da estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, para a articulação, a mobilização e o diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

³⁵ A Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como o "Teto de Gastos Públicos", estabeleceu um Novo Regime Fiscal para o Brasil, limitando o crescimento da despesa pública federal por um período de 20 anos. Essa medida, que entrou em vigor em 2017, impactou diretamente as políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde e segurança pública, por meio do congelamento das despesas primárias

políticas sociais estruturantes, restringindo a capacidade do Estado de promover a inclusão e reduzir desigualdades, fragilizando o processo governança e o desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2021).

No campo da produção e uso de dados, o Brasil ainda enfrenta dificuldades na coleta, sistematização e regionalização de indicadores capazes de subsidiar a gestão pública em consonância com os ODS. Sem dados precisos e atualizados, especialmente em nível municipal, torna-se inviável monitorar o progresso das metas, avaliar impactos e corrigir desvios (IPEA, 2018).

Note-se que, apesar de já passados seis anos de sua identificação, nos municípios tais desafios demonstram-se totalmente atuais, no que toca à implantação de governança adequada.

Em Cubatão o cenário não se mostra diferente, muito embora a sensibilização de diversos atores esteja sendo positiva, a sensibilização dos atores inerentes a máquina pública muitas vezes demonstra restrições a novas ações, muitas das vezes por falta de conhecimento ou sobrecarga.

A implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município de Cubatão enfrenta diversos desafios e obstáculos que dificultam o alcance de suas metas. Um dos principais entraves é a complexidade de integrar ações de diferentes setores e níveis de governo, o que exige uma coordenação eficiente e recursos adequados.

Além disso, a limitação de recursos financeiros e humanos muitas vezes impede a implementação de projetos sustentáveis de forma ampla e contínua. A histórica dependência de atividades industriais, embora seja uma fonte econômica importante, também traz desafios ambientais e sociais que precisam ser enfrentados com políticas inovadoras e sustentáveis. Outro obstáculo relevante é a necessidade de conscientização e engajamento da comunidade local, que muitas vezes não possui acesso às informações ou não participa ativamente das ações de sustentabilidade.

Ademais a implantação da governança adequada passa por um processo complexo de conhecimento, planejamento e inovações, que carece de suporte técnico específico bem como interesse político.

Já na cidade de Santos, em entrevista, destacou como sendo seus maiores obstáculos a dificuldade de envolver novos atores e o desconhecimento da Agenda 2030. Frisando que os maiores desafios já superados foram:

estabelecer o diálogo entre as secretarias e demonstrar a transversalidade dos temas, bem como sua institucionalidade, e a obtenção de sugestões.

A cidade de Guarujá por sua vez, também por meio de entrevista, designou o desconhecimento da Agenda 2030 como sendo um dos maiores obstáculos a ser superado, além do ajuste administrativo necessário para alocação de departamento específico.

Cubatão por sua vez, através de entrevista a Comissão da Agenda 2030, definiu também como grande obstáculo, o desconhecimento da Agenda e a dificuldade de engajamento das demais secretarias, demonstrando estar ainda numa fase inicial de diálogo intersetorial.

Outro obstáculo demonstrado foi o déficit de servidores em cada secretaria, o que ocasiona dificuldade na participação destes nos eventos e reuniões de esclarecimento pertinentes.

3.1 Discussão sobre os principais obstáculos enfrentados durante o processo de implementação

As atas de reuniões da Comissão denotam como um dos principais obstáculos a constância na participação dos agentes, principalmente aqueles nomeados para as cadeiras, vindo a ser necessária a substituição de tais agentes.

Outra dificuldade encontrada foi internalizar nas secretarias municipais a importância da agenda 2030, ante a dificuldade de capacitação específica dos servidores e agentes públicos, demonstrando a necessidade de contratação de consultoria específica.

No Brasil, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)³⁶ é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo. No entanto, observa-se a inexistência de previsão orçamentária específica para ações como formação continuada sobre os ODS, educação ambiental crítica, promoção de eventos temáticos e estratégias de comunicação pública.

³⁶ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um documento legal que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), definindo as metas e prioridades do governo para o ano seguinte. Ela serve como guia para a LOA, indicando como os recursos públicos serão aplicados e quais as políticas a serem implementadas.

Contudo, estudos apontam que os ODS ainda não foram incorporados de forma sistemática nas leis orçamentárias do país (IPEA, 2018). Muitas ações estratégicas para a implementação dos ODS – como formação de servidores, educação ambiental e campanhas de mobilização – são vistas como atividades acessórias, e não como centrais à política pública. A ausência de recursos humanos, tendo em vista a escassez de servidores disponíveis na máquina pública para o desempenho das ações institucionais ordinárias cumuladas com as ações de implementação da agenda 2030.

A dificuldade de integração entre as secretarias e órgão públicos que possibilitem a apuração de dados, bem como sua divulgação, facilitando a pesquisa e a construção de soluções para cada circunstância.

Assim, falta de previsão orçamentária destinada a implantação dos ODS revela não apenas uma omissão técnica, mas uma ausência em priorizar o desenvolvimento sustentável como diretriz central do município. A Agenda 2030, ao exigir cooperação multissetorial, formação de capacidades e mobilização social, depende diretamente de instrumentos de financiamento que garantam sua operacionalização.

3.2 Impacto das questões econômicas, políticas e sociais na efetividade das ações voltadas para os ODS

A Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretrizes globais para promover o desenvolvimento humano de forma justa e ambientalmente sustentável. Embora os ODS representem um marco significativo na busca por equidade e sustentabilidade global, sua efetiva implementação esbarra em uma série de desafios estruturais. Questões econômicas, políticas e sociais têm influenciado diretamente o grau de comprometimento e a capacidade dos países em traduzirem tais metas em políticas públicas concretas.

Sob a perspectiva econômica, a capacidade dos Estados em implementar os ODS é desigual. Países com economias frágeis enfrentam limitações severas na alocação de recursos para áreas prioritárias como saúde, educação, saneamento e transição energética. Além disso, a dependência de modelos

econômicos baseados na exploração de recursos naturais ou na exportação de commodities pode entrar em conflito com os princípios da sustentabilidade. Como destaca Sachs (2015), o financiamento dos ODS requer não apenas recursos externos, mas também uma reestruturação dos sistemas fiscais e maior justiça tributária.

Assim, os impactos econômicos podem se apresentar como impeditivos da disponibilidade de recursos financeiros, o que é crucial para implementar programas e projetos relacionados aos ODS. Em tempos de crise econômica, os orçamentos podem ser reduzidos, o que limita os investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura.

As desigualdades econômicas exacerbam as disparidades de acesso a serviços básicos e oportunidades entre diferentes grupos sociais. Isso pode dificultar o progresso em direção aos ODS, que visam reduzir tais disparidades.

A limitação de recursos financeiros e humanos, que muitas vezes impede a execução de projetos de sustentabilidade de maior escala ou de longo prazo. Além disso, a falta de uma coordenação eficiente entre diferentes setores públicos, privados e da sociedade civil pode gerar esforços dispersos ou redundantes, dificultando a implementação de ações integradas e eficazes. A conscientização e o engajamento da comunidade também representam desafios, pois é fundamental que a população compreenda a importância dos ODS e participe ativamente das iniciativas, o que nem sempre ocorre devido à falta de informação ou de envolvimento direto.

No campo político, observa-se que a instabilidade institucional, a ausência de continuidade administrativa e a corrupção são fatores que dificultam a implementação eficaz das ações voltadas aos ODS. A cada troca de governo, muitas políticas públicas são descontinuadas ou reformuladas, comprometendo a coerência e o monitoramento dos objetivos de longo prazo. Além disso, o compromisso político com a Agenda 2030, em alguns contextos, é mais simbólico do que efetivo, carecendo de ações estruturadas, metas claras e mecanismos de transparência.

Outros fatores, de cunho político também podem afetar, tal qual a estabilidade política. Uma vez que Países com instabilidade política enfrentam desafios adicionais na implementação consistente de políticas públicas e programas voltados para os ODS. A falta de continuidade política pode

interromper iniciativas em andamento e afetar a confiança dos parceiros de desenvolvimento.

A agenda política de um governo influencia diretamente quais ODS recebem mais atenção e recursos. Mudanças de governo ou mudanças de prioridades podem afetar negativamente o progresso em certas áreas.

Em relação à dimensão social, os desafios são igualmente significativos. As profundas desigualdades sociais, a discriminação de grupos historicamente marginalizados e o baixo grau de participação social comprometem a universalização dos benefícios previstos pelos ODS. A exclusão de comunidades vulneráveis dos processos decisórios e a carência de políticas inclusivas limitam a eficácia das ações e perpetuam ciclos de pobreza e desigualdade. Segundo Sen (2010), o desenvolvimento só é real quando expande as liberdades e as capacidades das pessoas, o que exige não apenas crescimento econômico, mas inclusão social efetiva.

As desigualdades sociais também são elementos que devem ser observados. Questões como discriminação, acesso desigual à educação e saúde, e falta de participação política podem perpetuar ciclos de pobreza e exclusão social, dificultando o avanço em direção aos ODS relacionados à igualdade, educação de qualidade e redução das desigualdades.

O sucesso na implementação dos ODS muitas vezes depende do engajamento ativo das comunidades locais. Desafios sociais, como falta de conscientização ou resistência cultural, podem impedir a implementação eficaz de programas voltados para os ODS (PNUD, 2023).

Para enfrentar esses desafios, é essencial adotar abordagens integradas que considerem não apenas metas específicas dos ODS, mas também o contexto econômico, político e social no qual estão sendo implementados. Parcerias entre governos, setor privado, sociedade civil e comunidades locais são fundamentais para superar esses obstáculos e promover um progresso sustentável em direção aos ODS.

Dessa forma, para que os ODS possam cumprir seu propósito transformador, é necessário que os municípios enfrentem de forma integrada os entraves econômicos, políticos e sociais. A superação dessas barreiras exige reformas estruturais, fortalecimento da democracia, financiamento adequado e, sobretudo, um engajamento real da sociedade civil. Sem essa mobilização, os

ODS correm o risco de permanecer como metas idealizadas, desvinculadas da realidade concreta da maioria da população mundial.

3.3 Análise das limitações de recursos e capacidades locais

Para analisar as limitações de recursos e capacidades locais é preciso começar pelas orientações presentes nos guias de implementação dos ODS desenvolvidos por instituições internacionais, como a ONU, e por instituições nacionais, como a FNP entre outros.

O Quadro 2: ODS sob o eixo financeiro, construído conforme os manuais de implementação disponíveis, apresenta sete pontos enquadrados centrais na realização de um planejamento financeiro que vise implantar os ODS numa cidade.

Quadro 2 - ODS sob o eixo financeiro

Eixo Financeiro	Sugestões
1. Orçamento Municipal	<ul style="list-style-type: none">- Reavaliar prioridades e alocar recursos para projetos sustentáveis.- Criar programas de incentivo para a comunidade e setor privado.
2. Captação de Recursos	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPP).- Buscar fundos e doações de ONGs e empresas.
3. Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver um sistema de monitoramento da eficácia dos projetos.- Produzir relatórios de progresso em relação aos ODS.
4. Educação e Conscientização	<ul style="list-style-type: none">- Investir em campanhas de sensibilização sobre os ODS.- Oferecer capacitação para servidores e líderes comunitários.
5. Desenvolvimento de Projetos	<ul style="list-style-type: none">- Criar projetos com impacto social focados em sustentabilidade.- Incentivar o uso de tecnologias sustentáveis.
6. Engajamento da Comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Organizar fóruns e workshops para discutir prioridades.- Promover o voluntariado em iniciativas sustentáveis.
7. Transparência e Governança	<ul style="list-style-type: none">- Criar um portal de transparência sobre alocação de recursos.- Estimular a participação cidadã em políticas públicas.

Fonte: elaborado pela autora com base nos manuais da ONU e FNP.

Ao observar-se a Lei Orçamentária Anual do município, bem como seu Plano Plurianual, nota-se ausência de integração e foco com os ODS.

O orçamento previsto para o ano de 2025 na cidade é de R\$ 785.727.900,00 e não se observa nem mesmo dotação orçamentária específica para este fim.

A Cidade de Santos, já no ano de 2021 vinculou a lei orçamentária anual e o plano plurianual aos ODS, garantindo maior efetividade para sua implementação e a possibilidade de criação de novas ações e implantação de programas visando o acompanhamento do cumprimento das metas (Santos, 2021).

Outra limitação é a ausência de quadro funcional específico para o desempenho das ações de implementação dos ODS, sendo até o presente momento existente para este fim unicamente a Comissão para Agenda 2030 e a criação do único cargo para auxiliar a Secretaria de Governo no tocante aos ODS na cidade.

O município conseguiu, através de contrato público, uma assessoria de imprensa própria, que passou a construir o site do Movimento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no endereço digital: <https://www.odscubatao.com>, ainda em fase embrionária, mas que já representa concreto avanço, como demonstra a Figura 36 – Site ODS Cubatão.

Figura 37 – Site ODS Cubatão



Fonte: <https://www.odscubatao.com>.



Por fim, a resistência a mudanças e a dificuldade de alinhar interesses econômicos, sociais e ambientais representam barreiras adicionais para a efetivação das metas dos ODS no Município de Cubatão. Superar esses desafios requer uma abordagem integrada, com planejamento estratégico, fortalecimento de parcerias e envolvimento de toda a sociedade para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável no município.

CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES

O Índice de Desenvolvimento as Cidades Sustentáveis é uma plataforma disponibilizada pelo Instituto Cidades Sustentáveis, com a finalidade de manter públicos e atualizados os dados remetidos pelos municípios do Estado que demonstram a avaliação do desempenho de cada município em cada ODS.

No ranking estadual, Cubatão ocupa a 409ª posição, em contraponto a cidade de Santos, ambas da baixada santista, que ocupa a 15ª posição Guarujá ocupa o 978º lugar (ISDC,2024).

De acordo com o IDSC, o município de Cubatão alcançou uma pontuação geral de 55,1 pontos, de um total de 100. No ranking nacional a cidade ocupa a 1493ª posição, com pontuação de 50,38 de 100. (ISDC Brasil, 2024).

O município brasileiro com a melhor classificação é São Caetano do Sul, na Grande São Paulo, sendo a 1ª classificada e com pontuação de 63,42.

Para balizar o processo foram criados 101 indicadores, divididos entre os 17 ODS. De forma geral tais indicadores são avaliados como:

- a) Muito alto (nota de 80 a 100), representado pela cor verde escuro
- b) Alto (de 60 a 79,99) representado pela cor verde claro
- c) Médio (de 50 a 59,99) representado pela cor amarelo
- d) Baixo (de 40 a 49,99) representado pela cor laranja
- e) Muito baixo (de 0 a 39,99) representado pela cor vermelho.

O Quadro 3: Análise dos indicadores, abaixo, apresenta graficamente o número de indicadores estabelecidos para cada ODS, bem como o grau de implementação de cada ODS, de acordo com o número de indicadores.

Quadro 3 - Análise dos Indicadores



Fonte: IDSC

O ISDC desenvolveu os indicadores de acordo com as necessidades aferidas para mensurar e acompanhar cada ODS. Entretanto, nota-se a disparidade de elementos considerados entre um ODS e outro, tornando inviável uma análise profunda, em vista dos poucos parâmetros.

4.1 Listagem dos indicadores utilizados para monitorar o progresso na implementação dos ODS

A operacionalização dos ODS em nível local exige ferramentas técnicas que possibilitem o acompanhamento do progresso, identificação de lacunas e realinhamento de estratégias. É nesse contexto que os indicadores se tornam essenciais. Eles permitem mensurar resultados, comparar desempenhos entre diferentes localidades, além de fornecer evidências para a formulação de políticas públicas baseadas em dados.

Diversas iniciativas no Brasil, como o Programa Cidades Sustentáveis³⁷ e a plataforma IODS (Indicadores ODS) do IBGE³⁸, buscam fornecer subsídios aos

³⁷ Programa Cidades Sustentáveis. Indicadores para os ODS. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br>.

³⁸ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Plataforma IODS. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/>

gestores municipais. Contudo, a efetividade desses instrumentos ainda é desigual, especialmente em municípios com menor capacidade técnica e financeira. Falta, muitas vezes, integração entre planos de governo e os ODS, bem como capacitação de equipes para uso e interpretação de dados.

Os indicadores criados para monitorar o processo foram divididos de acordo a necessidade estimada para cada ODS, cada qual com um número específico de acordo com sua complexidade.

Apresenta-se aqui uma série de quadros, que demonstram os indicadores desenvolvidos para acompanhar cada ODS no município de Cubatão.

Os indicadores criados para monitorar o processo foram divididos de acordo a necessidade estimada para cada ODS, cada qual com um número específico de acordo com sua complexidade: indicadores ODS1 (Quadro 4), indicadores do ODS 2 (Quadro 5), indicadores do ODS 3 (Quadro 6), indicadores do ODS 4 (Quadro 7), indicadores do ODS 5 (Quadro 8), indicadores do ODS 6 (Quadro 9), indicadores do ODS 7 (Quadro 10), indicadores do ODS 8 (Quadro 11), indicadores do ODS 9 (Quadro 12), indicadores do ODS 10 (Quadro 13), indicadores do ODS 11 (Quadro 14), indicadores do ODS 12 (Quadro 15), indicadores do ODS 13 (Quadro 16), indicadores do ODS 14 (Quadro 17), indicadores do ODS 15 (Quadro 18), indicadores do ODS 16 (Quadro 19), indicadores do ODS 17 (Quadro 20).

Quadro 4 - Indicadores ODS1: Erradicação da Pobreza

Número	Indicadores
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais %
2	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família %
3	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família %
4	Pessoas com renda de até 1/4 do salário-mínimo %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Para acompanhar o ODS 1 foram instituídos quatro indicadores, todos fixados sobre o potencial de renda de cada família e até mesmo renda per capita. De maneira que seja possível acompanhar a evolução da erradicação da pobreza.

Observe-se o Quadro 03 - Indicadores do ODS 2:

Quadro 5 - Indicadores do ODS 2-Fome Zero

Número	Indicadores
1	Obesidade infantil %
2	Baixo peso ao nascer %
3	Desnutrição infantil %
4	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF %
5	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Os primeiros três indicadores, utilizados para mensurar o avanço da fome zero, passam pelos dados de saúde neonatal e alimentação infantil, enquanto os outros dois examinam os dados de produtores e estabelecimentos engajados com a agricultura sustentável.

Segue-se apresentando o Quadro 4 - Indicadores do ODS 3, note-se que para o fim de mensurar a qualidade de saúde e bem-estar foi instituído um número bem maior de indicadores.

Quadro 6 - Indicadores do ODS 3-Saúde e Bem-Estar

Número	Indicadores
1	Cobertura de vacinas %
2	Mortalidade por suicídio / 100 mil habitantes
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) / mil nascidas vivas
4	Mortalidade materna / mil nascidos vivos
5	Mortalidade na infância (crianças menores de 5 anos de idade) /mil nascidas vivas
6	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) /mil nascidas vivas
7	Mortalidade por Aids /100 mil habitantes
8	Incidência de dengue /100 mil habitantes
9	Mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis/ 100 mil habitantes
10	Orçamento municipal para a saúde /Reais per capita
11	População atendida por equipes de saúde da família
12	Deteção de hepatite ABC /100 mil habitantes
13	Deteção de hepatite ABC/ 100 mil habitantes
14	Unidades Básicas de Saúde
15	Esperança de vida ao nascer
16	Esperança de vida ao nascer
17	Incidência de tuberculose

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Os dezessete indicadores balizam dados de natalidade, mortalidade, incidência de endemias, bem como quantidade de unidades de prestação de serviço de saúde, alcance deste serviço através de atendimento domiciliar e montante per capita destinado aos cuidados de saúde da população, entre outros.

Na sequência, observa-se o Quadro 7 - Indicadores do ODS 4, que apresenta os indicadores escolhidos para mensurar a qualidade da educação:

Quadro 7 - Indicadores do ODS 4-Educação de Qualidade

Número	Indicadores
1	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental
2	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência
3	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais
5	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais
6	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade
7	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública
8	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública
9	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal
10	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal
11	Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal
12	Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede municipal
13	Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola
14	Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental
15	Adequação idade/ano no Ensino Fundamental
16	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais
17	Centros culturais, casas e espaços de cultura
18	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Dentre os dezoito indicadores eleitos para acompanhar a qualidade da educação, nota-se a presença da quantidade de escolas disponíveis, recursos para atendimento especializado, a formação dos professores, bem como as notas da prova Brasil e taxa do IDEB.

Analisando o Quadro 8: Indicadores do ODS 5, encontra-se os indicadores escolhidos para acompanhar as questões de igualdade de gênero, que analisam a participação feminina nas decisões a partir do número de vereadoras, a taxa de trabalho feminino, diferença salarial e ainda a violência contra a mulher, por meio da taxa de feminicídio.

Quadro 8 - Indicadores do ODS 5-Igualdade de Gênero

Número	Indicador
1	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham
2	Presença de vereadoras na Câmara Municipal
3	Desigualdade de salário por sexo
4	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham
5	Taxa de feminicídio

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Água potável e saneamento disponível a população são mensurados através dos indicadores demonstrados no Quadro 9: indicadores do ODS 6, que analisam a presença de doenças decorrentes da ausência do saneamento, a coleta de lixo local e a presença de esgoto adequado nas residências.

Quadro 9 - Indicadores do ODS 6-Água Potável

Número	Indicadores
1	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
2	Perda de água
3	População atendida com serviço de água %
4	População atendida com esgotamento sanitário %
5	População atendida com coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O alcance do ODS 7, Energia limpa e acessível, é acompanhado através de apenas dois indicadores, que mensuram o acesso à energia elétrica e a vulnerabilidade energética presente na localidade, conforme demonstra o Quadro 10 - indicadores do ODS7:

Quadro 10 - Indicadores do ODS 7-Energia Limpa e Renovável

Número	Indicador
1	Domicílios com acesso à energia elétrica %
2	Vulnerabilidade Energética

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

A análise do ODS 8, como apresenta o Quadro 11- Indicadores do ODS 8, Trabalho decente e crescimento econômico, passa por indicadores de PIB per capita, taxa de desemprego e taxa de ocupação das pessoas.

Quadro 11 - Indicadores do ODS 8- Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Número	Indicador
1	População ocupada entre 10 e 17 anos %
2	PIB per capita/ R\$ per capita
3	Desemprego /Taxa
4	Desemprego de jovens /Taxa
5	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham%
6	Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais / Taxa

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Foram escolhidos dois indicadores para acompanhar o próximo ODS, Indústria, Inovação e Infraestrutura, como demonstra o Quadro 12- indicadores do ODS 9:

Quadro 12 - Indicadores do ODS 9-Indústria, Inovação e Infraestrutura

Número	Indicador
1	Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB %
2	Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O Quadro 13 - Indicadores do ODS 10, Redução das Desigualdades, utiliza 10 indicadores que balizam entre a renda municipal destinada a parcela mais pobre, passando pela mortalidade infantil, risco de homicídios e violência contra a população LGBTQIA+ e o acesso garantido aos equipamentos de saúde.

Quadro 13 - Indicadores do ODS 10-Redução das desigualdades

Número	Indicador
1	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres%
2	Coeficiente de Gini /IN
3	Razão mortalidade infantil
4	Razão Gravidez na Adolescência
5	Taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental
6	Taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental
7	Risco relativo de homicídios
8	Violência contra a população LGBTQI+
9	Acesso a equipamentos de atenção básica à saúde
10	Razão do rendimento médio real Razão (R\$)

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

Para acompanhar o desenvolvimento do ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, foram desenvolvidos seis indicadores. Considera-se o tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora, as mortes no trânsito, os aglomerados subnormais, a presença de equipamentos esportivos, entre outros, como demonstra o Quadro 14 - Indicadores do ODS 11:

Quadro 14 - Indicadores do ODS 11-Cidades e Comunidades Sustentáveis

Número	Indicador
1	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora
2	Mortes no trânsito/ 100 mil habitantes
3	População residente em aglomerados subnormais

4	Domicílios em favelas %
5	Equipamentos esportivos/ 100 mil habitantes
6	Percentual da população negra em assentamentos subnormais

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O Quadro 15 - Indicadores do ODS 12, Consumo e produção responsáveis, demonstra os três indicadores eleitos para acompanhamento:

Quadro 15 - Indicadores do ODS 12-Consumo e Produção Responsáveis

Número	Indicador
1	Resíduos domiciliares per capita/ Ton / Hab / Ano
2	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente %
3	População atendida com coleta seletiva %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O ODS 13, Ação contra Mudança Global do Clima, recebeu quatro indicadores, que passam desde o acompanhamento das emissões de CO² per capita até a existência de gestão de risco e prevenção a desastres naturais no município, como demonstra o Quadro 16 - Indicadores do ODS 13:

Quadro 16 - Indicadores do ODS 13- Ação contra Mudança Global do Clima

Número	Indicador
1	Emissões de CO ² e per capita/ ton de CO ² e per capita
2	Concentração de focos de calor/ por mil
3	Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais
4	Percentual do município desflorestado %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O ODS 14, Vida na Água, de forma inusitada, passa por acompanhamento através de um único indicador, como passa a demonstrar o Quadro 17 - Indicadores do ODS 14, que visa conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 17 - Indicadores do ODS 14-Vida na Água

Número	Indicador
1	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos %

Fonte: da autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O Quadro 18: indicadores do ODS 15, Vida Terrestre, apresenta os três indicadores eleitos para acompanhar sua evolução, tratando de avaliar entre outros a maturidade dos instrumentos de financiamento para proteção ambiental:

Quadro 18 - Indicadores do ODS 15-Vida Terrestre

Número	Indicador
1	Taxa de áreas florestadas e naturais / HÁ/HAB
2	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável
3	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O ODS 16, Paz, Justiça e Instituições eficazes, é acompanhado através de sete indicadores (Quadro 19), que se baseiam desde o número de homicídios até o grau de estruturação das políticas públicas de participação e Direitos Humanos:

Quadro 19 - Indicadores do ODS 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Número	Indicador
1	Homicídio juvenil/ 100 mil habitantes
2	Mortes por agressão/ 100 mil habitantes
3	Mortes por armas de fogo/ 100 mil habitantes
4	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção
5	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos
6	Grau de estruturação das políticas de transparência
7	Taxa de homicídio 100 mil habitantes

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

O Quadro 20 - Indicadores do ODS 17, apresenta os dois indicadores eleitos para mensurar o avanço no que toca às Parcerias e Meios de Implementação, que tem como objetivo avaliar a transparência na gestão dos recursos públicos, como a publicação de informações sobre receitas, despesas e contratações; medir a quantidade de investimento público em projetos e ações de desenvolvimento sustentável; e avaliar a capacidade financeira do município para investir em projetos de desenvolvimento.

Quadro 20 - Indicadores do ODS 17- Parcerias e Meios de Implementação

Número	Indicador
1	Investimento público/ R\$ per capita
2	Total de receitas arrecadadas %

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do ISDC Brasil.

A utilização de indicadores para monitorar os ODS nos municípios brasileiros é não apenas importante, mas essencial. Eles possibilitam que os gestores públicos saiam do campo da retórica para uma governança baseada em evidências, voltada à melhoria efetiva da qualidade de vida da população. No entanto, é preciso superar desafios estruturais, como a falta de capacitação técnica, recursos financeiros e integração institucional.

4.2. Avaliação dos resultados alcançados até o momento e sua relevância para o desenvolvimento sustentável de Cubatão

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), ao estabelecer os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propôs um novo paradigma para o desenvolvimento global, com metas claras a serem atingidas até 2030. No entanto, sua efetividade depende diretamente da implementação e avaliação em escala local, especialmente nos municípios, onde as políticas públicas de saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura realmente se concretizam.

Em um país marcado por desigualdades regionais e carências estruturais, a avaliação de resultados permite verificar a efetividade das ações públicas, corrigir rumos, redirecionar recursos e fortalecer a prestação de contas à sociedade. No contexto dos ODS, isso ganha ainda mais relevância, pois trata-se de uma agenda multidimensional, que exige integração de políticas, articulação institucional e foco em impactos de longo prazo.

Em muitos municípios brasileiros, no entanto, a cultura da avaliação ainda é incipiente. Muitos planos municipais de desenvolvimento sustentável carecem de metas mensuráveis e mecanismos claros de monitoramento e avaliação. Como consequência, ações são executadas, mas sem clareza sobre sua eficácia em termos de transformação social, econômica e ambiental.

Os resultados alcançados até o momento no município de Cubatão têm se apresentado de forma crescente ao longo dos anos. De acordo com os dados do IDSC³⁹, a cidade ainda apresenta um baixo nível de sustentabilidade, como

³⁹ Os dados do IDSC-BR (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil) são uma ferramenta que avalia a distância que cada município brasileiro tem para alcançar as metas e

demonstra a Figura 37 - Resultados, onde alcança uma nota geral abaixo de 50 pontos e o 1.930 lugar no ranking nacional de cidades sustentáveis.

Apesar das dificuldades, algumas iniciativas demonstram que é possível avançar. Parcerias entre governos locais, universidades e organismos internacionais têm gerado metodologias participativas e tecnicamente robustas para avaliação. Assim, abaixo destacamos o resultado geral para o município de Cubatão estão sintetizados na Figura 38.

Figura 38 – Resultados gerais para o município de Cubatão



Fonte: IDSC.

De maneira geral, observe-se que a maior nota alcançada pelo município, refere-se ao ODS 7, que por sua vez tem apenas dois indicadores, baseando-se na quantidade de residências que possuem energia elétrica e a vulnerabilidade energética. Esta avaliação não menciona nenhum tipo de outra ação em energia renovável, como estímulo a captação de energia solar, por exemplo, ações estas inexistentes também no município.

A segunda maior nota alcançada, nível de sustentabilidade alto, dá-se no ODS 6-Água Potável e Saneamento e ODS 12-Produção e Consumo Sustentáveis. Logo, subintende-se que a cidade possui um bom nível de atendimento em fornecimento de água às residências, boa coleta de resíduos

objetivos da Agenda 2030, utilizando indicadores temáticos e dados oficiais. O índice visa orientar a ação política e o monitoramento dos ODS em nível local, proporcionando uma visão abrangente do desenvolvimento sustentável em cada cidade.

sólidos urbanos, bom serviço de esgotamento sanitário e bom serviço de coleta seletiva.

Em terceiro lugar, com nível médio de sustentabilidade, encontram-se: ODS 1- Erradicação da Pobreza, ODS 3- Saúde de Qualidade, ODS 4- Educação de Qualidade, ODS 10- Redução das Desigualdade, e ODS 14- Proteção a vida Marinha.

Depreende-se, portanto, que a pobreza na cidade ainda é grande, que as condições de saúde na cidade ainda não carecem de muitos ajustes e que o tratamento de esgoto antes de seu despejo ao mar e rios é de boa qualidade.

O município alcançou um nível de sustentabilidade baixo nos ODS 2, ODS 8, ODS 8- Trabalho Digno e Crescimento Econômico, ODS 13- Ação Climática, ODS 15- Proteção a vida Terrestre e ODS 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

O PIB per capita ainda é baixo e taxa de desemprego alta, além de um número baixo de ocupação de jovens. Nota-se ainda a ausência de estratégias contra os desastres naturais e o baixo grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental.

Além do mais, as taxas de violência e homicídios tem se mostrado altas, enquanto e demonstra muito baixa a estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos.

Por fim, o município alcançou um nível de sustentabilidade muito baixo nos: ODS 5 - Igualdade de Gênero, ODS 9- Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS 11 - Cidades e comunidades Sustentáveis e ODS17 - Parcerias para implementação dos Objetivos.

Tais resultados denotam o baixo nível de desenvolvimento feminino e a alta taxa de feminicídio na cidade, o baixo investimento público em infraestrutura e a baixa participação dos empregos em atividades de conhecimento e tecnologia. Demonstra ainda o alto número de mortes o trânsito, a existência de aglomerados subnormais, o alto número de domicílios em 'favelas', o percentual de população negra nos aglomerados subnormais e o baixo investimento público per capita do total da receita arrecadada.

Para elucidar visualmente os resultados adquiridos pelo município até a presente data, construiu-se a Tabela 2 - Notas Cubatão, que menciona o nível de desenvolvimento alcançado por cada ODS, com suas respectivas notas:

Tabela 2- Notas do município de Cubatão

ODS	Nível de Desenvolvimento
1	Médio
2	Baixo
3	Médio
4	Médio
5	Muito baixo
6	Alto
7	Muito alto
8	Baixo
9	Muito baixo
10	Médio
11	Muito baixo
12	Alto
13	Baixo
14	Médio
15	Baixo
16	Baixo
17	Muito baixo

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IDSC.

Abaixo é descrito análise das notas em cada nível de desenvolvimento para o município de Cubatão.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) da Agenda 2030 da ONU visa erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, estabelecendo metas ambiciosas que incluem a eliminação da pobreza extrema, a ampliação do acesso a serviços básicos e a promoção de sistemas de proteção social. Para a cidade de Cubatão, a implementação dos ODS em nível municipal representa um passo fundamental para a concretização desses objetivos, dado que o município é o ente mais próximo da realidade cotidiana da população. No entanto, alcançar um nível de desenvolvimento médio no ODS 1, embora represente avanços importantes, também evidencia limitações estruturais e desafios persistentes.

Alcançar um nível médio de desenvolvimento no ODS 1 significa, em linhas gerais, que o município conseguiu reduzir parcialmente os índices de pobreza monetária e multidimensional, mas ainda enfrenta desigualdades significativas e lacunas no acesso a direitos básicos, como educação, saúde, saneamento e proteção social.

Em uma análise mais profunda, esse desempenho intermediário pode indicar tanto um progresso recente e promissor, quanto a estagnação de políticas públicas em um patamar que não responde às transformações sociais necessárias. Muitos municípios brasileiros que alcançam esse nível o fazem por

meio de políticas compensatórias, como os programas de transferência de renda, como por exemplo o Bolsa Família⁴⁰ ou o Auxílio Brasil⁴¹, mas não avançam de maneira consistente na promoção de autonomia econômica, inclusão produtiva ou superação das vulnerabilidades estruturais.

Além disso, os critérios que definem o nível de desenvolvimento para os ODS geralmente se baseiam em indicadores quantitativos. Isso pode ocultar disparidades internas significativas, como desigualdades de gênero, raça ou território dentro do próprio município.

Outro problema recorrente é a invisibilidade da pobreza multidimensional, que envolve não apenas renda, mas também privações em educação, habitação, segurança alimentar e acesso a serviços públicos⁴². A ausência de sistemas locais de avaliação no município dificulta o diagnóstico e o monitoramento eficazes.

Para que um município de Cubatão possa evoluir de um nível médio para um nível elevado no ODS 1 são essenciais a aplicação de políticas públicas integradas, com participação da sociedade civil, uso de dados qualificados, e articulação entre diferentes setores da gestão municipal.

Ações como a promoção da economia solidária, o fortalecimento de redes de assistência social, e o acesso à moradia digna podem impactar diretamente os indicadores relacionados à pobreza. Além disso, reforçar as parcerias com as universidades da Região Metropolitana da Baixada Santista e organizações da sociedade civil podem qualificar o monitoramento dos resultados e a formulação de políticas mais eficazes.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2 – Fome Zero) da Agenda 2030 propõe acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Embora essa meta represente um princípio inegociável, o município de Cubatão apresentou baixo desempenho.

⁴⁰ Trata-se de um programa de transferência direta e condicionada de renda que, por meio da articulação com outras políticas, atua para a superação da pobreza e transformação social das famílias beneficiárias.

⁴¹ O Programa Auxílio Brasil (PAB) é um programa de transferência de renda às famílias pobres e extremamente pobres e está em vigor desde novembro de 2021. Ele integra várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego, renda e transformação social.

⁴² IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mapa da pobreza e desigualdades. <https://www.ipea.gov.br/>.

Um município classificado com baixo desempenho no ODS 2 geralmente enfrenta altos índices de insegurança alimentar, precariedade nutricional entre crianças e grupos vulneráveis. A ausência de políticas integradas de abastecimento e nutrição acaba por refletir um modelo de gestão que ignora a interdependência entre insegurança alimentar⁴³ e desenvolvimento territorial. Apesar do cenário desafiador, existem alternativas viáveis. Municípios com baixo desempenho no ODS 2 podem avançar por meio de ações como: reativação de conselhos participativos e redes de segurança alimentar; criação de bancos de hortas comunitárias e feiras agroecológicas; Articulação intersetorial com saúde, educação e assistência social, promovendo ações integradas de combate à fome e à má nutrição.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3 – Saúde e Bem-estar), parte integrante da Agenda 2030 da ONU, visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. Seus desdobramentos envolvem desde a redução da mortalidade infantil e materna até o combate a epidemias, acesso a serviços de saúde de qualidade e cobertura vacinal ampla. No contexto brasileiro, os municípios desempenham papel fundamental na implementação das metas do ODS 3, já que são os principais responsáveis pela atenção básica à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Alcançar um nível de desenvolvimento médio no ODS 3 indica que o município obteve avanços parciais em indicadores de saúde, como a redução de algumas taxas de mortalidade e melhora no acesso a determinados serviços.

O desenvolvimento médio no ODS 3 deve ser interpretado como um alerta, pois ele revela que, embora a estrutura básica do SUS esteja presente no município de Cubatão, talvez ela não seja suficiente para garantir equidade no acesso, integralidade da atenção e qualidade nos resultados. Isso pode impactar diretamente a população mais vulnerável, que depende exclusivamente do serviço público de saúde. O nível médio de desenvolvimento em relação ao ODS 3 é uma condição ambígua: indica progresso, mas também evidencia limites estruturais e sociais que impedem o acesso pleno à saúde e ao bem-estar.

⁴³ IPEA. Políticas públicas e insegurança alimentar nos municípios brasileiros. <https://www.ipea.gov.br>.

Para que o município de Cubatão evolua de um nível médio para um nível alto no ODS 3, são necessários fortalecimento da atenção primária à saúde⁴⁴ e a integração intersetorial com políticas de meio ambiente, mobilidade urbana e segurança alimentar.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade) da Agenda 2030 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. No Brasil, a realização dessa meta depende fortemente das políticas públicas implementadas pelos municípios, que são os principais responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Quando um município alcança nível de desenvolvimento médio nesse ODS, isso sinaliza a existência de avanços relevantes.

A classificação de um município como de desenvolvimento médio no ODS 4 indica que foram alcançados resultados parciais em indicadores como acesso à escola, taxa de alfabetização, frequência escolar, e em alguns casos, infraestrutura educacional básica⁴⁵. No entanto, essa condição também pode revelar persistência de desafios graves como baixa qualidade da aprendizagem⁴⁶.

O desempenho médio de um município no ODS 4 deve ser lido com olhar crítico e estratégico, pois representa um ponto de partida para avanços, mas também um alerta para as desigualdades educacionais persistentes e os limites da atuação pública local.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5 – Igualdade de Gênero) da Agenda 2030 visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Essa meta transcende o campo social, pois envolve questões fundamentais de justiça, democracia, desenvolvimento humano e sustentabilidade. Quando um município atinge nível de desenvolvimento muito baixo nesse objetivo, não se trata apenas de um déficit

⁴⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Saúde da Atenção Básica (SISAB).

⁴⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Indicadores da Qualidade da Educação Básica.

⁴⁶ ONU Brasil. ODS 4 – Educação de Qualidade. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>.

estatístico, mas de uma violação de direitos e persistência de desigualdades de gênero em múltiplas dimensões⁴⁷.

Fatores estruturais, culturais e institucionais que sustentam o baixo desenvolvimento podem estar relacionados a inexistência de orçamento específico para ações de equidade de gênero nas leis orçamentárias municipais. Algumas direções possíveis para a reversão do cenário de baixo desenvolvimento no ODS 5 podem ser sugeridas como o fomento ao empreendedorismo feminino e à autonomia econômica das mulheres por meio de capacitação, acesso a crédito e compras públicas com recorte de gênero em atendimento ao O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM⁴⁸ que busca expressar as necessidades e as expectativas das mulheres brasileiras e da sociedade no que tange à formulação e à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade e de enfrentamento dessas questões.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6 – Água Potável e Saneamento) da Agenda 2030 propõe assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Em um país com marcantes desigualdades territoriais e socioeconômicas como o Brasil, alcançar nível de desenvolvimento alto nesse ODS representa um feito significativo. Esse desempenho indica a presença de infraestrutura consolidada, políticas públicas eficazes e gestão racional dos recursos hídricos⁴⁹. Alcançar alto desenvolvimento no ODS 6 significa que o município atinge bons resultados em indicadores como: acesso universal à água potável tratada; cobertura ampla de esgotamento sanitário adequado; gestão eficiente de resíduos líquidos e sólidos; monitoramento da qualidade da água e das fontes hídricas e planejamento sustentável do uso dos recursos hídricos.

O alto desempenho municipal no ODS 6 resulta de decisões políticas consistentes, investimentos de longo prazo e gestão pública comprometida com a universalização dos serviços de saneamento⁵⁰. Um município com alto desenvolvimento no ODS 6 pode servir como modelo replicável de boas práticas,

⁴⁷ Observatório da Igualdade de Gênero da CEPAL. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>.

⁴⁸ BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

⁴⁹ ANA – Agência Nacional de Águas. Atlas do Saneamento e Segurança Hídrica.

⁵⁰ SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: <http://www.snis.gov.br>

assumindo protagonismo em redes de cidades sustentáveis e inspirando políticas públicas em outras regiões.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7 – Energia Limpa e Acessível), proposto pela Agenda 2030 da ONU, visa assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Alcançar nível de desenvolvimento muito alto nesse objetivo indica que um município garantiu não apenas acesso quase universal à energia elétrica, mas também avançou na utilização de fontes renováveis, eficiência energética e políticas ambientais integradas.

Esse tipo de desempenho está geralmente relacionado a um conjunto de fatores estruturais e políticos⁵¹, entre eles o investimento em políticas públicas e marcos regulatórios locais, como isenções fiscais para painéis solares e incentivos à eficiência energética em construções e participação cidadã e educação ambiental, com programas escolares e comunitários voltados à conscientização energética. O nível de desenvolvimento muito alto em relação ao ODS 7 representa um marco importante para a sustentabilidade local, mas não deve ser tratado como meta final. Trata-se de uma base estratégica para aprofundar a equidade, a justiça energética e a resiliência climática no território.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8), proposto pela Agenda 2030 da ONU, busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Quando um município brasileiro apresenta nível de desenvolvimento baixo nesse objetivo, tal realidade reflete uma combinação de desemprego estrutural, informalidade elevada, baixa qualificação da força de trabalho e fragilidade econômica local.

As causas estruturais e conjunturais da estagnação para esse desempenho são múltiplas e frequentemente interconectadas: dependência de economias tradicionais e pouco diversificadas, com baixa agregação de valor; ausência de políticas públicas ativas de trabalho e renda no nível local; Falta de acesso a crédito, assistência técnica e inovação para pequenos empreendedores.

⁵¹ EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Relatórios sobre matriz energética municipal.

Sair do nível baixo de desenvolvimento no ODS 8 -Trabalho Decente e Crescimento Econômico, exige ação estratégica e integrada, com políticas públicas voltadas a: criação de programas municipais de qualificação profissional em parceria com o SENAI, com a formação para oportunidades reais de trabalho.⁵², já presentes na região de Cubatão com ações concretas. O baixo desempenho de um município no ODS 8 aponta uma realidade de exclusão econômica e social, que impede a realização dos direitos fundamentais ao trabalho digno e à vida com autonomia⁵³. Para transformar esse cenário, é necessário ir além de ações pontuais ou assistencialistas, apostando em uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, centrada nas potencialidades locais e no protagonismo das comunidades.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura) propõe construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Ao atingir nível de desenvolvimento muito baixo nesse ODS, um município demonstra graves limitações em termos de estrutura produtiva, capacidade tecnológica e acesso a serviços básicos de infraestrutura, como transporte, conectividade digital e saneamento. Apesar do município de Cubatão possuir uma grande base industrial a região ainda reproduz ciclos de desigualdade e dependência econômica, o que se traduz por uma possível estagnação na atração e efetivação nas indústrias locais.

A diminuição intensa do número de indivíduos ocupados na indústria de Cubatão é destacada por Zandonadi (2023), como também relata o processo de desindustrialização do município a partir da década de 2000. A reversão do cenário de desenvolvimento muito baixo no ODS 9 exige planejamento territorial, articulação federativa e inovação institucional.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (ODS 10 – Redução das Desigualdades), proposto pela ONU, busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Quando um município atinge nível de desenvolvimento médio nesse objetivo, tal condição revela avanços parciais na inclusão social e

⁵² SENAI. Disponível: <https://sp.senai.br/unidade/cubatao/>.

⁵³ DIEESE. Boletins sobre emprego, informalidade e renda no Brasil.

econômica, mas também evidencia que barreiras estruturais ainda impedem a universalização da equidade de oportunidades e do acesso a direitos.

Estar em um nível médio no ODS 10 significa que o município apresenta alguma redução nas desigualdades de renda, gênero, raça ou acesso a serviços públicos, mas ainda convive com: Desigualdades territoriais acentuadas e Baixa participação social e política de grupos historicamente marginalizados.

Observa-se que o município de Cubatão se encontra em uma posição de transição, onde algumas políticas inclusivas começam a surtir efeito, mas sem conseguir romper com estruturas históricas de exclusão. Entre os fatores que podem contribuir para o desempenho médio, destacam-se: Melhoria em indicadores de acesso à educação e saúde básica em áreas vulneráveis e iniciativas de inclusão produtiva e capacitação profissional para populações de baixa renda via SENAI Cubatão. Apesar dos progressos, o município enfrenta grandes obstáculos para alcançar níveis elevados de equidade, como: Ausência de políticas transversais de combate às múltiplas formas de desigualdade.

O desempenho médio, nesse sentido no município de Cubatão, pode ocultar realidades locais muito contrastantes, onde coexistem ilhas de progresso e bolsões de exclusão extrema.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis) visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Quando um município brasileiro atinge nível de desenvolvimento muito baixo nesse objetivo, significa que a cidade enfrenta desafios sérios em aspectos cruciais como infraestrutura, qualidade de vida, acessibilidade e proteção ambiental.

Um município com desempenho muito baixo no ODS 11 está enfrentando problemas graves em várias dimensões de seu desenvolvimento urbano, como: vulnerabilidade ambiental elevada; segregação social e espacial, com desigualdades urbanas acentuadas e uma profunda divisão entre áreas ricas e pobres da cidade. Assim, esses aspectos indicam que o município não tem sido capaz de articular políticas públicas eficazes para lidar com as necessidades urgentes da população, com um foco insuficiente em sustentabilidade e resiliência urbana.

As possíveis razões para um município de Cubatão atingir um nível muito baixo no ODS 11 podem ser atribuídas a uma combinação de fatores estruturais,

históricos e conjunturais. Alguns dos principais elementos podem incluir: desigualdade econômica e social histórica, que impede a distribuição equitativa de recursos e o acesso a serviços básicos, com a concentração de riqueza em regiões centrais e a marginalização das periferias e políticas públicas fragmentadas e de curto prazo, que não abordam as causas estruturais dos problemas urbanos e sociais de forma integrada e sustentável. Esses fatores podem contribuir para um ciclo de exclusão e precariedade que afeta as populações mais vulneráveis, consolidando uma cidade desigual e com baixa resiliência.

Para que um município de Cubatão avance em direção a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, é necessário adotar ações de participação cidadã, com a criação de mecanismos de governança democrática e transparente, que envolvam as comunidades locais no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e o incentivo ao uso de tecnologias sustentáveis e soluções inovadoras, como a implementação de cidades inteligentes, o uso de energias renováveis e a reabilitação de espaços urbanos degradados.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12 -Consumo e Produção Responsáveis) da Agenda 2030 da ONU visa garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, incentivando a eficiência dos recursos, a redução de resíduos e a implementação de práticas econômicas responsáveis. Um município com alto nível de desenvolvimento no ODS 12 exibe uma série de características relacionadas à sustentabilidade, como: gestão eficiente de resíduos sólidos, com reciclagem em larga escala, compostagem e a implementação de programas de redução e reaproveitamento de resíduos e consumo responsável e consciente, com a promoção de alternativas ao consumo excessivo e ao desperdício, incentivando a educação ambiental.

Apesar dos avanços significativos, os municípios com alto nível de desenvolvimento no ODS 12 ainda enfrentam alguns desafios que exigem atenção e aprimoramento, tais como dificuldade em expandir a sustentabilidade para todos os setores econômicos, especialmente para pequenas e médias empresas que não têm acesso a tecnologias verdes e alternativas sustentáveis. Ainda existem lacunas que devem ser preenchidas, especialmente no que diz

respeito à inclusão de toda a população e setores produtivos nas práticas sustentáveis no município.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13 – Ação contra Mudança Global do Clima), que trata da ação contra a mudança global do clima, é central para mitigar os efeitos das mudanças climáticas no planeta. No contexto de municípios brasileiros, o ODS 13 se refere à capacidade das cidades de adotar políticas públicas que promovam a adaptação às mudanças climáticas e a mitigação de seus impactos, além de educar e sensibilizar a população sobre a necessidade de ações sustentáveis.

Um município com baixo nível de desenvolvimento no ODS 13 apresenta grandes deficiências em relação à implementação de ações climáticas e ao planejamento para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Entre os indicadores de baixo desempenho estão a falta de políticas públicas específicas para enfrentar as mudanças climáticas, como a ausência de planos municipais de adaptação e mitigação.

O baixo desempenho de um município de Cubatão no ODS 13 pode ser atribuído a uma série de causas estruturais, econômicas e políticas, incluindo a desigualdade social e econômica, que leva à marginalização de comunidades vulneráveis em áreas de risco e à escassez de infraestrutura básica, impedindo a adaptação eficaz às mudanças climáticas e a falta de conscientização e mobilização social, com a população e as lideranças locais não engajadas nas questões ambientais, o que resulta em uma ausência de pressão política para a implementação de medidas mais eficazes.

Embora os desafios para melhorar o desempenho no ODS 13 sejam significativos, há vários caminhos possíveis para um município que deseja avançar na ação contra as mudanças climáticas como a Implementação de políticas públicas municipais de adaptação e mitigação, com a elaboração de planos locais de ação climática e a definição de metas claras para a redução de emissões de gases de efeito estufa e apoio à transição para uma economia verde, com incentivos à inovação tecnológica, como o uso de energias renováveis, transporte público sustentável e infraestrutura verde (exemplo: áreas verdes urbanas e soluções baseadas na natureza para gestão de água e resíduos).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14 – Vida na Água), que visa conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, apresenta um dos maiores desafios de implementação local. O município de Cubatão não é uma cidade costeira, entretanto faz fronteira com outras que são e seus rios podem colaborar para a questão do lixo no mar.

O desempenho médio no ODS 14 reflete alguns progressos relevantes, que apontam para o amadurecimento gradual da gestão ambiental local, como adoção de medidas pontuais de controle da poluição hídrica, como estações de tratamento de esgoto em regiões urbanas com maior visibilidade. Assim, o município desenvolve o projeto de Eco Barreiras em seus rios como uma ação de controle de resíduos sólidos mostrando que Cubatão possui potencial institucional e engajamento local para promover políticas ambientais mais sólidas e com destaque para Região Metropolitana da Baixada Santista.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15 – Vida Terrestre) da Agenda 2030 das Nações Unidas busca proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e frear a perda da biodiversidade.

O desempenho municipal de Cubatão é considerado baixo no ODS 15 devido passivos ambientais históricos. Entretanto, se sinaliza que o município internalizou a agenda ambiental como prioridade pública, e que as políticas locais são capazes de conter os processos crescentes de degradação.

Para reverter o baixo desenvolvimento no ODS 15 exige planejamento intersetorial, além de ações estruturantes, como: implantar e fortalecer unidades de conservação, com planejamento de uso sustentável e participação comunitária; recuperar áreas degradadas, por meio de reflorestamento, práticas agroecológicas e técnicas de manejo sustentável do solo e fortalecer a fiscalização ambiental, inclusive com uso de tecnologia (sensoriamento remoto, drones, SIGs⁵⁴) para monitoramento do território.

⁵⁴ Sistema de Informação Geográfica (em português) ou Geographic Information System (em inglês), é um sistema que utiliza tecnologias computacionais para coletar, armazenar, processar, analisar e apresentar dados geográficos. Estes dados, geralmente, referenciam-se a localização espacial na Terra e podem incluir informações sobre terrenos, uso do solo, infraestrutura e padrões climáticos.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes), formulado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), tem como foco promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Em termos locais, esse objetivo envolve o fortalecimento da democracia, a redução da violência, o combate à corrupção e o aumento da participação cidadã.

Um município com baixo desempenho no ODS 16 revela sérias limitações em sua estrutura institucional e em sua capacidade de promover a paz, a justiça e a inclusão. Os principais aspectos que refletem essa condição incluem: participação social fragilizada, com conselhos municipais inativos ou capturados politicamente e histórico de desigualdade social e econômica, que aprofunda divisões e conflitos sociais.

Essas condições estruturais podem comprometer não apenas a eficácia institucional, mas também a legitimidade da gestão pública e o próprio pacto democrático local e podem ser solucionados com o fortalecimento dos mecanismos de controle social e participação cidadã, como conselhos municipais e orçamento participativo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação), intitulado “Parcerias e Meios de Implementação”, busca fortalecer os mecanismos de cooperação internacional, nacional e local, promovendo alianças entre governos, setor privado e sociedade civil para a efetivação da Agenda 2030. No nível municipal, o ODS 17 se traduz na capacidade de mobilizar recursos técnicos, financeiros e institucionais por meio de parcerias multissetoriais, fomentando o desenvolvimento sustentável de forma articulada.

A classificação “muito baixo” no ODS 17 indica uma condição de fragilidade extrema na articulação de parcerias e na mobilização de meios para implementação das metas sustentáveis. Os principais sintomas desse nível de desenvolvimento incluem ausência de consórcios intermunicipais para compartilhamento de políticas públicas e baixo capital social com ausência de organizações da sociedade civil atuantes, que fragilizam a construção de parcerias locais.

A carência de cooperação e integração, refletida no desenvolvimento muito baixo do ODS 17, gera uma série de efeitos negativos acumulativos, como a baixa legitimidade e credibilidade junto à população, que percebe a inércia administrativa como abandono ou ineficiência.

Apesar das dificuldades, existem estratégias viáveis para reverter o quadro de desenvolvimento muito baixo no ODS 17 como a criação de núcleos intersetoriais de planejamento dentro da administração municipal, com capacitação de servidores públicos em gestão de projetos e elaboração de propostas para editais e a participação ativa em consórcios públicos e colegiados regionais, para viabilizar políticas compartilhadas com municípios vizinhos.

Ao construir redes de cooperação e articulação, o município pode potencializar suas ações e superar suas limitações, caminhando rumo a um desenvolvimento mais equitativo, democrático e sustentável.

Também, é importante mencionar a situação do município frente as demais cidades da baixada santista. Dentre as nove cidades da Região Metropolitana de Santos, Cubatão é a que apresenta pior colocação no ranking nacional, ocupando a 1.930^a posição com um nível baixo de sustentabilidade, seguida por Itanhaém, também com baixo nível de sustentabilidade e 1.861^a colocação nacional.

As demais cidades da Região apresentam todas nível médio de sustentabilidade, entretanto fulguram em colocações bem melhores no ranking nacional, como demonstra a Tabela 03 - Ranking RMBS

Tabela 3 - Ranking Região Metropolitana da Baixada Santista

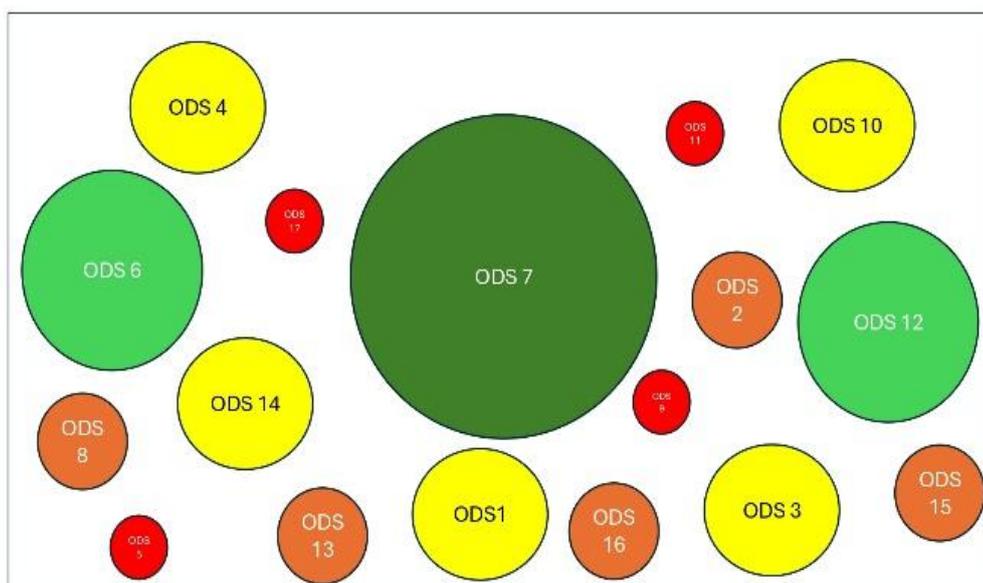
Ranking Na Baixada Santista	Cidade	Ranking Nacional	Nível de Sustentabilidade
1º	Santos	312 ^a	Médio
2º	Mongaguá	451 ^a	Médio
3º	Peruíbe	576 ^a	Médio
4º	Praia Grande	707 ^a	Médio
5º	Guarujá	978 ^a	Médio
6º	Bertioga	1535	Médio
7º	São Vicente	1765 ^a	Médio
8º	Itanhaém	1861 ^a	Baixo
9º	Cubatão	1930 ^a	Baixo

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IDSC

De forma a tornar o resultado do município ainda mais compreensível, a Figura 38 – ODS no Município de Cubatão demonstra a disparidade entre os níveis de alcance da cidade para cada ODS.

Grande parte dos ODS apresentam resultados pequenos, mesmo frente ao avanço das políticas públicas estabelecidas.

Figura 39 – ODS no município de Cubatão



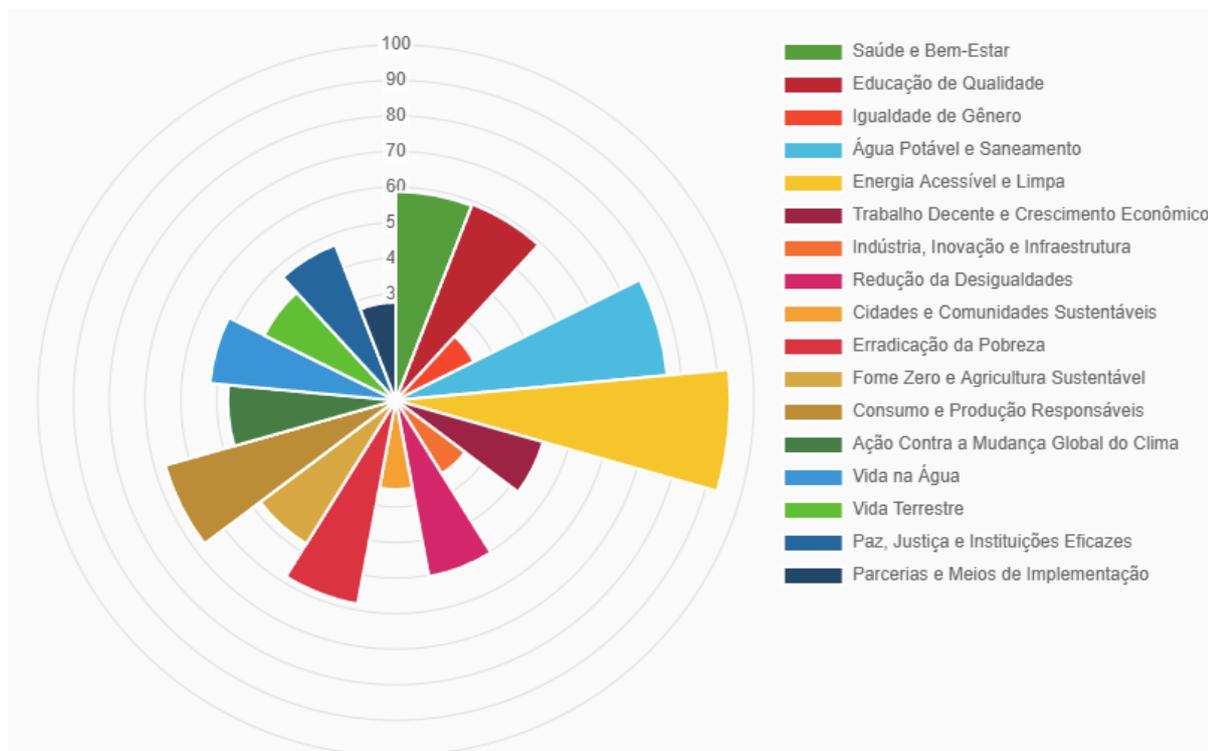
Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IDSC.

Os dados apurados demonstram a atual situação do município, onde percebe-se a necessidade de ações com foco nos ODS que se referem a subsistência do ser humano.

O círculo maior, ao centro apresenta o ODS 7, o que recebe a melhor nota entre os demais. Na extremidade direita encontra-se o ODS 6 e na esquerda o ODS 12. Orbitando ao redor do ODS 7, encontram-se os ODS: 4, 14, 10, 1 e 3. Na parte inferior avançando pouco acima encontram-se os ODS: 13, 5, 16, 2 e 15. E por fim, em espaço mais restrito encontram-se os ODS: 17, 5, 11 e 9.

Os resultados obtidos pelo município, já apresentados anteriormente, são corroborados pela Figura 40 - Desempenho ODS, demonstrando os pontos mais fracos e mais fortes da implementação da Agenda 2030 de acordo com cada ODS.

Figura 40 - Desempenho ODS



Fonte: IDSC modificado pela autora.

4.3 Perspectivas futuras

Apesar do cenário previamente apresentado, é importante destacar que o município tem demonstrado um esforço considerável na construção de um quadro de resultados mais favoráveis. Esse empenho se evidencia, por exemplo, na efetivação dos planos de governo propostos pelos candidatos nas eleições municipais de 2024, onde já estão presentes propostas de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na cidade.

Além disso, após o término do pleito eleitoral, foi instaurada a Comissão de Transição de Governo, que identificou a necessidade urgente de tais avanços. Como resposta a essa demanda, foi elaborado um projeto de criação de um departamento específico, vinculado diretamente à Secretaria de Governo, com quadro funcional próprio e atribuições bem definidas. Esses passos indicam a busca por uma gestão mais estruturada e alinhada com as metas de sustentabilidade.

Contudo, apesar dos encaminhamentos feitos pela Comissão de Transição, em janeiro de 2025, foi realizada uma reforma administrativa pela

municipalidade, por meio da Lei nº 4.356, 2025, que resultou na criação do cargo de Assessor Especial de Coordenação de ODS, com a responsabilidade de coordenar a implementação dos ODS no município. No entanto, ainda não foi criado o departamento completo inicialmente sugerido pela comissão, o que limita, em parte, a eficácia das ações planejadas.

Diante desse contexto, é possível inferir que, caso os esforços atuais sejam mantidos e direcionados adequadamente, com foco na criação de políticas públicas específicas para cada ODS, que priorizem a construção de novas parcerias e contem com a devida alocação de recursos para ações de sustentabilidade, o município tem grande potencial de crescimento, com a perspectiva de melhorias significativas nos resultados obtidos até o momento.

Ademais, é fundamental envolver a comunidade local nesse processo. Por meio do fortalecimento do sentimento de pertencimento, a população poderá desenvolver ações e projetos que promovam melhorias na qualidade de vida nas comunidades. Esse engajamento social é um elemento crucial para o avanço efetivo dos ODS.

Vale ressaltar, mais uma vez, que sem a implementação de políticas públicas voltadas para a participação popular e os direitos humanos, que garantam à população acesso à informação de qualidade e meios adequados para exercer sua cidadania, será extremamente difícil que o município consiga aprimorar os números alcançados até agora e avançar na conquista dos ODS. A verdadeira transformação só será possível com a inclusão ativa da sociedade nesse processo.

Apesar dessas limitações, há elementos que sustentam a parte afirmativa da hipótese desta pesquisa. A articulação dos conselhos municipais e a adesão do município a redes como o Programa Cidades Sustentáveis representam oportunidades para estruturar políticas alinhadas aos ODS. Além disso, o engajamento de lideranças locais e da sociedade civil tem crescido por meio de iniciativas de educação ambiental e projetos de recuperação urbana e industrial com base em sustentabilidade

As parcerias estratégicas, por sua vez, têm se mostrado promissoras. A colaboração com universidades, ONGs e o setor produtivo, inclusive por meio da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), fortalece a capacidade técnica do município e contribui para a inovação em políticas públicas locais.

A Prefeitura de Cubatão recebeu uma comunicação internacional anunciando o reconhecimento do município no programa "Tree Cities Of The World"⁵⁵. Esse selo premia cidades de diferentes partes do mundo que implementam práticas eficazes de manejo de florestas urbanas e naturais, destacando a importância das árvores na melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. A iniciativa é coordenada pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e pela Arbor Day Foundation. O programa oferece uma estrutura para o desenvolvimento de um manejo florestal urbano sustentável e saudável nas cidades que recebem o reconhecimento, trazendo benefícios significativos.

Assim, se verifica várias ações realizadas nos últimos anos em Cubatão que contribuíram diretamente para essa conquista dos ODS. Entre as iniciativas mais relevantes estão o Plano Municipal de Arborização Urbana, as compensações ecológicas com o plantio de árvores nativas, além de projetos interligados, como os novos empreendimentos habitacionais, incluindo a Vila Esperança, Vila dos Pescadores e Ilha Caraguatá, que priorizam a recuperação de áreas verdes, proporcionando à comunidade mais espaços ao ar livre e trabalhando para preservar ecossistemas como manguezais e restingas, sempre alinhados com o processo de urbanização.

Portanto, o município de Cubatão retorna ao cenário internacional como um exemplo de cidade comprometida com a promoção de um ambiente sustentável.

⁵⁵ *Tree Cities of the World* é um programa internacional que reconhece cidades pelo seu compromisso com a gestão sustentável das florestas urbanas e arborização. A iniciativa é liderada pela Arbor Day Foundation e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <https://treecitiesoftheworld.org/>.

4.4 Proposição de recomendações para superar desafios e fortalecer a implementação dos ODS em Cubatão

A pesquisa de campo realizada por amostragem revelou que as cinco maiores dificuldades enfrentadas pelas cidades que implementam a Agenda 2030 são: a) o desconhecimento da existência da Agenda 2030; b) o desconhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) a dificuldade de identificar ações específicas como pertencentes a um determinado ODS; d) a segmentação do trabalho e das cobranças relacionadas à identificação dos ODS; e) a ausência de recursos humanos especializados para a implementação efetiva dos ODS. Estes desafios são comuns a muitas cidades, incluindo Cubatão, que também enfrenta as mesmas barreiras. Contudo, existem soluções viáveis para superá-las, com base em práticas bem-sucedidas de outras cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e de municípios bem-posicionados no ranking nacional.

Uma possível estratégia seria adotar e adaptar as experiências bem-sucedidas, considerando a realidade local de Cubatão. A adaptação de modelos de sucesso de outras localidades pode ser uma forma eficaz de superar os obstáculos identificados, desde que sejam feitos ajustes que atendam às especificidades do município e à sua capacidade administrativa e financeira. Além disso, a criação de um plano de implementação específico, alinhado com as necessidades locais, é crucial para o avanço contínuo na implementação dos ODS.

Outro ponto essencial para fortalecer a implementação da Agenda 2030 em Cubatão seria a criação de instrumentos vinculantes, como a promulgação de uma legislação municipal que estabelecesse a existência e o funcionamento de uma política de sustentabilidade. Esta política deve ser estruturada de maneira sólida, com indicadores adequados à realidade local, planejamento e um calendário de implementação próprios, além de garantir contrapartidas governamentais para os cidadãos, empresas e organizações que atingirem as metas estabelecidas no Plano Municipal de Implementação dos ODS. A criação de tais instrumentos legais proporcionaria maior segurança jurídica, garantiria a

continuidade das ações e asseguraria um comprometimento real por parte do poder público e da sociedade.

No que se refere ao desconhecimento da Agenda 2030 e dos ODS, uma das soluções mais eficazes seria o lançamento de campanhas publicitárias institucionais, com enfoque educacional e cultural. Essas campanhas poderiam ser divulgadas pelos canais oficiais da municipalidade, como rádio, televisão e redes sociais, de modo a alcançar um grande número de cidadãos, esclarecendo de maneira simples e direta a importância da Agenda 2030 e a urgência de seus objetivos. Uma ação como essa também contribuiria para a conscientização sobre os ODS, especialmente entre as populações mais vulneráveis ou que têm menor acesso a fontes de informação.

Além disso, o material publicitário poderia ser desenvolvido com o apoio da própria Comissão de ODS, utilizando a expertise dos envolvidos para criar conteúdo que fossem facilmente compreendidos por diferentes faixas etárias e contextos sociais. Esses materiais poderiam também ser usados nas escolas municipais, integrando-se ao currículo escolar e promovendo o entendimento dos ODS desde a educação básica. Isso não só ampliaria o alcance das campanhas, como também fortaleceria a formação cidadã, preparando as futuras gerações para atuar de maneira mais efetiva em prol da sustentabilidade e da melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

Para superar a dificuldade de identificar quais ações estão vinculadas a quais ODS, uma abordagem educativa voltada para os gestores e funcionários públicos seria fundamental. Uma sugestão seria o oferecimento de cursos de capacitação e formação acadêmica específica para os envolvidos diretamente na implementação da Agenda 2030, como membros da Comissão de ODS, representantes de secretarias municipais e entidades que compõem o núcleo de planejamento do Plano Municipal de Implementação de ODS. Esses cursos poderiam abranger temas como a definição e aplicação dos ODS, a integração das ações nas políticas públicas municipais e a monitorização dos resultados.

A escassez de recursos humanos qualificados é uma questão crucial que precisa ser resolvida. O município poderia considerar a criação de parcerias com universidades e instituições de ensino, além de buscar recursos em fundos nacionais e internacionais que financiam projetos de desenvolvimento sustentável. A capacitação contínua dos servidores públicos, incluindo a

atualização sobre novas metodologias e práticas para a implementação dos ODS, também é uma estratégia importante para garantir a eficiência e a qualidade das ações propostas.

A segmentação do trabalho e das cobranças, por sua vez, requer um esforço mais profundo de integração e colaboração entre as diferentes secretarias e órgãos municipais. Para que as ações de implementação dos ODS sejam bem-sucedidas, é essencial que o município adote uma abordagem transversal e integrada, permitindo que as políticas públicas sejam desenhadas de forma que atendam simultaneamente a vários objetivos e áreas de atuação. A criação de métodos internos para subdividir as tarefas, com a participação de todas as secretarias, é uma medida importante. Isso pode ser feito por meio de equipes multidisciplinares e ações conjuntas, o que permitirá uma abordagem mais holística e eficaz.

Além disso, a implementação dos ODS deve ser acompanhada de mecanismos de monitoramento e avaliação que permitam medir os resultados de forma transparente e com base em indicadores claros e objetivos. Uma solução interessante para incentivar o desempenho das secretarias seria a implementação de um sistema de Participação nos Resultados, como o modelo adotado no município de Santos. Por meio dessa medida, as secretarias e seus servidores poderiam ser recompensados com base no cumprimento das metas de sustentabilidade, o que aumentaria o engajamento e a motivação para atingir os objetivos traçados.

Em suma, a implementação eficaz dos ODS em Cubatão passa por uma série de desafios, mas também oferece inúmeras oportunidades de crescimento e desenvolvimento sustentável. O sucesso dependerá de um esforço conjunto entre o poder público, a sociedade civil, as empresas e os cidadãos. Somente por meio da cooperação e do comprometimento de todos será possível avançar na construção de um município mais sustentável, justo e equilibrado, capaz de enfrentar os desafios do futuro e promover uma melhor qualidade de vida para todos.

Assim, os desafios para a implementação dos ODS em Cubatão podem ser organizados em três categorias principais:

a) Limitações financeiras: o orçamento municipal é restrito, o que impede a realização de projetos significativos de sustentabilidade. A cidade depende de

repasse de recursos do governo estadual e federal, o que limita sua autonomia para a execução de políticas próprias.

b) Falta de integração das políticas públicas: As políticas municipais em Cubatão estão em fase de articulação, o que dificulta a execução de ações conjuntas que possam atender aos diversos ODS. A ausência de um planejamento unificado entre as diferentes áreas da administração pública compromete a eficiência na implementação dos objetivos.

c) Participação comunitária limitada: A participação da sociedade civil nas decisões políticas e na fiscalização das ações públicas ainda está em construção. A falta de um diálogo eficaz entre o governo municipal e a população dificulta a construção de uma governança democrática e inclusiva, conforme preveem os ODS.

4.5 Exploração de oportunidades de parcerias e cooperação entre diferentes atores

O município de Cubatão possui, historicamente, uma forte vocação industrial, que se traduz em um papel central na economia da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Contudo, a cidade apresenta uma diversidade de outros recursos que podem e devem ser explorados para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além da sua atividade industrial, Cubatão é rica em iniciativas relacionadas à arte, turismo ecológico, núcleos esportivos, ecoesporte, economia criativa e educação ambiental. Esses setores podem se tornar elementos essenciais para ampliar a atuação da cidade em direção a uma agenda sustentável.

Dessa forma, uma estratégia eficaz para avançar na implementação dos ODS é estreitar os laços com grupos locais que já desenvolvem ações voltadas à sustentabilidade.

A colaboração com artistas, artesãos, empreendedores do setor ecológico, praticantes de esportes sustentáveis e agentes comunitários que realizam trabalhos de conscientização ambiental pode ser uma excelente forma de fortalecer a rede de atuação do município.

Esses grupos, por serem profundamente enraizados na realidade local, já possuem um conhecimento preciso das necessidades da comunidade e estão

frequentemente dispostos a colaborar com ações que visem à preservação ambiental, ao desenvolvimento social e ao fomento de práticas econômicas sustentáveis.

A importância da colaboração não se restringe, no entanto, ao setor local. O município também deve buscar parcerias com órgãos públicos de esferas superiores, como as Secretarias Estaduais e Nacionais, e com entidades supra municipais, como a Agência Metropolitana da RMBS.

A sinergia entre diferentes níveis de governo é crucial para que ações mais amplas, que envolvem planejamento e recursos substanciais, possam ser executadas com sucesso. Parcerias com essas entidades podem resultar em um compartilhamento valioso de conhecimento, apoio financeiro e técnico, além de facilitar a implementação de programas que atendam de forma eficiente às necessidades da cidade, dentro de um contexto metropolitano mais amplo.

Além disso, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais pode ser alcançado por meio da cooperação com entidades representativas do setor empresarial, como o Centro de Integração e Desenvolvimento de Cubatão (CIDE) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

Em 2024, esses dois importantes órgãos demonstraram interesse em estabelecer uma parceria formal com a municipalidade para fomentar a implementação dos ODS no município. A parceria, que está em processo de formalização e deve ser oficializada ainda no primeiro semestre de 2025, promete vincular as ações das indústrias locais aos programas e diretrizes estabelecidas pelo CIDE/CIESP.

Isso inclui a adoção de práticas empresariais que estejam alinhadas com os ODS, como a promoção de processos produtivos mais limpos, a redução do desperdício, a implementação de estratégias de economia circular e a responsabilidade social corporativa voltada para a comunidade local.

A cooperação com o setor privado, especialmente com as indústrias de Cubatão, é de extrema relevância para o alcance das metas ambientais e sociais dos ODS, pois essas indústrias têm grande potencial de impacto tanto no que diz respeito à redução das emissões de gases poluentes quanto na geração de empregos sustentáveis e na adoção de práticas que promovem a inclusão social.

Através dessa parceria, será possível implementar ações conjuntas que possam, por exemplo, transformar a cidade em um polo de inovação e

sustentabilidade industrial, destacando-se não só na esfera nacional, mas também internacionalmente.

Além das parcerias com grupos e organizações, a promoção de uma abordagem inclusiva e colaborativa entre diversos atores sociais é um fator fundamental para o sucesso da implementação da Agenda 2030 em Cubatão. As diferentes esferas da sociedade, como o governo, a iniciativa privada, as organizações não governamentais, as universidades e os próprios cidadãos, devem trabalhar de forma articulada para desenvolver projetos que respondam às questões ambientais, sociais e econômicas de forma integrada.

O engajamento da sociedade civil é especialmente importante, pois a participação popular pode trazer um impulso significativo às políticas públicas, além de garantir que as ações sejam mais eficazes, pois atenderão diretamente às necessidades da população.

As parcerias com as universidades e centros de pesquisa também são essenciais, pois podem proporcionar uma base sólida de dados e informações que ajudem na implementação de soluções sustentáveis. A colaboração com essas instituições permite que se desenvolvam pesquisas e inovações tecnológicas voltadas para a sustentabilidade, como o uso de fontes de energia renováveis, o reaproveitamento de resíduos industriais e a melhoria da qualidade da água e do ar. Além disso, o envolvimento das universidades pode contribuir para a formação de profissionais especializados na área de sustentabilidade, que poderão atuar de maneira direta no processo de implementação dos ODS.

Uma abordagem fundamental para fortalecer essa rede de parcerias e cooperação é a criação de uma plataforma de governança compartilhada, que permita a articulação contínua entre os diversos stakeholders. Essa plataforma deve ser um espaço para o diálogo, o planejamento conjunto e o acompanhamento das ações, possibilitando que cada ator, dentro de sua capacidade, contribua para a execução das metas e indicadores estabelecidos no Plano Municipal de Implementação dos ODS.

A criação de comitês interinstitucionais, compostos por representantes do poder público, da sociedade civil, da iniciativa privada e de outras organizações, pode ser uma excelente ferramenta para garantir a efetividade dessas parcerias e a transparência das ações implementadas.

Além disso, a busca por recursos financeiros deve ser uma prioridade. Para tanto, o município deve explorar as diversas fontes de financiamento disponíveis, tanto no âmbito nacional quanto internacional, como fundos destinados ao desenvolvimento sustentável e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

A cooperação com outras cidades e regiões também pode abrir portas para o acesso a recursos e conhecimentos, permitindo que Cubatão se beneficie de iniciativas colaborativas de grande escala.

Apesar dos obstáculos, a pesquisa indica que há várias oportunidades para a implementação dos ODS:

a) Engajamento das lideranças locais: o comprometimento das lideranças políticas e comunitárias tem sido um fator positivo em iniciativas como o Plano de Recuperação Ambiental de Cubatão, mostrando uma crescente preocupação com a questão da sustentabilidade e a necessidade de integração das políticas públicas.

b) Parcerias estratégicas: Cubatão tem formado parcerias com universidades, ONGs e empresas, o que pode auxiliar na criação de soluções inovadoras e sustentáveis para o município. As parcerias entre setores público, privado e sociedade civil podem contribuir significativamente para a implementação dos ODS.

Por fim, é importante destacar que a implementação bem-sucedida dos ODS em Cubatão não depende apenas do governo municipal, mas do compromisso de todos os atores da sociedade.

O sucesso da Agenda 2030 só será alcançado quando os esforços individuais se alinharem para formar uma rede robusta de ações que contribuam para um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos os cidadãos de Cubatão.

4.6 Reflexão sobre o papel da comunidade local na promoção da sustentabilidade e no alcance dos ODS

A comunidade local desempenha um papel insubstituível na promoção e manutenção da sustentabilidade. De fato, são os membros da comunidade que, ao longo de suas práticas cotidianas, atuam como verdadeiros guardiões dos espaços públicos e são os mais diretamente interessados no bem-estar social de seus núcleos. Eles não apenas convivem e interagem com o ambiente, mas também estão intimamente conectados às dinâmicas sociais, econômicas e culturais que definem o território onde vivem.

Este vínculo territorial e afetivo é essencial para a construção de uma sociedade sustentável e inclusiva, e é a partir desse engajamento que surgem as melhores práticas para a preservação ambiental e o desenvolvimento social.

Milton Santos, renomado arquiteto e planejador urbano, em sua obra sobre a relação do indivíduo com seu espaço, nos ensina que o pertencimento a um território é fruto do vínculo e da identificação que o sujeito constrói ao longo da sua história com determinado local. Santos (1999) sugere que a identificação com o território promove uma relação profunda de pertencimento, sendo, portanto, o maior fator motivador para que um indivíduo zele pelo seu meio ambiente local.

Quando as pessoas se sentem conectadas com sua terra, seu bairro ou sua cidade, elas se tornam mais engajadas em promover ações que visem à preservação e ao bem-estar coletivo. Esse sentimento de pertencimento é, em essência, a base para a construção de práticas de sustentabilidade locais, pois a preservação do meio ambiente deixa de ser apenas uma responsabilidade pública e passa a ser encarada como uma questão pessoal e comunitária.

No contexto de Cubatão, essa conexão com o território é ainda mais relevante, dado o cenário de forte urbanização e industrialização da cidade. A transição para práticas mais sustentáveis depende, em grande parte, da capacidade da comunidade de reconhecer sua responsabilidade e seu papel na transformação local. É nesse contexto que a participação ativa da comunidade se torna crucial, pois ela é capaz de identificar e entender os problemas específicos de sua localidade e de adotar soluções eficazes que promovam mudanças concretas.

Um exemplo emblemático dessa atuação da comunidade local é o estudo apresentado no III Encontro sobre Democracia Ambiental, realizado na Universidade Federal de São Carlos-SP, em outubro de 2023, com o tema “Mudanças Climáticas e Sustentabilidade nas Comunidades: Iniciativas para Alcançar o ODS 11 sob a Luz do Projeto Pescadores de Histórias, Cubatão-SP”.

A pesquisa, parte integrante da presente investigação, trouxe à tona um caso prático de mobilização comunitária na cidade de Cubatão, evidenciando a efetividade da participação local na promoção de ações de sustentabilidade e na concretização dos ODS. O projeto “Pescadores de Histórias” mostrou que, ao identificarem suas próprias características locais e, sobretudo, ao entenderem os desafios do meio ambiente em sua comunidade, os moradores conseguiram transformar um problema ambiental (o lixo têxtil) em uma solução inovadora e socialmente inclusiva.

A pesquisa concluiu que, ao unirem-se para transformar resíduos têxteis descartados em produtos de valor agregado, como roupas de uma marca criada por eles mesmos, os moradores conseguiram não apenas promover a redução de resíduos, mas também gerar emprego e renda para a comunidade. Esse processo resultou na criação de uma cooperativa que, além de transformar lixo em lucro, auxilia na redução da vulnerabilidade social de jovens, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho e inclusão.

A lucratividade das vendas é revertida para as trabalhadoras da cooperativa, fortalecendo a autonomia econômica e social da comunidade. Este modelo não só promove o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, mas também contribui com a implementação de ODS relacionados à igualdade de gênero, educação de qualidade e redução das desigualdades.

Dessa forma, o projeto exemplifica de maneira clara como ações locais, quando bem estruturadas e apoiadas pela comunidade, podem gerar um impacto significativo no cumprimento da Agenda 2030.

Este é apenas um exemplo do potencial transformador que a participação comunitária pode ter na construção de uma cidade mais sustentável e resiliente. A experiência de Cubatão, por meio do Projeto Pescadores de Histórias, é um indicativo claro de como a comunidade local pode ser protagonista no desenvolvimento de soluções para os problemas ambientais e sociais, alinhadas aos ODS.

A colaboração e o engajamento da população, nesse sentido, são imprescindíveis para o sucesso de políticas públicas sustentáveis. A sustentabilidade não é um objetivo distante, mas um processo que depende da ação coordenada entre o poder público, o setor privado e, principalmente, os cidadãos.

Além disso, a participação ativa da comunidade local não se limita à execução de projetos isolados, mas deve ser entendida como um processo contínuo de educação ambiental, sensibilização e capacitação. A promoção de práticas sustentáveis exige uma conscientização constante sobre os desafios ambientais e sociais que a cidade enfrenta.

A formação de redes de colaboração, a disseminação de informações sobre sustentabilidade e o fortalecimento da capacidade de gestão comunitária são essenciais para garantir que as ações de sustentabilidade se perpetuem e se expandam ao longo do tempo.

A reflexão sobre o papel da comunidade local em Cubatão destaca ainda a importância de políticas públicas que estimulem e fortaleçam esse engajamento. É necessário que o poder público crie espaços de diálogo e colaboração entre os diferentes setores da sociedade, onde a comunidade possa expressar suas necessidades e propostas de soluções.

Além disso, as políticas públicas devem criar condições para que projetos como o “Pescadores de Histórias” sejam ampliados, oferecendo suporte técnico, financeiro e institucional para a construção de novas iniciativas.

É preciso integrar a comunidade na formulação e execução das políticas de desenvolvimento sustentável, reconhecendo-a como um parceiro essencial na construção de um futuro mais justo e sustentável.

Em suma, o papel da comunidade local na promoção da sustentabilidade e no alcance dos ODS em Cubatão é de extrema importância. A experiência de Cubatão demonstra que a ação comunitária, quando bem-organizada e apoiada, pode gerar impactos significativos em diversos ODS, especialmente aqueles relacionados à sustentabilidade ambiental, inclusão social e justiça econômica.

A participação ativa da população é uma das chaves para a construção de uma cidade mais sustentável e resiliente, e é imprescindível que as políticas públicas e as ações de gestão urbana se alinhem com essa realidade,



promovendo a colaboração entre todos os atores sociais para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da ampla pesquisa é possível concluir que, é positiva a iniciativa do município em implementar voluntariamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na cidade.

Entretanto, sua implementação encontra-se ainda em circunstância embrionária, carecendo de fortalecimento e ampliação de parcerias, além de reorganização administrativa interna da municipalidade.

Os esforços demonstrados pela Comissão Municipal obtiveram êxito quanto a unir diferentes agentes, propagar o tema e agrupar projetos e ações com foco na sustentabilidade e classificá-las de acordo com cada ODS.

Contudo, um município com tamanhas necessidades socioeconômicas ainda não atendidas a contento, em decorrência do histórico de exploração industrial necessita de enfoque ainda mais específico para que o alcance se torne efetivo.

As sugestões apresentadas pela pesquisa para o avanço desta implementação passam pela criação de instrumento normativo, que transforme esta voluntariedade, já apresentada pela Comissão, em ação vinculada por meio de lei, um Plano Municipal de Implementação dos ODS, capaz de tornar efetiva e obrigatória a participação de todos os órgãos, com responsabilidades definidas e adequadas a cada setor e para cada finalidade.

Este plano, a exemplo dos demais já existentes, garantiria a previsão orçamentária necessário, garantiria a existência de recursos humanos e apresentaria o planejamento estratégico para cada ação.

Importante mencionar que alguns indicadores necessitam ser acrescentados, como no caso do ODS 14, que possui apenas um indicador, o tratamento de esgoto, para mensurar a garantia da vida na água; ODS7, que possui apenas dois indicadores para mensurar a energia limpa e renovável, inexistindo qualquer menção a outras fontes de energia renovável como a energia solar; o ODS 9 que além de possuir apenas dois indicadores para

mensurar indústria, inovação e infraestrutura, nenhum deles se refere parcerias com os municípios, implementação de programas pró sustentabilidade, restringindo-se ao investimento público e a participação em atividades de conhecimento e infraestrutura.

A implementação efetiva na cidade, ainda carece de integração de saberes sociais e técnicos, investimento financeiro e parcerias para que de fato seja alcançado o objetivo da Agenda 2030 sem que ninguém fique para trás.

A análise dos resultados confirma que a implementação dos ODS em Cubatão depende de uma superação das dificuldades históricas da cidade. Como apontado por Sachs (2004), a implementação de políticas sustentáveis em contextos urbanos exige um forte comprometimento político e a integração das ações públicas.

A literatura consultada sobre o tema sugere que, para o sucesso na aplicação dos ODS, é essencial que as políticas públicas sejam transversais, considerando os diversos aspectos do desenvolvimento (Leff, 2006). A articulação entre as diferentes áreas da administração pública é fundamental para garantir que as ações sejam eficazes e atinjam as metas estabelecidas pela Agenda 2030.

Além disso, o fortalecimento da participação comunitária e a criação de canais de comunicação entre o governo e a população são fundamentais para a construção de uma governança local mais democrática e inclusiva, como defendido por Jacobi (2005). As parcerias estratégicas, por sua vez, representam uma alternativa viável para superar as limitações orçamentárias e ampliar a capacidade de implementação de políticas públicas sustentáveis.

Assim, a pesquisa confirma a hipótese de que, embora Cubatão enfrente desafios significativos, como limitações orçamentárias e a fragmentação das políticas públicas, existem perspectivas viáveis de avanço na implementação dos ODS. O comprometimento das lideranças locais e a construção de parcerias estratégicas são fatores-chave para a transformação socioambiental da cidade.

A implementação da Agenda 2030 em Cubatão exige uma abordagem integrada, que contemple tanto a recuperação ambiental quanto o fortalecimento da participação comunitária e a colaboração entre diferentes setores da sociedade. A cidade tem potencial para superar suas dificuldades históricas e se tornar um modelo de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. **Direito Ambiental**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**.

BRASIL. Estatuto das Cidades. **LEI Nº10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**.

BRASIL. FRENTE NACIONAL DOS PREFEITOS (FNP). **Planejamento Municipal e Objetivos de desenvolvimentos sustentável. 2020**. Disponível em: <https://multimedia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/775-planejamento-municipal-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. IBGE. **Ranking 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cubatao/pesquisa/38/0?tipo=ranking&ano=2021>. Acesso em 20-07-2024.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030 ODS – Metas Nacionais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: [SARAhttps://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf). Acesso em 05-02-2025.

BRASIL. Plano Diretor do Município de Cubatão, **Lei Complementar nº 2.512 de 10 de setembro de 1998**.

BRASIL. São Paulo, IBGE. **Panorama Cubatão** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cubatao/panorama> acesso em 08-07-2024.

BRASIL. São Paulo, IBGE. **Ranking 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cubatao/pesquisa/38/0?tipo=ranking&ano=2021>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BROOKE, James. The New York Times. **Signs of life in Brazil's industrial valley of death**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/06/15/world/cubatao-journal-signs-of-life-in-brazil-s-industrial-valley-of-death.html>. Acesso em 08 jul. 2024.

BRASIL. São Paulo, CETESB. **Cubatão comemora quatro décadas de vale da vida**. 2024. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/blog/2024/03/14/cubatao-comemora-quatro-decadas-de-vale-da-vida/>. Acesso em 08 jul. 2024.

BRASIL. São Paulo, CETESB. **Boletim Anual da Qualidade do ar para Estado de São Paulo, nº2. 2022**. Disponível em:

<https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2023/08/Boletim-Anual-da-Qualidade-do-Ar-do-Estado-de-Sao-Paulo-2022.pdf>. Acesso em 12-07-2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. São Paulo: Lumem Yuris, 2009.

COUTO, Joaquim Miguel. **Entre estatais e transnacionais: o polo industrial de Cubatão**. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/275872>.

CUBATÃO. CIDE/CIESP. **Relatório Anual 2021- Polo Industrial de Cubatão**. 2024-B. Disponível em: <https://polocide.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Relat%C3%B3rio-Anual-2021.pdf>. Acesso em 05 fev. 2024.

CUBATÃO. **Cubatão reúne 55 mil pessoas no Réveillon do Píer do Casqueiro**. 2024. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/cubatao-reune-55-mil-pessoas-no-reveillon-do-pier-do-casqueiro/#:~:text=Cubat%C3%A3o%20re%C3%BAne%2055%20mil%20pessoas%20no%20R%C3%A9veillon%20do%20P%C3%ADer%20do%20Casqueiro,Show%20que%20coloriu&text=A%20festa%20de%20boas%20vindas,na%20Pra%C3%A7a%20Independ%C3%Aancia%2C%20no%20Casqueiro>. Acesso em 07 jan. 2025.

CUBATÃO. **Outubro Rosa: Carreta da Mamografia estaciona em Cubatão**. 2024-C. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/outubro-rosa-carreta-da-mamografia-estaciona-em-cubatao/>. Acesso em 10 dez. 2024.

CUBATÃO. **Cubatão receberá R\$ 200 milhões para urbanização da Vila dos Pescadores**. 2024-D. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/cubatao-recebera-r-200-milhoes-para-urbanizacao-da-vila-dos-pescadores/>. Acesso em 10 dez. 2024.

CUBATÃO. **Coleta de lixo é retomada em Cubatão**. 2023-A. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/coleta-seletiva-de-lixo-e-retomada-nesta-segunda-feira-22-em-cubatao/#:~:text=Ser%C3%A3o%20dois%20caminh%C3%B5es%20rodando%20das,%C3%A9%20uma%20novidade%20no%20munic%C3%ADpio>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CUBATÃO. **Regularização fundiária em Cubatão: escrituras definitivas são entregues a moradores de 5 bairros**. 2024-A. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/regularizacao-fundiaria-em-cubatao-60-escrituras-definitivas-sao-entregues-a-moradores-de-5-bairros/>. Acesso em 08 jan. 2025.

CUBATÃO. **Bom Prato Móvel Cubatão atende em novo local a partir de 2 de janeiro de 2023**. 2023-B. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/bom-prato-movel-cubatao-atende-em-novo-local-a-partir-de-2-de-janeiro-de-2023/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CUBATÃO. Cubatão apresenta diagnóstico social da Vila dos Pescadores. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/cubatao-apresenta-diagnostico-socioeconomico-da-vila-esperanca/#:~:text=Habitantes%20%E2%80%93%20A%20pesquisa%20foi%20realizada,n%C3%A3o%2C%20conforme%20destaque%20abaixo>). Acesso em 20-07-2024.

CUBATÃO. Pioneirismo: saem lousas de giz, entram tela e mesas interativas na rede municipal de ensino de Cubatão. 2023-C. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/pioneirismo-saem-lousas-de-giz-entram-telas-e-mesas-interativas-na-rede-municipal-de-ensino-de-cubatao/#:~:text=De%20olho%20nestas%20mudan%C3%A7as%20comportamentais,chegam%20a%20R%24%2025%20milh%C3%B5es>. Acesso em: 14 dez. 2024.

FERNANDES, A. C. Gestão pública local e os ODS: desafios e possibilidades. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, 12(3), 2020.

FERREIRA, CESAR CUNHA E PASSERANI, MARILDO. **CUBATÃO: A Rainha das Serras**, SÃO PAULO: NOOVHA AMÉRICA, 2005.

FERREIRA, César et. al. **Cubatão: Caminhos da história**. Cubatão, SP: Ed. Do Autor, 2007.

FERRI, GIOVANI. **Planejamento Urbano Sustentável: a simbiose entre o direito urbanístico e direito ambiental**. Fórum: Belo Horizonte, 2024.

FIOCRUZ. Mapa dos conflitos - 2010. **Cubatão, passivo ambiental devido a contaminação química provocada pela Rhodia ainda não foi reparado**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-cubatao-passivo-ambiental-devido-a-contaminacao-quimica-provocada-pela-rhodia-ainda-nao-foi-reparado/#:~:text=Polui%C3%A7%C3%A3o%20do%20solo,%S%C3%ADntese,mil%20toneladas%20de%20solo%20contaminado>. Acesso em 05-07-2024.

GARCEZ, Gabriela Soldano. **Cubatão: Degradação e recuperação ambiental de uma cidade industrial**. Importância da participação da sociedade no processo de recuperação. <https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/1565/2/GABRIELA%20SOLDANO%20GARCEZ.pdf>

GRANZIEIRA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 5ª ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2019.

GUTBERLET, Julia. **Cubatão: Desenvolvimento, Exclusão social e degradação ambiental**. Tradução de Kay-Uwe Gutberlet. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1996.

IDSC Brasil. **Ranking Nacional**. Disponível em:
<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>. Acesso em 02-09-2024.

IDSC Brasil. **Estado de São Paulo- Cubatão: Geral**. Disponível em:
<https://idsc-sp.cidadessustentaveis.org.br/profiles/cubatao-SP/indicators>.
Acesso em 26 jul. 2024.

IDSC Brasil. **Estado de São Paulo- Guarujá: Geral**. Disponível em:
<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3518701/>. Acesso em 05-01-2025.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IPEA. **O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: uma agenda em construção. Brasília: Ipea. 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf>. Acesso em 04. Jun,2024.

IPEA. **Cadernos ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/publicacoes.html>. Acesso em 04. dez, 2024.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Descaso e fogo em Cubatão matam 500**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/descaso-e-fogo-em-cubatao-matam-500>. Acesso em 02-07-2024.

MORAIS, Viviane Alves de; BARRETO, Cristiana. **Memorial do Trabalho e do Trabalhador: Caminho da Rodovia**. 2013. Disponível em :
<http://mttvirtual.org/conteudos/visualizar/Caminho-da-Rodovia#:~:text=A%20Via%20Anchieta%2C%20inaugurada%20em,mais%20bela%20estrada%20do%20Brasil>. Acesso em 05-02-2025.

NASCIMENTO, Ítalo et. al. **DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030**. 2022. Disponível em:
<https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/d02e9bdc27a894e882fa0c9055c99722.pdf>. Acesso em: 10-09-2024.

NOCERA, Renata Pereira; MOLINA, Filiberto Eduardo. **Desafios globais dos direitos de participação ambiental na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Revista Jurídica Derecho, vol.8 no.10 La Paz jun. 2019.

externa-do-complexo-henry-borden-passa-por-modernizacao. Acesso em 10-01-2025.

SANTOS, Maria Érica Batista dos; CORRÊA, Cleber Ferrão. **Mudanças climáticas e sustentabilidade nas comunidades: iniciativas para alcançar o ODS 11 sob a luz do Projeto Pescadores de Histórias, Cubatão-SP.** Trabalho apresentado no III ENCONTRO INTERNACIONAL EM DEMOCRACIA AMBIENTAL, CEDA/UFSCAR em outubro de 2024.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território.** *GEOgraphia*, 1, 7-13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>.

SANTOS. **Plano Plurianual de Santos será vinculado aos objetivos da ONU.** Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/plano-plurianual-de-santos-sera-vinculado-aos-objetivos-da-onu>. Acesso em 10-01-2025.

SARAIVA, Luiz Alex da Silva; IRIGARAY, Hélio Artur dos Reis. **Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?** 2009. Disponível em: SciELO Brasil - Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Companhia das Letras, 2010.

PIMENTEL, Carlos. **Jornal eletrônico Novo Milênio.** Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/cubatao/>. Acesso em 24-07-2024.

PINTO, Celma de Souza. **CUBATÃO, HISTÓRIA DE UMA CIDADE INDUSTRIAL.** CUBATÃO: ED. DO AUTOR, 2005.

PINTO, Celma de Souza; TORRES, Francisco Rodrigues. **O vale da morte e da vida.** Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch014m.htm>. Acesso em 26-07-2024.

RIBEIRO, W. C. **O Brasil e a governança global do desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora UNESP. 2021.

SEBRAE. **Empregados total da indústria.** Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/cubatao?selector245id=geo3513504&selector244id=sector2>. Acesso em 26-07-2024.

ZANDONADI, Júlio Cesar. **Cubatão-SP: Industrialização e segregação.** *Brasilian Geographical Journal.* Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/69069>. Acesso em 10-07-2024.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O DEPARTAMENTO DE ODS DE SANTOS - SP

1- Em que ano se iniciou a implementação dos ODS no Guarujá?

Em 2018 foi criado o Departamento de ODS para efetivação da Agenda 2030. A assinatura do município como signatário do Termo de Compromisso com o Instituto Cidades Sustentáveis.

2- Como se deu este processo?

A municipalidade criou o comitê de ODS, composto por membros de cada secretaria, com reuniões bimestrais para conhecimento e mapeamento de desafios e divisão de responsabilidade para o acompanhamento dos ODS.

3- Quais as ferramentas/estratégias utilizadas para efetivar os ODS?

A formação do comitê possibilitou a realização de diversas ações conjuntas, sob as diversas óticas. Realizou-se o encontro das Cidades, um movimento regional, onde mais de 120 escolas assinaram o Termo de signatário, ampliando o leque de agentes de sustentabilidade. A criação de uma base de dados abertos vinculada ao Portal da transparência para monitoramento dos ODS. A criação de parcerias com universidades e movimentos da sociedade.

4- Quais as ações dentro da máquina pública para efetivação e acompanhamento?

O estabelecimento de um programa de incentivo aos servidores, por meio da Lei de PLR, Participação Nos Resultados, onde os servidores recebem bonificação anual de acordo com o resultado nas metas anuais estabelecidas para cada secretaria. A Atualização da Lei Orgânica Municipal em 2022, onde torna-se obrigatória a implementação dos ODS na cidade e a vinculação da Lei Anual

Orçamentaria e Plano Plurianual ao desenvolvimento dos ODS. A criação de um canal de comunicação através da Ouvidoria Municipal e redução do tempo de resposta ao munícipe. O envolvimento de diversos atores da sociedade e a abertura ao diálogo e parceria com a comunidade local. A integração dos ODS nos documentos e comunicações da Administração.

5- Quais os maiores obstáculos encontrados?

O conhecimento da Agenda 2030 e baixíssimo, apesar de todo este tempo de trabalho. A identificação das ações individuais de cada ator como sendo pertencente a cada ODS. O desenvolvimento da criatividade para contribuição com cada ODS. A segmentarização do trabalho e das cobranças de identificação. A visão negativa de que ODS causará prejuízos aos empresários e a perda de muito tempo de implementação com a Pandemia da COVID-19.

6- Quais os maiores desafios superados?

A busca de exemplos anteriores que pudessem ser tomados como aplicáveis. Ajuste interno para a criação e alocação do Departamento de ODS dentro da máquina pública. O estabelecimento do diálogo entre as secretarias e a demonstração da institucionalidade e transversalidade da Agenda na abertura das discussões iniciais e na obtenção de sugestões.

7- Quais as perspectivas para os próximos anos?

Ampliar a conscientização e o compartilhamento de ideias, bem como identificar e registrar as ações realizadas, já que muito do que é feito não é divulgado. Necessidade de que o Poder Público deixe claro que Agenda 2030 é apartidária, sendo uma agenda de TODOS; indústrias, escolas, associações e pessoas e não mera ação de governo.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL ADJUNTA DE PLANEJAMENTO DO GUARUJÁ

1- Em que ano se iniciou a implementação dos ODS no Guarujá?

O tema começou a ser trabalhado na Prefeitura de Guarujá há muitos anos, com a Agenda 21, onde em 2008 ocorreu o 1º Seminário da Agenda 21: “Construindo um município sustentável”. Já em 2022, através da Secretaria de Planejamento Estratégico, iniciou-se uma ‘nova fase’ no município, principalmente devido ao crescimento do tema nas diversas esferas de governo e também nas instituições privadas, a Secretaria de Planejamento, com o intuito de dar maior visibilidade as ações realizadas e incentivar cada vez mais a realização de ações correlacionadas com os ODS, deu início ao trabalho de monitoramento e divulgação, através dos relatórios ODS.

2- Como se deu este processo?

Cientes da importância e da relevância do tema, a Secretaria de Planejamento Estratégico deu início ao trabalho de monitoramento e divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Guarujá que estivessem alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no município. O trabalho resultou na criação dos Relatórios ODS no município, que na sua primeira edição trouxe 245 ações.

3- Quais as ferramentas/estratégias utilizadas para efetivar os ODS?

Com a divulgação das ações e publicação dos relatórios conseguimos trazer mais visibilidade para os ODS, o que ajuda na conscientização de todos sobre a importância do tema e também incentiva a realização de cada vez mais ações. A existência de programas de incentivo e premiações também são importantes para promover e incentivar a execução das ações. Além disso, mesmo antes dos relatórios e de toda a movimentação realizada pela Secretaria de Planejamento,

o município já possuía diversas ações alinhadas aos objetivos, porém nem sempre essas ações eram correlacionadas com os ODS.

4- Quais as ações dentro da máquina pública para efetivação e acompanhamento?

O monitoramento é realizado através das ações executadas, onde cada secretaria é responsável por encaminhar à Secretaria de Planejamento as atividades realizadas que possam correlação com metas ODS. Com base nestas informações a Secretaria de Planejamento compila todas as ações da municipalidade e realiza a confecção dos relatórios ODS, que divulgam o balanço das ações.

5- Quais os maiores obstáculos encontrados?

Um dos principais obstáculos no poder público é a limitação de recursos, pois dificulta a implementação de políticas sustentáveis, exigindo captação de verbas extraorçamentárias, que nem sempre são disponibilizadas, aliado à necessidade de equilibrar investimentos entre prioridades urgentes (saneamento, segurança, saúde) e projetos estruturantes de longo prazo.

6- Quais os maiores desafios superados?

Acreditamos que o principal desafio já superado foi o início dos trabalhos, lá em 2022, com a implementação do monitoramento e realização dos relatórios no município. Dar esse ‘ponta pé’ inicial foi uma ação fundamental para dar voltar a atenção da municipalidade para o tema, fazer com que a cidade e suas ações sejam reconhecidas, promover a participação em grupos temáticos e discussões, entre diversas outras ações que só contribuem com o crescimento e desenvolvimento da cidade com relação aos ODS.

7- Quais as perspectivas para os próximos anos?



Conforme o tema ganha cada vez mais importância, não só no âmbito municipal, mas principalmente regional, estadual e nacional, será cada vez mais fácil e incentivado, que as ações sejam alinhadas aos ODS, o que contribuirá diretamente para a promoção e expansão das ações. A Prefeitura de Guarujá tem um grande potencial para avançar ainda mais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos próximos anos, podemos destacar algumas áreas, as quais consideramos promissoras, como ações relacionadas à sustentabilidade e proteção ambiental (ODS 13 e 15), regularização fundiária (ODS 1 e 10) e expansão do saneamento e infraestrutura urbana (ODS 6 e 11).

APÊNDICE C - PESQUISA DE CAMPO, POR AMOSTRAGEM, REALIZADA ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Total de entrevistados: 10 pessoas

Resultados obtidos:

Tabela 02- Resultados

Pergunta	Sim	Não	Não Sei
1. Você conhece a Agenda 2030 da ONU?	40%	50%	10%
2. Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?	20%	70%	10%
3. Você participa de algum movimento social ou institucional voltado à sustentabilidade?	20%	70%	10%
4. Já viu por sua cidade notícias jornalísticas, ações públicas ou qualquer tipo de campanha para alcançar os ODS?	10%	60%	30%

Fonte: elaborado pela autora de acordo com resultados de pesquisa de campo.